



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS -
UFSCAR/SOROCABA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA
GESTÃO AMBIENTAL (PPGSGA)**

O diálogo como fundamento para participação de comunidades habitantes de unidades de conservação na Amazônia: os projetos de turismo com a RESEX do Unini - AM e com a FLONA do Amapá - AP

Mestranda: Marina de Lima Minari, RA: 58510168

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Rabinovici

O diálogo como fundamento para participação de comunidades habitantes de unidades de conservação na Amazônia: os projetos de turismo com a RESEX do Unini - AM e com a FLONA do Amapá - AP

Marina de Lima Minari

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental como requisito para obtenção do título de Mestre.

Sorocaba - SP, 2013

Minari, Marina de Lima
M663d O diálogo como fundamento para participação de comunidades habitantes de unidades de conservação na Amazônia: os projetos de turismo com a RESEX do Unini - AM e com a FLONA do Amapá – AP / Marina de Lima Minari, 2013.
137 f. : il. (color.) ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, 2013
Orientador: Andrea Rabinovici
Banca examinadora: Zysman Neiman; Eliane Simões
Bibliografia

1. Unidades de conservação - turismo. 2. Organizações não-governamentais. I. Título. II. Sorocaba - Universidade Federal de São Carlos.

CDD 363.7

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do *Campus* de Sorocaba.

MARINA DE LIMA MINARI

O diálogo como fundamento para participação de comunidades habitantes de unidades de conservação na Amazônia: os projetos de turismo com a RESEX do Unini - AM e com a FLONA do Amapá - AP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Área de concentração Ciências Ambientais. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 31 de Julho de 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Rabinovici - UNIFESP

Examinador: Prof. Dr. Zysman Neiman – UNIFESP

Examinadora: Profa. Dra. Eliane Simões - NEPAM/UNICAMP

DEDICATÓRIA

Ao poder dos encontros que encantam e transformam nossa vida.

AGRADECIMENTOS

Sou grata aos que me inspiram, desafiam, criticam, questionam e, desse modo, ajudam a aprimorar, fortalecer e continuar o meu processo de desenvolvimento no campo socioambiental. Especialmente a Andrea Rabinovici, pela orientação e amizade, e ao Zysman Neiman, pelo encorajamento sempre.

Agradeço ao companheirismo dos colegas da primeira turma do PPGSGA!

Reverencio minha família por todo amor, paciência e apoio incondicionais, em especial minha mãe, Rita Pereira de Lima Minari, e meu pai, Sérgio Minari: o que seria de mim sem vocês?

Honro e admiro os meus amigos com os quais cultivo e compartilho jornadas de eterna aprendizagem sobre nossas práticas nos diversos meandros da vida.

Agradeço especialmente ao Caio Pompéia que me cativa e ajuda a compreender o poder da coerência, da dedicação, do respeito e da apreciação em todos os momentos.

Como não poderia deixar de ser, agradeço pelo privilégio de vivenciar o encontro com a Amazônia e com as comunidades que nela habitam, expandindo meu aprendizado sobre o que realmente importa e faz sentido.

EPÍGRAFE

“Somos participantes da evolução do mundo, e não apenas espectadores”

Allan Kaplan, 2005: 56.

RESUMO

Esta dissertação almejou compreender os conflitos socioambientais e as (in)coerências de projetos autointitulados participativos, criados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e aplicados com comunidades habitantes de Unidades de Conservação (UCs) da Amazônia. Baseou-se na experiência desta autora em dois projetos de turismo e percorreu os conceitos de sustentabilidade, diálogo, participação, comunidade e UC. Desenvolveu-se pela observação do fenômeno por meio de descrição desses projetos e de foco nos momentos de maior interatividade com os atores envolvidos. Os resultados processuais e conceituais foram revelados com as análises das experiências, gerando alertas, indagações e aprendizagens, das quais se perfizeram reflexões e se indicaram possíveis práticas para o futuro que podem servir a outros projetos e estudos.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand the socio-environmental conflicts and the (in)coherence of Non-Governmental Organizations (NGOs) self-appointed participatory projects applied to communities living in protected areas (PAs) in the Amazon. It was based on the author's experience in two tourism projects and centred on the concepts of sustainability, dialogue, participation, community and PA. The research was developed through the observation of the phenomenon via description of the projects and focused on moments of greater interaction with actors. The procedural and conceptual outcomes were revealed with the analyses of the experiences, generating alerts, questions and learning, which amounted to reflections and indications of paths to the future that can serve other practices and studies.

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

FIGURA 1: NASCER DO SOL COM CHUVA NO RIO UNINI	7
FIGURA 2: GRAUS DE PARTICIPAÇÃO.....	26
FIGURA 3: GESTORES DE UCS FEDERAIS EM FORMAÇÃO SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA.....	54
TABELA 1: EXEMPLOS DE FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS PARA SEREM APLICADAS NA VIDA DAS UCS.....	57
FIGURA 4: COMUNIDADE LAGO DAS POMBAS, RIO UNINI.....	59
TABELA 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS ESTUDADOS.....	70
FIGURA 5: CASA NA MARGEM DIREITA DO RIO UNINI	73
FIGURA 6: LOCALIZAÇÃO DA RESEX DO UNINI.....	78
TABELA 2: CATEGORIA DE COMPREENSÃO SOBRE TURISMO.....	88
FIGURA 7: SEDE DE CAMPO DA FLONA DO AMAPÁ.....	101
FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO DA FLONA DO AMAPÁ.....	106
FIGURA 9: MENINAS NA CANOA, RIO UNINI.....	111
FIGURA 10: BANDEIRA DO BRASIL, RIO UNINI.....	119

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AMORU (Associação dos Moradores do Rio Unini)

AMOTAPI (Associação dos Moradores do Tapiíra)

APs (Áreas Protegidas)

APA (Área de Proteção Ambiental)

ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico)

ASPAC (Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural)

AVIVE (Associação Viva Verde da Amazônia)

CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente)

COOMARU (Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini)

DFEE (Divisão de Florestas e Estações Experimentais)

FLONA (Floresta Nacional)

FLOTA (Floresta Estadual)

GTZ (Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento)

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)

IDSM (Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá)

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

IUCN (The World Conservation Union)

IPE (Instituto de Pesquisas Ecológicas)

ISA (Instituto Socioambiental)

MMA (Ministério do Meio Ambiente)

ONGs (Organizações Não Governamentais)

ONU (Organização das Nações Unidas)

OSCs (Organizações da Sociedade Civil)

OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)

PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)

PNMT (Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque)

RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável)

RESEX (Reserva Extrativista)

RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural)

SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente)

SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

SWOT (Strengths Weaknesses Opportunities Threats)

UGI (Unidade de Gestão Integrada)

WWF (World Wildlife Fund)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1. A PESQUISA	1
1.1 QUESTÕES E HIPÓTESES	2
1.2 OBJETIVOS.....	5
1.3 MÉTODOS E METODOLOGIA.....	5
MOMENTO I - CONTEMPLAÇÕES TEÓRICAS	7
2. ANTES DE TUDO, ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE.....	8
2.1 A AMAZÔNIA COMO FOCO DA CONSERVAÇÃO	12
3. INÍCIO, POR QUE DIÁLOGO?.....	15
4. MAS O QUE É PARTICIPAÇÃO?.....	20
4.1 SUAS DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS	20
5. AS COMUNIDADES E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	32
5.1 QUEM SÃO AS COMUNIDADES QUE HABITAM AS UCs?.....	35
5.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE PERMITEM AS COMUNIDADES COMO HABITANTES 41	
6. PARTICIPAÇÃO, COMUNIDADES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	43
6.1 DESAFIOS DESTA COMBINAÇÃO	43
6.2 POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	54
MOMENTO II – OBSERVANDO, DIALOGANDO E PARTICIPANDO.....	59
7. O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADES EM PROJETOS TURISMO EM DUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	60
7.1 DE QUAL TURISMO SE FALA?	60
7.2 AS ONGS AMBIENTALISTAS CONSIDERADAS PARCEIRAS DA CONSERVAÇÃO.....	63
7.3 O PAPEL DOS GESTORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS PROJETOS.....	67
8. OS PROJETOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA RESEX DO UNINI - AM E DA FLONA DO AMAPÁ - AP.....	69
8.1 O CASO DO PROJETO COM A RESEX DO UNINI - AM	73
8.2 O CASO DO PROJETO COM A FLONA DO AMAPÁ – AP.....	101
MOMENTO III – APRENDIZAGENS.....	111

9. APRENDIZAGENS SOBRE DIÁLOGO COMO FUNDAMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS COM COMUNIDADES HABITANTES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	112
9.1 PARTICIPAÇÃO DE FATO (E/OU) MANIPULAÇÃO?.....	115
9.2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ONGS E COMUNIDADES NOS PROJETOS	117
<u>MOMENTO IV – REFLEXÕES E CAMINHOS PARA O FUTURO.....</u>	119
10. SÍNTESE DOS APRENDIZADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA	120
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
11.1 DOCUMENTOS E RELATÓRIOS:.....	133
11.2 SÍTIOS DE INTERNET	133

APRESENTAÇÃO

1. A PESQUISA

Antes de tudo, esta pesquisa se relaciona com os processos de mudança:

“Às vezes as mudanças surgem vagarosamente e insidiosamente; às vezes as mudanças nos são impostas pelas alterações radicais que ocorrem em nosso ambiente; às vezes são o resultado direto (e não oposto ou gradual) das coisas que nós mesmos colocamos em movimento – nossos planos surtem efeito contrário ao pretendido e nossa lógica, planejamento e habilidade de previsão ficam desnudados. Sabemos, com base em nosso próprio desenvolvimento pessoal, que nossas vidas estão repletas de tais contradições e incertezas; nossas vidas não estão apenas sob nosso próprio controle, mas também são o resultado ambíguo do desdobramento de um padrão cujas causas mobilizadoras só são discerníveis em retrospecto” (KAPLAN, 2005: 17).

Esta dissertação nasceu da vontade de ampliar a compreensão sobre os conflitos socioambientais, as dinâmicas, as implicações, as dimensões, as (in)coerências dos projetos autointitulados participativos, propostos por Organizações Não Governamentais (ONGs) e aplicados com comunidades habitantes de Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia. A pesquisa baseou-se na experiência desta autora em dois projetos de turismo que almejavam ser de base comunitária, sendo o primeiro via a Fundação Vitória Amazônica (FVA) realizado junto à Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini, no Amazonas em 2010; e o segundo, via parceria entre a Conservação Internacional (CI) do Brasil e o Instituto Walmart do Brasil com as comunidades da Floresta Nacional (FLONA) do Amapá, no Amapá em 2011.

O fluxo da dissertação compõe-se por momentos de: 1. contemplação teórica, percorrendo os conceitos de sustentabilidade, diálogo, participação, comunidades tradicionais e UCs; 2. observação do fenômeno via descrição dos projetos com foco nas fases e atividades de maior interatividade entre os atores, e por meio da contextualização das UCs que abrigaram os projetos. Uma busca de compreensão

sobre o papel e a influência das ONGs e dos gestores das UCs nos projetos aplicados foi incluída, assim como apresentou-se os conceitos do tipo de turismo trabalhado; 3. análise de resultados processuais e conceituais capturados com as experiências vivenciadas que revelaram alertas, indagações e aprendizagens sobre a aplicação de projetos propostos por ONGs em comunidades habitantes de UCs; 4. reflexões finais e caminhos para o futuro, com a apresentação de uma síntese sobre possíveis práticas que podem servir a outros projetos e estudos.

De certo modo, este trabalho apresenta um caráter autoavaliativo, pois os projetos analisados foram consultorias realizadas por esta pesquisadora no passado recente. As incoerências, os erros, as críticas, os desafios, os desapontamentos, as irresponsabilidades, antes de serem endereçados aos atores destacados na pesquisa, vão para a própria autora e servem de impulso à evolução de sua prática.

1.1 Questões e hipóteses

São raros os projetos ditos participativos propostos às comunidades habitantes de UCs que sobrevivam após o final dos financiamentos e da ausência física, estrutural e apoiadora das organizações que os criaram, sejam estas governamentais, não governamentais e/ou privadas. Parece que a maioria deles são mais utilizados como legitimadores das próprias razões, visões e necessidades internas de autoviabilização dessas instituições do que como processo promotor de autonomia, criticidade, empoderamento e ajuda para contemplar as reais necessidades das comunidades. Desse modo, ao findarem-se, e com o desenrolar do tempo, a maioria padece, os recursos desaparecem, os materiais degradam-se e as comunidades continuam do mesmo modo, ou talvez, um tanto mais descrentes nos processos coletivos e participativos.

A maioria dos projetos apresentam objetivos dignos, baseiam-se na melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio do engajamento, empoderamento e do autodesenvolvimento e/ou, com o incremento da renda dessas populações via empreendedorismo local, outros somam a tudo isso a busca pela conciliação entre a preservação da natureza e o desenvolvimento. Porém, muitas vezes, eles chegam às comunidades com ideias e ideais pré-formatados. Sendo encaixotados em editais cujas metas, prazos, resultados não apresentam maleabilidade e, muito menos, respeitam os diferentes tempos e complexas visões de mundo locais.

É nesse momento que a palavra participação se torna mágica. Os chamados processos participativos são colocados como legitimadores e autenticadores dos projetos. Rahnema (1992, *apud* RABINOVICI, 2009) indica que a participação é esfumada pela mediação de instituições que atuam “*sob uma influência ideologizada e baseada em percepções próprias do mundo, compondo um ideal pré-definido de mudança. Sendo assim, a liberdade, fundamental para a participação ocorrer, estaria ainda distante*”. Rabinovici (2009, 244) observa a existência de uma ideologia junto às metodologias participativas que findam “*por desvalorizar formas diversas e tradicionais de poder e, assim, tem potencial de acabar com possíveis arranjos de resistências locais, na medida em que desmobiliza instituições já existentes ou instâncias de tomada de decisão muito mais democráticas e participativas do que as propostas nos projetos*”.

A questão é que certas instituições em seus processos internos e projetos, em sua concepção, depreciam o potencial e o valor de transformação socioambiental positiva que contém os processos participativos. Supõe-se que a participação qualificada e fundamentada no diálogo, poderia melhorar a qualidade dos projetos e, inclusive, servir de instrumento promotor de criticidade das comunidades em relação aos próprios projetos convencionais que chegam a elas via ONGs. Supõe-se também que haja conceitos e visões discordantes sobre processos participativos, bem como aplicações divergentes sobre processos participativos, falta de tempo coerente com as propostas de participação, manipulação do modo participativo, isto é, sua utilização como meio de imposição de valores e visões de mundo e não como meio de promoção de educação crítica e emancipação do grupo trabalhado no projeto.

Além disso, grande porcentagem dos editais de financiamentos socioambientais não contempla uma etapa, anterior ao início dos projetos, de coinvestigação e coconstrução da visão e dos projetos, os quais deveriam ser baseados nas reais necessidades das comunidades, que são, teoricamente, as beneficiárias finais dos investimentos. Rabinovici (2009, 250) afirma que

“... é fundamental que nesse processo educativo, os financiadores se reeduquem. A maioria deles exige a participação em prazos curtos, não prevê tempo nem verbas que possibilitem a participação e isso, em editais para captação

de recursos é facilmente observado, quando se pede todo um trâmite para participação e não se dá prazo, ou não se cria condições para isso”.

Observa-se que, geralmente, os talentos e paixões dos indivíduos que compõem aquele coletivo comunitário não são considerados e incluídos nos diálogos e pré-construções dos projetos. Fatores que se supõem fundamentais para a participação qualificada poderiam ser mesclados à realidade socioambiental, à micro e macroeconomia, com possibilidades de extrapolação do óbvio, que privilegia e é coerente apenas com o mercado tradicional.

Supõe-se, desse modo, a ineficiência desses projetos, sejam eles de quaisquer naturezas. De certo modo, essas ideias até florescem com resultados numericamente impactantes e produtos concernentes com as bases, como a realização de oficinas temáticas e de aprimoramento de produtos, ou cursos de formação específicos geram belas imagens fotográficas e incrementam o portfólio das instituições mediadoras, as quais, geralmente, são administradoras diretas dos recursos financeiros captados junto aos organismos financiadores.

Mas será que essas comunidades beneficiárias realmente se desenvolvem, tornam-se autônomas e críticas do seu próprio processo e saem do jogo assistencialista que gera dependência? Será que quando os órgãos financiadores, assim como os mediadores dos recursos, saem de cena e as comunidades precisam caminhar e agir autonomamente segundo os próprios valores, crenças, organização, cultura, educação e modo de vida o projeto continua? Será que os projetos pré-formatados com destino às comunidades, quando cruzados com a complexa realidade socioeconômica e ambiental vivenciada, apresentam verdadeiro sucesso sem questionar as reais vontades e demandas das populações a que se objetivam?

Será que ao implementar os processos participativos fundamentados no diálogo, mesmo nos casos dos projetos pré-concebidos, considerando a dificuldade em se transformar em curto e médio prazo as políticas de financiamento de projetos socioambientais, não se poderia incentivar a participação qualificada e mitigar alguns percalços processuais, gerar empoderamento comunitário, e incrementar a sua criticidade em relação aos projetos?

Em consideração a esse contexto e buscando uma compreensão a partir da mescla do empírico e da pesquisa, reflete-se neste trabalho sobre as implicações, dinâmicas, coerências e incoerências da aplicação de processos participativos fundamentados no diálogo em projetos de turismo de base comunitária propostos por ONGs às comunidades habitantes de UCs de Uso Sustentável da Amazônia.

1.2 Objetivos

Como objetivo geral, almejou-se compreender a relevância dos processos participativos fundamentados no diálogo para o desenvolvimento de projetos de turismo propostos por ONGs a comunidades habitantes de UCs da Amazônia brasileira.

De modo específico, buscou-se: (a) verificar se os processos participativos foram relevantes ou não para o desenvolvimento dos projetos; (b) identificar possíveis padrões dos processos participativos, buscando compreender fatores de sucesso e insucesso; (c) destacar aprendizagens sobre a aplicação dos processos participativos que servissem a futuros projetos.

1.3 Métodos e metodologia

“De fato, a descoberta na ciência é sempre uma percepção de significado; mais do que fazer uma nova observação, descobrir é encontrar uma nova forma de organizar aquilo que estava sendo observado” (KAPLAN, 2005: 40).

O método utilizado na construção da pesquisa foi dedutivo para a reflexão teórica e desenvolvimento, e dialético para as conclusões e reflexões finais.

A metodologia utilizada na tentativa de ultrapassar a subjetividade da pesquisadora baseou-se em: 1. revisão bibliográfica sobre metodologias e processos participativos, participação, diálogo, sustentabilidade, ONGs, comunidades tradicionais, turismo, UCs; 2. realização de dois estudos de caso sobre projetos de turismo aplicados com comunidades habitantes em UCs da Amazônia; 3. participação em eventos relevantes sobre o tema.

Atentou-se para o fato de que a ciência fez surgir um modo de pensar materialista, o qual *“emoldura nossa paisagem mental, identificada por sua inclinação cética, por sua abordagem reducionista, e por seu status de observador – não de participante”*

(KAPLAN, 2005: 29). E que por mais benéfica, promotora de desenvolvimento, tecnologia e libertadora em relação aos dogmas e fundamentalismos, “*ela é inadequada para o estudo do processo vivo [social], e incoerente em reação a seus próprios pressupostos*” (KAPLAN, 2005: 32).

Destaca-se que:

“O que se faz necessário é algo maior [que o método científico]. A atitude humana no mundo deve ser radicalmente mudada. Temos de abandonar a crença arrogante de que o mundo é um mero quebra-cabeças a ser montado, uma máquina com instruções de uso à espera de ser desvendada” (HAVEL, 1992, apud KAPLAN, 2005:17).

E, por se tratar de um tema social e conflituoso, fez-se presente a seguinte questão durante toda a pesquisa:

“... o âmbito do social não está ligado à resolução de problemas claros e bem delimitados pela aplicação de teorias e técnicas derivadas do conhecimento científico. Pelo contrário, a tendência é que nos encontremos não com ‘problemas’, simplesmente, mas sim com situações confusas e indeterminadas” (KAPLAN, 2005:25).

Portanto, a escolha e definição da metodologia aplicada para a revelação desta dissertação acompanhou o próprio processo de desabrochar da pesquisa em si unido ao processo de desenvolvimento da pesquisadora junto ao trabalho de observação do conteúdo pesquisado.

MOMENTO I - CONTEMPLAÇÕES TEÓRICAS



FIGURA 1: NASCER DO SOL COM CHUVA NO RIO UNINI. AUTOR: MINARI.

2. ANTES DE TUDO, ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE

Tema tão proclamado nos dias atuais, a sustentabilidade permeia as reflexões em diversos setores e contextos sociais. Nos projetos de turismo desenvolvidos com comunidades que habitam as Unidades de Conservação (UCs), sua busca aplicada é central. Mas será a sustentabilidade um paradigma, um paradoxo, uma alternativa de futuro ou o antigo que se torna moderno? Será a sustentabilidade alcançável em termos práticos, mensurável? Existem exemplos de sociedades que alcançaram a sustentabilidade? Qual modelo de governança oferece a sustentabilidade? Há consenso sobre o que é sustentabilidade? O que seria sustentabilidade para as UCs e para os projetos com comunidades que vivem nelas?

O exercício de criar boas perguntas colabora para se encontrar a(s) melhor(es) resposta(s) sobre um determinado assunto. E quando se trata de tentar cristalizar um conceito sobre sustentabilidade, um tema extremamente complexo em sua simplicidade (do latim: *sustentare* – segurar por baixo, conservar, manter, animar)¹, essa arte se faz necessária.

É significativo notar que, na busca de uma definição mais precisa sobre sustentabilidade, há autores que percorrem caminhos mais filosóficos e holísticos, abordando questões como a física quântica, o respeito à vida em todas as suas formas e até mesmo relações humanas em aspectos emocionais e físicos (CAPRA, 2002; GOSWAMI, 2010) e outros autores mais pragmáticos que discursam sobre a sustentabilidade dentro de uma área do conhecimento com recortes bem específicos da realidade, como a economia, a gestão ambiental, a administração, as políticas públicas, a ecologia e quantos mais outros temas a fragmentação puder gerar (VEIGA, 2006 e 2010; AFONSO, 2006). Como em qualquer tema contemporâneo que ganha espaço na mídia, que se torna moda e pode ser usado como discurso político polido de ambientalmente correto, economicamente justo e economicamente viável, a especulação literária e científica é vasta.

Entretanto, na contemporaneidade, poucos são os autores que se destacam e vão além do discurso do desenvolvimento sustentável e descolam o substantivo desenvolvimento do qualitativo sustentável e aprofundam o discurso na busca de

¹ Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11^a, 2004.

mudanças reais do paradigma dominante do capital. Ainda menos são os que não se cegam com a dicotomia homem-natureza e superam a visão de que a ciência dará conta de oferecer todas as soluções e respostas às demandas de mudança de paradigma e (r)evolução rumo às sociedades justas e equilibradas nos aspectos significativos que sustentam a vida. Veiga (2006) reforça a ideia de que:

“O que interessa é simplesmente notar que a chamada mudança dos paradigmas científicos está, no máximo, engatinhando. E é isto que nos permite, finalmente, tentar responder à terceira pergunta formulada no início deste texto [A insustentável utopia do desenvolvimento]: até que ponto a ‘noção de desenvolvimento sustentável’ aponta para o surgimento de uma nova utopia? Sintetizando tudo o que pude avançar sobre essa questão, até o momento, eu diria que estamos numa situação muito semelhante ao início das sociedades industriais, quando saint-simonianos, fourieristas e owenistas profetizavam e tentavam antecipar inúmeros aspectos da modernidade”(...) Ao mesmo tempo, tenho a impressão de que as diversas versões sobre o ‘desenvolvimento sustentável’ estão muito longe de significar o aparecimento da nova utopia” (VEIGA, 1989:199).

Lima (s/d e s/p) afirma:

“À parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland² permite uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se

² O Relatório Brundtland e a definição de desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do tempo presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” veiculada à WCED oriunda, na verdade, do mesmo documento, que também ficou conhecido como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum). Em 1987, a WCED, também conhecida como Comissão Brundtland, recomendou a criação de uma nova carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. A comissão era presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

acrescentou uma variável ecológica. Esta polissemia revela o curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa” (LIMA, s/d, s/p).

Rattner anuncia que:

“(…) a falta de precisão do conceito de sustentabilidade evidencia a ausência de um quadro de referência teórico capaz de relacionar sistematicamente as diferentes contribuições dos discursos e campos de conhecimentos específicos” (RATTNER, 1999:233).

Para Rodrigues:

“a sustentabilidade, se não levar em conta a complexidade das relações societárias, figura entre os mitos políticos contemporâneos que, segundo Girardet³ (1987), não se diferenciam dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais, pois são fluidos, imprecisos, interpenetram-se, são proféticos” (RODRIGUES, 2001: 28).

Faladori (2004⁴), em conferência realizada na cidade de São Paulo, defendeu que o *“tal tripé da sustentabilidade: economia, sociedade e meio ambiente, derruba o conceito geral do desenvolvimento sustentável”* e afirmou que *“a pressão econômica volta-se à lógica do sistema atual que busca o lucro a qualquer custo, realidade que se choca diretamente com a questão social que necessita de melhor distribuição de renda e oportunidades”*.

Capra (2000) salienta que a diversidade aumenta a resistência e que a vida desde seu início — há uns três bilhões de anos — não ocupou o planeta pelo combate, pela hegemonia, mas sim pela cooperação, parceria e pelo estabelecimento de redes, do mesmo modo que:

³ Cf. GIRARDET, Raoul [1987]. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ Conferência pronunciada em colóquio no seminário “O homem e o meio – cultura, ciência e sociedade sustentável”, realizado entre os dias 24 e 26 de agosto de 2004 em São Paulo.

“o que é sustentado numa comunidade sustentável não é o crescimento ou desenvolvimento econômico, mas toda teia da vida da qual depende nossa sobrevivência em longo prazo. Uma comunidade sustentável é planejada de tal maneira que seus modos de vida (...) não interfiram com a habilidade inerente à natureza de sustentar a vida” (CAPRA, 2000:16).

Morin (2003) garante que as sociedades domesticam os indivíduos por meio de mitos e ideias que, por sua vez, domesticam as sociedades e os indivíduos, mas os indivíduos poderiam, reciprocamente, domesticar as ideias, ao mesmo tempo em que poderiam controlar a sociedade que os controla.

Contudo, como não poderia deixar de ser, a sustentabilidade — ou a sua busca utópica — é um tema humano e, portanto, subjetivo e singular a cada um. Pouco importa para a Terra que se encontre ou não uma definição de sustentabilidade, o planeta se manterá vivo independente da existência da espécie humana. É impossível considerar (ou impor), parafraseando Porto-Gonçalves (2004), que um indígena xavante que vive em sua reserva no cerrado brasileiro, tenha a mesma concepção de sustentabilidade do que um árabe que vive no deserto da Tunísia ou um norte-americano de Nova Iorque e até mesmo um brasileiro paulista ou um ribeirinho amazônico. Isso porque as condições de reprodução da vida de cada um desses seres humanos pautam-se em referenciais socioculturais, ambientais e econômicos contextualizados localmente por maior que seja o contato estabelecido entre os povos, inclusive com o advento da internet.

Assim, indica-se que a sustentabilidade está pautada na qualidade das relações humanas. Seja da relação do ser humano com ele mesmo, em sua plenitude e integralidade, seja da relação dele com os outros seres humanos que o circundam e o refletem, seja da relação dele com a natureza. A partir dessa perspectiva, a busca da síntese do conceito de sustentabilidade passa pelo desafio de se compreender o que cada ser humano considera importante para que tenha qualidade em suas relações e, conseqüentemente, em seu modo de sustentar a vida.

Navegar com parcialidade no mar de possibilidades que induzem a uma visão sobre sustentabilidade talvez seja realmente o modo mais eficaz de se alcançar um terreno seguro para uma definição — o fractal nada mais é que o todo em miúdo. Nesse

contexto, uma coerente definição de sustentabilidade pode ser: *“uma grande obra artística e portanto difícil de descrever — você vê, não sabe como descrever, mas sabe quando é que está acontecendo”* (SETA, 2011, citando Ray Hilborn em comunicação verbal). Ou será a sustentabilidade um mito da era antropocena⁵?

2.1 A Amazônia como foco da conservação

O bioma Amazônia é cenário de disputas desde os tempos coloniais. Rabinovici (2009: 41, citando ZHOURI, 2001) afirma que, junto com a Mata Atlântica, a Amazônia é símbolo fundamental do ambientalismo ocidental. Quando se fala em grandes patrimônios naturais da humanidade, Becker (2005) afirma que restam

“três grandes eldorados (...): a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil.”
(BECKER, 2005:77).

Apesar do *“curto e violento ciclo da borracha que durou de 1870 a 1910, a maior parte da Amazônia afastada da calha principal do rio Amazonas permaneceu relativamente à margem da ocupação”* (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 286).

Concomitantemente, o alarme global sobre a degradação ambiental e as mudanças climáticas tornaram a Amazônia foco internacional, principalmente das grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, com a intenção de torná-la uma grande área protegida fato que gerou grandes desconfortos internacionais, principalmente em 1980 e 1990, quando se questionavam a legitimidade do Brasil e de outros países que contêm Amazônia em preservá-la (BECKER, 2005:77).

Numa sociedade em que apenas o que gera lucro monetário é valorizado e com a capacidade humana de criar *“mercadorias fictícias”* (KARL POLANYI: 1980, *apud* BECKER, 2005: 77) a Amazônia foi descoberta como uma imensa fonte de geração

⁵ A ideia da era Antropocena foi oficialmente lançada pelo vencedor do prêmio Nobel Paul Crutzen em 2002 na revista Nature <<http://www.ecodebate.com.br/2011/06/07/antropoceno-cientistas-proclamam-que-estamos-no-nascimento-de-uma-nova-era-geologica/>>. Acessado em 07/06/2011.

de capital. Antigamente, com a Revolução Industrial, a força de trabalho e o dinheiro foram transformados em mercadorias, e, na contemporaneidade, a natureza, a água, o ar, a biodiversidade passaram pelo mesmo processo⁶. Esse contexto de mercantilização da natureza também gera um alerta à soberania dos países como na época da preservação a qualquer custo, principalmente, e geralmente para aqueles em processo de desenvolvimento, os quais ainda detêm esse grande capital natural. Isso, principalmente em função da compra de áreas naturais florestadas destinadas à preservação por corporações internacionais mediadas por ONGs. Berta Becker (2005) alerta:

“Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de sequestro do carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira que tem um projeto nesse sentido no estado do Amazonas; a Central South West Corporations, de Dallas, uma empresa de energia que fez uma aquisição no Paraná de setecentos mil hectares, através da mediação da National Conservancy, da reserva da Serra de Itaqui; além dos projetos que não conhecemos, visto que uns são oficiais e outros não. Há restrições a colocar nesse sentido porque a terra e a floresta são bens públicos e a venda de floresta significa venda de território e não é correta do ponto de vista do país. (...) O mercado dos recursos hídricos é o mais atrasado, embora haja múltiplas tentativas de regularização desse mercado. A água é considerada o ouro azul do século XXI, em termos globais, porque há escassez e consumo crescente no mundo, sobretudo nos países semiáridos que utilizam a irrigação. Ademais, há previsões de que a disputa por água pode chegar até a conflitos armados” (BECKER, 2005:77)

⁶ Como exemplo claro de transformação de um bem natural que pertence à vida em todas as formas, independente da humanidade, é o caso do ar. Becker bem diz: “O que é o protocolo de Kyoto se não o mercado do ar? É a tentativa de estabelecer cotas de emissão de carbono nos países fortemente industrializados e poluidores em troca de manutenção de florestas em países com elas dotadas. O mercado do ar é o mais avançado” (BECKER, 2005).

Sob esse olhar, as UCs da Amazônia são sempre foco de atenção mundial. Nesse cenário, a palavra imensidão⁷ pode ser a que mais contemple significado, independente da exatidão dos números divulgados pelos órgãos competentes e da intenção real da preservação.

Um estudo que trata sobre a contribuição das UCs da Amazônia para a economia pelo olhar de organizações internacionais obtém que a soma territorial dessas áreas chega a 100 milhões de hectares, número que cobre 23,8% do seu território (MEDEIROS et al, 2011). Outro estudo que constrói um panorama geral sobre a realidade e os desafios das APs da Amazônia a partir do ponto de vista de duas ONGs nacionais, afirma que

“em dezembro de 2010, as Áreas Protegidas na Amazônia Legal [UCs mais terras indígenas] somavam 2.197.485 quilômetros quadrados, ou 43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro. (...) Até 2010, só as Unidades de Conservação federais na Amazônia Legal somavam 610.510 km², enquanto as estaduais ocupavam 563.748 km². Com relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável — onde são permitidas atividades econômicas sob regime de manejo e comunidades residentes — até dezembro de 2010 correspondiam a 62,2% das áreas ocupadas por UCs (federais mais estaduais), enquanto as de Proteção Integral totalizavam 37,8%.”(VERÍSSIMO et al, 2011: 9).

Por mais que os números sejam imensos, os reais avanços na consolidação e alcance dos propósitos de preservação e conservação dessas áreas deixam lacunas que geram especulação. Mesmo que existam financiamentos⁸ nacionais e

⁷ A imensidão não está somente em área absoluta, mas em quantidade e qualidade de vida humana e não humana e consequentes relações que se estabelecem dentro do bioma Amazônia. Além de se falar mais de 200 línguas, há registros de mais de: “40 mil plantas vasculares (30 mil endêmicas ou exclusivas do bioma); 397 espécies de mamíferos (230 endêmicas) (Paglia et al, no prelo); 1.300 espécies de aves (263 endêmicas); 378 espécies de répteis (216 endêmicas); 427 espécies de anfíbios (364 endêmicas) e 9 mil espécies de peixes de água doce (Rylands et al., 2002), sem contar 1,8 mil espécies de borboletas, mais de 3 mil de formigas, aproximadamente 2,5 mil de abelhas e cerca de 500 espécies de aranhas” (OVERALL, 2001, apud, VERÍSSIMO et al, 2011).

⁸ O ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) é “um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerenciado pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro

internacionais robustos para apoiar e incrementar as APs amazônicas já existentes e ampliar a extensão das APs nesse bioma de acordo com as metas brasileiras em função da Convenção sobre a Diversidade Biológica⁹, questões básicas de gestão deixam as APs frágeis: cerca de 50% das UCs Amazônicas não possuem o plano de manejo adequado e aprovado, documento que é exigido por lei e que deve ser criado em no máximo cinco anos após a data do decreto da unidade e revisto periodicamente; inexistente conselho gestor organizado, envolvido e atuante em 45% das UCs; faltam pessoas em número suficiente para gerirem as UCs — a média é de uma pessoa para cada 1.871,7 km² (VERÍSSIMO et al, 2011:9).

Além disso, em função do modelo de desenvolvimento adotado pelo País, aspectos como desmatamento ocasionado pelos grandes empreendimentos de infraestrutura do setor energético e de transporte, somados às atividades mineradoras são fatores a serem considerados com cautela no que diz respeito à saúde das APs amazônicas, mesmo que não sejam objeto direto deste estudo.

3. INÍCIO, POR QUE DIÁLOGO?

“Estar centrado, estar autoconsciente, significa se sentir à vontade com a noção de vazio” (KAPLAN, 2005).

O diálogo possibilita que o pensamento coletivo seja evidenciado e fortalecido sem desrespeito ao individual, isto é, tudo é produção e patrimônio do grupo, pois a

para a Biodiversidade) e financiado com recursos do *Global Environment Facility (GEF)* — por meio do Banco Mundial —, do governo da Alemanha — por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) — da Rede WWF — por meio do WWF-Brasil e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES. O Programa foi criado com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto / longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável naquela região” (<http://www.programaarpa.org.br/pt/institucional.html>). Acesso em 21/08/2011.

⁹ A CDB (Convenção sobre a Diversidade Biológica) é “um dos resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento — CNUMAD (Eco 92). O Brasil é signatário da convenção e criou projetos para seguir suas diretrizes, tais como: a) *Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica*; o *Programa Nacional da Diversidade Biológica — PRONABIO*; e o *Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira — PROBIO*. A *Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)*, por meio da *Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBio)* é o ponto focal técnico da *Convenção sobre Diversidade Biológica no país*”. (<http://www.cdb.gov.br/CDB>). Acesso em 21/08/2011.

inspiração e criação nasce dessa sabedoria e da coerência do significado compartilhado. Tal movimento é inclusivo, dinâmico e torna-se transformacional, generativo e emancipatório, instigando e gerando mobilização e engajamento em prol de um propósito coletivo comum. Por ser construído numa esfera inclusiva, o diálogo é multilateral por essência. A sua construção se dá a partir de diferentes pontos de vista, os quais por sua vez estão imersos em pressupostos formatados por padrões mentais e culturais — que são conscientemente identificados e deixados de lado para não bloquearem a emergência de novos significados — possibilitando a união e o exercício da democracia profunda.

O diálogo se caracteriza por ser uma prática de conversação em grupo norteada por princípios. Um deles é a busca da suspensão dos pressupostos ou julgamentos referentes a determinado assunto ou pessoa. Os participantes são convidados a participarem da conversa como se estivessem naquele grupo pela primeira vez em suas vidas, intuindo ter algo muito importante a aprenderem com aquelas pessoas numa atitude de deixar de lado ou em suspensão todas as suas verdades e filtros existentes, exercendo uma curiosidade espontânea sobre o encontro. Tal postura permite que as imagens e os modelos mentais individuais estabelecidos sobre determinadas pessoas ou situações não bloqueiem ou embarreirem o aprendizado e/ou descoberta que está por vir. Não se trata de ferir valores pessoais ou culturais: o convite é para o permitir-se ouvir livremente e sem julgamentos.

A fala intencional é outro princípio explorado no diálogo, o qual permite que a conversa mantenha-se no prumo intentado e com maior precisão no aporte de conteúdo. Isso é importante tanto para a manutenção da atenção e da energia criativa do coletivo quanto para a geração de conhecimento útil ao grupo. Uma estratégia para a fala se tornar intencional é exercê-la em primeira pessoa do singular — “eu penso” —, não correndo-se o risco, assim, de fazer uso de demasiadas generalizações que são, muitas vezes, subterfúgios de responsabilidades individuais — “as pessoas acreditam que”.

Outro princípio fundamental é a escuta ativa. Nesse caso, almeja-se exercitar uma escuta dedicada, delicada, com atenção plena e abertura ao todo cognitivo, emotivo e sensível da conversa que está acontecendo. Busca-se, como princípio, a lapidação, a elevação da consciência e sabedoria do grupo para um estágio mais

refinado do que existia no início da conversa, fatores que geram aprofundamento de conhecimento sobre determinado tema ou situação.

Um grupo entra no diálogo despido de si para expandir-se em si. É possível perceber que cada princípio é complementar e potencializador do outro: é impossível exercitar uma escuta ativa, com uma fala não intencional e com a mente repleta de julgamentos; é mais difícil exercitar o não julgar e elevar a consciência e sabedoria do grupo com falas excludentes, generalistas, rígidas e cheias de verdades absolutas¹⁰.

De acordo com Bohm (2005):

“Diálogo’ vem do grego diálogos. Logos significa ‘palavra’ ou, em nosso caso, poderíamos dizer ‘significado da palavra’. E dia significa ‘através’ — e não ‘dois’, como parece. O diálogo pode ocorrer com qualquer número de pessoas, não apenas com duas. Mesmo uma só pessoa pode ter o sentimento diálogo dentro de si, se o espírito do diálogo estiver presente. O retrato ou imagem sugerido por essa derivação é o de uma corrente de significados que flui entre nós e por nosso intermédio; que nos atravessa, enfim” (BOHM, 2005:34).

A prática do diálogo está essencialmente ligada ao compartilhamento. Mais exatamente, ligada ao compartilhamento de significado:

“quando podemos compartilhar experiências e o que elas dizem para nós, quando falamos e os outros compreendem, e não somente escutam, quando sentimos que se forma uma espécie de pensar ou agir grupal, estamos em uma situação de diálogo” (BASSOLI, s/d, s/p).

Nichol (1995) lendo Bohm indica que:

“... o diálogo é um processo multifacetado, que vai muito além das noções típicas do linguajar e do intercâmbio coloquiais. É um método que examina um âmbito extraordinariamente amplo

¹⁰ A pesquisadora exercita essa prática do diálogo em seus trabalhos desde 2005.

da experiência humana: nossos valores mais intimamente arraigados; a natureza e a intensidade das emoções; os padrões de nossos processos de pensamento; a função da memória; a importância dos mitos culturais herdados; e, por fim, a maneira segundo a qual nossa neurofisiologia estrutura a experiência do aqui-e-agora” (NICHOL, 1995:7).

O diálogo é o oposto da discussão, nele não há disputa de significados. *“Muitas vezes, numa discussão, vence o mais violento, ou o mais astucioso, e não o melhor ou mais profundo”* (BASSOLI, s/d, s/p). Nos espaços de grupos institucionalizados ou não, como nos acadêmicos, políticos, empresariais, governamentais, não governamentais, e até mesmo familiares, no quais se inserem processos de trocas de ideias, conhecimentos, conceitos e significados, o termo geralmente utilizado é discussão/debate sobre determinado tema, problema, projeto, futuro. Entretanto, nos ambientes que se pretendem democráticos e inclusivos, principalmente quando se trata da relação com comunidades, esses termos se tornam descabidos por seu caráter fragmentador:

“... a palavra ‘discussão’, que tem a mesma raiz de ‘percussão’ e ‘concussão’ (...) significa quebrar, fragmentar. Dá ênfase à ideia de análise, na qual podem existir muitos pontos de vista, e cada indivíduo apresenta o seu, que difere dos outros. E assim, eles analisam, estilhaçam. Tudo isso obviamente tem seu valor, que, no entanto, é limitado e não nos levará muito longe, muito além dos nossos pontos de vista. A discussão é quase como um jogo de pingue-pongue, em que as pessoas estão ‘raqueando’ as ideias para lá e para cá e o objeto do jogo é ganhar ou somar pontos para cada participante. É possível que você aproveite as ideias dos outros para nelas basear as suas — você pode concordar com um e discordar de outros —, mas o ponto fundamental é ganhar o jogo. Esse é, com frequência, o caso das discussões” (BOHM, 2005:34).

Ao contrário da discussão, no diálogo as ideias são somadas e evoluem conjuntamente. Os pressupostos e preconceitos arraigados nos modelos mentais são suspensos para dar lugar a uma curiosidade espontânea e à observação

apreciativa do fenômeno tratado. A questão é que a realidade vivida é criada a partir do pensamento e o pensamento é uma criação coletiva. Se o pensamento nascer das discussões, a realidade será fragmentada, se nascer do diálogo, aumentam-se as chances de criação de uma realidade que sirva aos propósitos do projeto almejado.

Bohm (2005: 35) salienta que a maioria das discussões se torna rasa e sem seriedade pela existência de aspectos que “*são mantidos inegociáveis e intocáveis. Assim as pessoas nem mesmo querem falar sobre eles.*” Nos contextos dos projetos de turismo com comunidades isso é fundamental de ser percebido e trabalhado. Os preconceitos — o não dito — refletem o modelo mental da cultura da comunidade e local envolvidos e, caso não identificados e trabalhados desde o início, podem desmontar qualquer projeto.

A não existência de heróis, líderes solitários e referências poderosas permite que a responsabilidade seja compartilhada por todo o grupo, criando uma esfera de empoderamento coletivo tanto dos resultados quanto dos desafios enfrentados para a transformação de um conflito e/ou busca de solução, realização de uma tarefa importante, ou mesmo trivial, mas que apresenta impacto na realidade vivida pelo coletivo que dialoga. Como afirma o consultor Bassoli:

“O protagonista, aquele que tem o papel principal no conflito, é tomado exatamente como aquele que expressa um conflito que não é só dele: é do homem, do ser humano, daquele grupo. Se ele o expressa bem, então todos podemos buscar, juntos, uma possível solução, ou, se isso for impossível, passar juntos pelas dificuldades do momento... Quando um grupo passa por um processo de diálogo, ao trabalhar o pensamento coletivo, grandes coisas passam a ser possíveis. Um grupo bem trabalhado pode realizar muito, seja conjuntamente ou para cada um de seus membros em separado. O diálogo ‘alinha’ o pensamento coletivo do grupo (cuidado: não uniformiza), como o laser alinha os feixes de luz. Busca desfazer as distorções do pensamento e do ‘logos’ desse grupo” (BASSOLI, s/d, s/p).

O aprendizado emergido do diálogo no contexto do grupo — tanto com o erro quanto com o acerto — pode ser extrapolado para diversas situações da vida.

“Quando um grupo aprende a alinhar seu pensamento, a compartilhar significados, a abrir sua mente para aquilo que salta à percepção, seus membros aprendem a lidar com um sem-número de situações presentes a todo o momento pelo mundo afora. O aprendizado pode tornar-se universal, no sentido de aplicar-se a qualquer outra situação de sociedade ou grupo” (BASSOLI, s/d, s/p).

Ainda, inspirando-se em Bohm (2005) pode-se indicar a possibilidade de que a comunidade aprenda a se autoperceber pelo processo de propriocepção — isto é, ela pode desenvolver uma habilidade de prever situações potencialmente conturbadoras por meio da análise dos pensamentos, sentimentos e emoções do coletivo — aumenta as possibilidades de desenvolvimento e resiliência do coletivo em prol do bem comum.

Finalmente, sem a presunção de esgotar o assunto, enfatiza-se que **o diálogo é o fundamento da participação genuína**. Seu *“propósito é percorrer todo o processo do pensamento e mudar o modo como ele acontece coletivamente”* (BOHM, 2005:38). Se os projetos forem conduzidos a partir do diálogo, eles poderão ser essencialmente e realmente desenvolvidos para a comunidade com uma participação qualificada, pois nascerão da consciência coletiva expandida a fim de encaminhar e satisfazer às necessidades do coletivo.

4. MAS O QUE É PARTICIPAÇÃO?

4.1 Suas dimensões e características

Desde tempos imemoriais a humanidade se relaciona em grupos para conceber sua história, filosofia, cosmovisão, sociedade, seu mundo e a sua própria humanidade. Nesse relacionar-se, por meio de constantes movimentos, uns mais coerentes com as necessidades de sustentação da vida e outros menos, a humanidade participa da construção de sua ética, moral, práticas, seus modelos e sistemas que regem a sua evolução.

Há visões que desqualificam a participação, a partir do pressuposto de que *“multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares”* e que tal *“atitude tem sido ao mesmo tempo ‘uma armadilha’ mais do que ‘uma libertação”* (SENNET, 1998:17, *apud* SAYAGO, 2008:549).

Entretanto, pode-se dizer que a humanidade é participativa por natureza, nascendo com a necessidade da participação intrínseca à sua sobrevivência. É por meio da participação que se relaciona com o seu semelhante, garante seu alimento, abrigo, trabalho, sua arte. Desse modo o ser humano constrói o que necessita e deseja para a manutenção e desenvolvimento de sua saúde física, mental, estrutural, cultural. Nas aldeias, famílias, escolas, nos trabalhos, com os amigos, nos grupos criados intencionalmente com determinado propósito, nos ambientes rurais e urbanos, em todos os arranjos humanos as realizações individuais e/ou coletivas somente acontecem via participação.

Entretanto, foi apenas em 1960 que o conceito de participação foi usado pela primeira vez como atributo de processos decisórios.

“A participação foi entendida, então, como o elo que uniria a esfera do indivíduo com a esfera da sociedade; a ideia da participação foi assumida como a força que abria novas formas de interação, ainda difusas, entre a sociedade. A descentralização, ao mesmo tempo, sendo a ferramenta que agilizaria “a participação de ‘baixo para cima” (LUDOVICI, 1992: 9, *apud* SAYAGO, 2008:544).

Bordenave, 1985, indica que a participação é

“o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1985: 16).

Sociologicamente, diz-se que o conceito de participação refere-se ao “*grau de integração do indivíduo em um grupo, sociedade ou instituição, expresso na intensidade, categoria e natureza dos contatos que mantém com os demais*”, implicando “*alto nível de conscientização social e política*” (DICIONÁRIO, 1986: 869, *apud* SAYAGO, 2008:544).

O antigo significado da palavra participativo era compartilhar. Atualmente designa tomar parte (BOHM, 2005). Por meio da participação, cria-se o que desejar, incluindo mundos justos ou injustos. A participação “*está carregada de um alto componente político, pois, em algumas ocasiões (...) é incentivada e, em outras, é vetada*” (SAYAGO, 2008:544). O comunicador Bordenave (1985) ironiza que a participação serve aos interesses de todos — desde os setores mais progressistas, os quais desejam uma democracia mais autêntica, quanto os tradicionalmente menos favoráveis às forças populares — pois pode tanto ser implantada com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção do controle de muitos por alguns (BORDENAVE, 1985: 12).

Sugere-se que o “*homem somente desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa*” (BORDENAVE, 1985: 17).

O fenômeno da participação abrange diferentes dimensões e aspectos em sua complexidade. Quanto às dimensões, Bordenave conclui que a participação possui duas bases complementares: uma afetiva, pessoal, a qual remete ao prazer do fazer junto; e outra instrumental, utilitarista, que garante a eficiência e a eficácia do fazer junto (BORDENAVE, 1985:16). Essa última ressalta a importância do aspecto processual, isto é, dos processos participativos tão referidos nos últimos tempos.

“Fazer parte”, “tomar parte”, “ter parte”, todas essas expressões remetem à participação, porém com diferentes níveis de intensidade, significado e engajamento. Fatores esses que geram diferenças entre a participação *ativa* e *passiva* (BORDENAVE, 1985: 22).

A busca deste trabalho é compreender e incentivar a participação comunitária no sentido de “tomar parte”, ou da participação ativa. Com a consciência de que mesmo nos processos em que os indivíduos participam ativamente, o que mais vale é o *como* ele participa além do *quanto* participa. Parafraseando Bordenave, (1985), os

melhores projetos participativos desenvolvidos com comunidades seriam aqueles nos quais os comunitários sentem que, por “fazerem parte” do projeto, “têm parte” real na sua condução e por isso “tomam parte” — no ponto de cruzamento de seu talento, vontade e necessidade presente — na construção de uma nova sociedade/comunidade da qual se “sentem parte”.

Além das dimensões subjetiva e utilitarista da participação, esse mesmo autor oferece as concepções de micro e macroparticipação. A primeira remete às *“associações voluntárias em pequenos grupos, de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos”* (BORDENAVE, 1985: 24). E a segunda, diz-se da participação macrossocial, *que “compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade”*. Refere-se, assim, ao que é mais *“básico na sociedade, que é a produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto”* (BORDENAVE, 1985: 24-25).

Então, *“participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”* (BORDENAVE, 1985: 25). Deste modo, uma sociedade participativa seria:

“aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível. Assim, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as microparticipações” (BORDENAVE, 1985: 25).

Assim, reflete o autor:

“Concebida a participação social como produção, gestão e usufruto com acesso universal, põe-se a descoberto a falácia de se pretender uma participação política sem uma correspondente participação social equitativa: com efeito, na democracia liberal os cidadãos tomam parte nos rituais eleitorais e escolhem seus

representantes, mas, por não possuírem nem administrarem os meios de produção material e cultural, sua participação macrossocial é fictícia e não real”¹¹ (BORDENAVE, 1985: 26).

Bordenave (1985: 27-29) categoriza o ato de participar em diferentes tipos: a) participação de fato: como a desenvolvida nas tarefas de subsistência das famílias, dos clãs, no culto religioso, na recreação e defesa contra os inimigos; b) participação espontânea: que leva os indivíduos a pertencerem a grupos variados como de vizinhos, de amigos nas chamadas “panelinhas” ou “gangs” — aqui não há organização e propósitos claros, apenas a intenção de satisfação das necessidades pessoais de pertencimento, afetividade, reconhecimento, prestígio —; c) participação imposta: como nos casos das comunidades indígenas, nas quais os indivíduos são obrigados a participarem de rituais e cerimônias específicas, e na sociedade modernas nas quais os indivíduos são obrigados a se submeterem à disciplina escolar e militar; d) participação voluntária: quando as pessoas definem organização, propósito e métodos de trabalho comum a fim de alcançar um objetivo, como nos sindicatos, cooperativas, associações de profissionais liberais, partidos políticos, negócios etc.; e) participação provocada (dirigida ou manipulada): quando alguns ajudam outros a realizarem seus objetivos, como a grande parte dos projetos de desenvolvimento de comunidades; e, f) participação concedida: como nos casos onde se há permissão de participação em projetos, lucros, grupos e tanto os que recebem a permissão quanto os que oferecem a condição da participação estão em acordo. O planejamento participativo, geralmente, está nesta última categoria.

No mesmo sentido de classificação da participação na vida social, Sayago (2008) elenca os seguintes aspectos:

“Participação individual: entendida como ação individual de livre escolha. Pode-se subdividir em participação pública e participação privada ou anônima. Exemplos dessa participação são o voto, as opiniões e entrevistas concedidas publicamente ou opiniões online facilitadas pelos serviços gratuitos de telecomunicação, entre outros. Participação coletiva: é uma ação coletiva de caráter associativo. Pode-se manifestar de

maneira pública ou privada. Podemos citar como exemplo as associações de pais e a maçonaria. Participação passiva: modalidade que implica a participação como repetição de comportamentos desejados. Participação no sentido quantitativo, mais do que qualitativo. Podemos denominá-la também semiparticipação ou considerá-la uma mera representação. Geralmente é uma participação esporádica. Um exemplo de participação passiva é a consulta ou informação que, solicitada ou oferecida, fornece o indivíduo ou grupo. O censo talvez seja uma clara expressão disso. Participação ativa: esse tipo de participação significa organização dinâmica de um grupo ou comunidade que assume o compromisso da luta e da conquista por meio do comprometimento direto nos assuntos de seu interesse. A solidariedade é seu alicerce. Significa mudanças no comportamento e nas atitudes ao nível individual e coletivo. À diferença da participação passiva, é regida pela constância. Daí sua formalidade. Movimentos sociais e ONGs servem de exemplo. Participação voluntária: é uma participação de caráter espontâneo, criada pelo grupo e associada à resolução imediata de problemas. Como na participação coletiva, é regida pela solidariedade. O mutirão é um exemplo de participação voluntária. Participação instrumental: objetiva a mobilização para a obtenção de fins que visam à conquista de posição ou poder. É dirigida por organizações externas e responde a objetivos previamente elaborados pelos técnicos responsáveis. Há inclusão da população e exclusão de suas decisões. Como exemplo desse tipo de participação, podemos citar os programas sociais/participativos desenhados pelos organismos de financiamento internacional como o BIRD e o BID” (SAYAGO, 2008: 546-547).

Distingue-se, ainda, participação simbólica e participação real. Na simbólica os participantes “*têm influência mínima nas decisões e nas operações, mas são mantidos na ilusão de que exercem o poder*”. Já na participação real, os participantes “*influenciam em todos os processos da vida institucional*”. Neste caso,

existem, ainda, papéis diferenciados entre os membros do grupo que são essenciais para seu bom funcionamento. São eles os “*agentes expressivos*”, os quais são pessoas consideradas autoridade em determinado assunto representativo para o grupo, como um pajé, um filósofo, um professor, um artista; e os “*agentes instrumentais*”, que são indivíduos ágeis em determinadas áreas operacionais, como os técnicos, os artesãos, os profissionais liberais, os caçadores nas aldeias. Para que a participação do grupo saia da esfera simbólica e torne-se real, são necessários processos e ferramentas operacionais que garantam a ação “*transformadora sobre seu ambiente e sobre seus próprios membros*”¹² (BORDENAVE, 1985: 63-64).

Questões importantes para a compreensão da participação são os graus e níveis em que esse substantivo se encontra num determinado grupo e/ou sistema. Veja:

Controle	Responsáveis						
	Membros						
	Grau de participação						
	1	2	3	4	5	6	7
	informação/ reação	Consulta facultativa	Consulta obrigatória	Elaboração/ recomendação	Co-gestão	Delegação	Autogestão

Figura 2: Graus de participação. Adaptado de BORDENAVE, 1985: 31. Criação da pesquisadora.

¹² A comunidade da Arte de Anfitriar se dedica a criar esses sistemas operacionais e ferramentas que criam um espaço para a participação genuína (www.artofhosting.org). No capítulo oito deste trabalho, encontra-se uma breve explicação sobre a rede.

Reflete-se sobre qual o grau de controle dos membros do grupo sobre as decisões e quão importantes são as decisões de que se podem participar. Bordenave, (1985: 30-36), apresenta uma escala que demonstra quão mais participativo pode ser o sistema de acordo com os seguintes graus em ordem crescente de participação:

1. Informação/reação — menor grau de participação —, quando os indivíduos do grupo são informados sobre as decisões tomadas independente de sua opinião a respeito do tema tratado. Às vezes, a reação dos indivíduos é levada em conta para a tomada de decisão final, em outras nem é tolerada;

2. Consulta facultativa, nesse caso o grupo é consultado se e quando os indivíduos responsáveis por determinada tarefa desejarem críticas, sugestões e dados para resolução de alguma questão independente se acatarão ou não os comentários dos demais — os membros aqui não são obrigados a opinarem sobre o assunto;

3. Consulta obrigatória, quando os indivíduos responsáveis por determinada tarefa são obrigados a ouvirem os demais membros do grupo, embora a decisão final continue dependendo dos responsáveis;

4. Elaboração/recomendação, quando o grupo é provocado a oferecer coletivamente propostas e medidas, desde que bem justificadas, para resolução de questões do sistema.

5. Cogestão, quando a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade, como em conselhos, comitês;

6. Delegação, quando os indivíduos responsáveis possuem autonomia e poder de decisão em campos e jurisdições específicas;

7. Autogestão — maior grau de participação —, na qual os indivíduos do grupo determinam seus objetivos, propósitos e escolhem os meios de trabalho, organização e desenvolvimento, estabelecendo os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa.

Ainda, de acordo com a importância das tomadas de decisões para o sistema, existem diferentes níveis de participação. O maior deles, o primeiro nível, refere-se à formulação da doutrina e da política do sistema; o segundo nível abrange a

determinação dos objetivos e das estratégias do grupo; o terceiro nível comporta a parte operacional de elaboração de planos, programas e projetos; o quarto nível refere-se às garantias e administração dos recursos necessários; o quinto nível estabelece a execução das ações que servem aos objetivos do grupo; e o sexto nível avalia os resultados (BORDENAVE, 1985: 33).

Alguns fatores condicionam a qualidade, o grau e o nível da participação segundo Bordenave (1985: 37-45), ou seja, facilitam-na ou obstaculizam-na. São alguns exemplos: as qualidades pessoais dos indivíduos; a natureza do problema ou da questão enfrentada pelo grupo; a filosofia social instaurada no contexto do grupo; o ambiente interno da organização; a existência de um consenso ideológico entre os membros do grupo; se o grupo ou organização é democrático ou autocrático, oligárquico ou centralizado; se os indivíduos têm funções e papéis claros; a rigidez ou flexibilidade da programação; e a estrutura social, isto é, a estratificação em classes sociais superpostas e com interesses divergentes.

Somam-se, ainda, fatores como o modelo organizacional adotado — sendo que quanto maior a hierarquia menor a participação —, assim como o número de indivíduos participantes, e o nível de complexidade do grupo e/ou organização.

Partindo-se do pressuposto de que **a participação somente acontece entre iguais**¹³, os aspectos citados detonam na noção do conflito, que se desdobram na percepção da existência dos *sistemas de solidariedade* e dos *sistemas de interesses*. O sistema de solidariedade existe principalmente no nível das comunidades, cujas ações visam à identificação com o grupo e à solidariedade entre as pessoas, num ambiente de relativa igualdade e construção de vínculos de modo natural e orgânico. Já nos sistemas de interesse, a ação visa ao benefício e interesse individual, criando a diferenciação entre os indivíduos do mesmo grupo, num movimento mecânico e utilitarista do grupo (BORDENAVE, 1985: 41-42).

Participar se aprende. As pessoas não nascem sabendo participar e precisam exercitar tal práxis — processo integrador da prática, da técnica, da invenção e da

¹³ Essa questão é fundamental no contexto dos projetos de turismo desenvolvidos com comunidades. Na maioria dos casos, nos quais os processos participativos são implementados, os indivíduos responsáveis pela condução do processo — técnicos, facilitadores, mediadores, ambientalistas, cientistas sociais — dificilmente se colocam numa posição igualitária em relação aos participantes. A hierarquia fica clara desde o início dos trabalhos.

teoria — nos ambientes de microparticipação, isto é, em comunidades, escolas, famílias, associações de bairro, grêmios estudantis, escolas de samba, para, assim, desenvolverem a habilidade de participar nos ambientes de macroparticipação, como em governos, movimentos multissetoriais e globais. Assim define o comunicador:

“A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando” (BORDENAVE, 1985: 74).

Nesse sentido, a qualidade da participação aumenta quando as pessoas:

“...aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferências e fatos de julgamentos...” (BORDENAVE, 1985: 73).

Para que a participação aconteça de modo qualificado e gere resultados que respondam às reais necessidades do coletivo, deve-se criar um espaço seguro para que o diálogo aconteça. Participar é diferente de simplesmente estar fisicamente presente nos fóruns dedicados a temas específicos, mas tal processo nem sempre é espontâneo: ele precisa ser aprendido e conquistado, sobretudo por aqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de representação política (FRANCA et al, 2006:17).

Existem forças e operações que formam a dinâmica da participação em escala local e global, as quais podem ser aprendidas pelos indivíduos. Bordenave (1985: 47-52), a partir de estudos de psicologia social, elenca dez forças que considera relevantes para a participação nas duas escalas: 1. A força das instituições sociais como a família, a escola, a religião, a economia, a segurança de acordo com cada cultura; 2. A força da organização social informal, com seus comportamentos padronizados,

códigos de conduta que distinguem membros e não membros, com objetivos claros; 3. A força das diferenças individuais que podem ser potencializadas em benefício do grupo; 4. A força da atmosfera geral do grupo que depende do estilo da liderança existente (autoritário, democrático, permissivo) que influenciará na produtividade, satisfação e responsabilidade dos membros; 5. A força do reconhecimento entre os indivíduos do grupo, bem como a qualidade da informação veraz e oportuna existente, fatores que garantem a participação mais genuína e produtiva; 6. A força da retroalimentação do grupo com os resultados alcançados com a ação coletiva; 7. **A força do diálogo**; 8. A força do padrão de comunicação¹⁴ que deve gerar sentimento de igualdade entre todos os membros; 9. A força dos membros que se tornam pontos focais nas conversas por se colocarem de modo útil e possuírem boa comunicabilidade; 10. A força do tamanho do grupo.

Conceitualmente, reconhecem-se duas intenções distintas da participação. Uma é integradora e adaptadora, com objetivos de melhorar ou apaziguar uma situação específica ou resolver um conflito, e a outra é transformadora, com a visão de modificar as estruturas de base como a economia, a política, a educação, a sociedade (BORDENAVE, 1985: 66-67). Na primeira, é relativamente mais fácil de se lidar com as questões políticas, com os modelos mentais instaurados. Já na segunda, não se pode evitar o posicionamento político e a necessidade de transformação dos padrões socioculturais vigentes.

Bordenave (1985) sintetiza alguns princípios básicos da participação para orientar o processo social:

“1. A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas. (...) Privá-las disso é mutilar o desenvolvimento harmônico de sua personalidade integral; 2. A participação justifica-se por si mesma, não por resultados. Sendo uma necessidade, não consiste apenas numa opção metodológica para cumprir mais eficientemente certos objetivos; ela deve ser promovida ainda

¹⁴ Como denuncia Bordenave (1985: 69): “... é paradoxal que os meios de comunicação em nossa sociedade democrática capitalista estão longe de favorecer a participação popular, pois, sendo de propriedade de grupos sociais hegemônicos, servem a seus interesses”.

quando dela resulte a rejeição dos objetivos estabelecidos pelo promotor ou pela perda da eficiência operativa; 3. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas (...). Deve-se anteciper que ela ocasionará uma descentralização e distribuição do poder, antes concentrado numa autoridade ou num grupo pequeno. Se não está disposto a dividir o poder, é melhor não iniciar um movimento de participação; 4. A participação leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo. (...) Um projeto participativo não se acaba quando se retiram as fontes eternas de assistência, pois as pessoas o consideram “seu”; 5. A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa. Ninguém nasce sabendo participar, mas, como se trata de uma necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la. Com a prática e a autocrítica, a participação vai se aperfeiçoando, passando de uma etapa inicial diretiva a uma etapa superior e maior flexibilidade e autocontrole até autoculminar na autogestão; 6. A participação pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique manipulação. Em grupos sociais não acostumados a participarem, pode ser necessário induzi-los à mesma. É claro que, ao fazê-lo, pode haver ocasionalmente intenções manipulatórias, mas também pode haver um honesto desejo de ajudar a iniciar um processo que vai continuar de maneira cada vez mais autônoma; 7. A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação. Por consistir numa tarefa coletiva, a participação se torna cada vez mais eficiente com a distribuição e funções e a coordenação dos esforços individuais, o que demanda organização. Além disto, ao coexistir na colocação comum de talentos, experiências, conhecimentos, interesses e recursos, a participação requer meios de expressão e troca. Exige também que as pessoas aprendam a se comunicar, quer dizer, a usar diversos meios de

comunicação e métodos de discussão e debate que sejam produtivos e democráticos; 8. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar. Nem todas as pessoas participam da mesma maneira. Há pessoas tímidas e outras extrovertidas, umas gregárias e outras que gostam de certa solidão, umas que são líderes e outras que gostam de segui-los. O sucesso da participação descansa em parte no aproveitamento da diversidade de ‘carismas’, sem exigir comportamentos uniformes e pouco naturais das pessoas; 9. A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los; 10. Não se deve “sacralizar” a participação: ela não é panaceia nem é indispensável em todas as ocasiões” (BORDENAVE, 1985: 76-81).

De todo modo, como visto, a participação genuína é um caminho para a libertação e para o alcance de conquistas sociais e ambientais importantes. Caso seja incrementada com os fundamentos do diálogo (BOHN, 2005) em sua prática, poderá alcançar resultados transformadores de realidades. Os projetos desenvolvidos com as comunidades habitantes das UCs poderiam reconhecer esses princípios e se fortalecer a partir deles.

5. AS COMUNIDADES E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Considerando a natureza uma construção social, o desafio posto é o de como descrever o meio ambiente em diferentes épocas e para sociedades diferentes ou buscando princípios gerais, infinitos que deem conta da complexidade e que permitam comparar diferentes exemplos de relação seres humanos/ natureza.

Porto-Gonçalves (2004: 41) indica a não existência de “*relação com a natureza a não ser por meio de um conjunto de significações socialmente instituído e, portanto, possível de ser reinventado num processo aberto, complexo, contraditório e indefinido sempre em condições históricas e geograficamente definidas*”.

Descola (1996) alerta ao perigo de se usar posturas relativistas que podem definir, a cada cultura, uma nova versão de uma natureza universal. Deve-se partir do

referencial antropocêntrico que norteia todas as conceptualizações e ultrapassar o dualismo (ser humano/natureza), buscando uma antropologia monista para estudar as relações que envolvem e constroem a cosmologia e a paisagem.

Segundo Schama (1995), Henry David Thoreau e John Muir, os precursores do que hoje podemos denominar ambientalismo, garantiram que nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo. Desta maneira, o oeste americano passou a ser representado por pintores como Albert Bierstadt e fotógrafos como Ansel Adams e Carleton Watkins. Eles, imaginando ser esse ambiente o antídoto para os venenos já proeminentes da sociedade industrial, criaram um “jardim”, imaginado como qualquer outro. Para Schama (1995), o primeiro Éden americano passou a ser Yosemite, e, embora nos dias atuais o estacionamento seja quase tão amplo quanto o próprio parque e os ursos estejam fuçando entre embalagens do McDonald's, esse ambiente ainda aflora em nosso imaginário como os precursores o criaram e os artistas o representaram, sem nenhum vestígio de presença humana. Naturalmente, conclui o autor, *“é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”* (SCHAMA, 1995: 17).

Para melhor compreender as relações entre homem e natureza, é necessária uma profunda reflexão e autocrítica sobre os mecanismos de funcionamento dessas relações, tanto no campo objetivo como no campo subjetivo. Tal tarefa se torna mais interessante a partir do momento que se contrapõem a outras lógicas e sistemas provindos das mais diversas culturas.

A própria noção de paisagem, antes mesmo de se tornar um repouso para os sentidos, é uma obra da mente. Por mais que se esteja habituado a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, estes, na verdade, são inseparáveis, *“compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”* (SCHAMA, 1995:17).

Na prática os territórios de ocupação tradicional como as terras indígenas e quilombolas, assim como as Unidades de Conservação¹⁵ (UCs), os Corredores

¹⁵ a Lei número 9.985, de 18 de Julho de 2000, instituiu um regimento específico sobre as UCs brasileiras com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹⁵ (SNUC), cujos principais objetivos são: *“I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território*

Ecológicos, as cavernas, os Sítios Ramsar (zonas úmidas), as Áreas de Patrimônio Cultural e as Paisagens Culturais, são todos considerados Áreas Protegidas (APs)¹⁶ de alguma forma. Representam espaços reconhecidos por algum aspecto especial que lhes conferem atenção, interesse coletivo, legislação específica e uso restrito.

Neste trabalho, o foco se dará sobre a categoria de UC chamada de Uso Sustentável, especificamente sobre as Reservas Extrativistas (RESEXs) e as Florestas Nacionais (FLONAs) por se tratarem das áreas nas quais habitam as comunidades que participaram dos projetos estudados.

As UCs são espaços naturais caracterizados por rica sociobiodiversidade, por exuberante beleza cênica e por apresentar grande potencial de geração e agregação de valores sociais, ambientais e econômicos para as sociedades.

Para Franca há duas formas de se conceber as UCs:

“Basicamente há duas formas de se pensar a UC: como um meio de proteger a natureza da ‘ação humana’, que é pensada em desconexão com o foco social; e como um espaço criado para a proteção da natureza e, igualmente, para a promoção da sustentabilidade e da dignidade de vida, cumprindo determinadas funções sociais. No primeiro caso, a concepção de UC estabelece a separação entre natureza e cultura, como se o próprio conceito de natureza não fosse ‘cultural’, oriundo de relações sociais, e como se a cultura não fosse uma

nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (SNUC, 2000).

¹⁶Para um panorama breve e geral sobre Áreas Protegidas visitar: <http://uc.socioambiental.org/introdução/o-que-são-áreas-protegidas>. Acesso em 09/08/2011.

manifestação de uma espécie natural. No segundo, busca entender como a sociedade cria seus mecanismos de proteção e de sustentabilidade e quais são os seus efeitos para a sociedade. Assim, participar na gestão de UC exige escolhas filosóficas e ideológicas” (FRANCA et al, 2006: 7).

No caso deste estudo, interessa o modo como ocorre o diálogo e a participação das comunidades habitantes dessas UCs frente aos projetos de turismo introduzidos por ONGs, uma vez que tais projetos carregam em si um certo modo de conceber a relação ser humano e natureza conectada com a visão introduzida aqui.

5.1 Quem são as comunidades que habitam as UCs?

Caipiras, caiçaras, ribeirinhos, catadores de caranguejo, coletores de berbigão, pescadores, babaçueiros, quilombolas, mateiros, pantaneiros, seringueiros. Esses e diversos outros povos, além dos indígenas¹⁷, compõem um quadro de grupos sociais com relações e modo de vida cooperativo e colaborativo, afastado dos grandes centros urbanos, e intrinsecamente ligados à natureza do meio em que vivem. É a partir desse contexto de contato íntimo entre as pessoas e delas com a natureza que nasce a sobrevivência, a mitologia e a sabedoria desses povos, os quais, na maioria dos casos, se organizam em comunidades.

Para Boaventura de Sousa Santos, uma comunidade é:

“o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras” (SANTOS, 1999: 315).

O pesquisador Bordenave afirma que o:

¹⁷ A separação entre populações tradicionais e indígenas refere-se a uma distinção legal: “os direitos territoriais indígenas não têm como fundamento a conservação ambiental, mesmo quando se verifica que as terras indígenas figuram como ‘ilhas’ de conservação em contextos de acelerada devastação” (CUNHA; ALMEIDA, 2009: 279 em nota de rodapé).

“grupo comunitário é um núcleo relativamente coeso dentro de uma vizinhança maior, na qual existem também grupos de interesse ou de classe. O grupo comunitário geralmente possui um núcleo de liderança, que é uma equipe, um grupinho firme que estimula e sustenta a organização e mobilização do grupo comunitário... Longe de serem organismos estanques, encontram seu sentido no relacionamento com instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que compõem a sociedade” (BORDENAVE, 1985: 59).

Percebe-se que uma das bases da comunidade são as relações sociais construídas no lugar cultural e territorial — que são embebidos de pertencimento, solidariedade, reconhecimento enquanto grupo e vínculos — , que se desenvolvem. No caso das comunidades que vivem nas UCs, este *locus* é a própria natureza¹⁸ que se pretende preservar.

O território, portanto, é muito importante para esses grupos, representando não apenas um simples local de moradia, mas também os meios de subsistência, de trabalho, de produção e convívio social, assim como o *locus* das representações mentais e do imaginário dessas comunidades¹⁹. O sentido do uso da terra é

¹⁸ O antropólogo Philippe Descola (1996) parte do pressuposto de que todos os ambientes ditos “naturais”, “intocados”, tiveram interferências humanas ao longo de algum período histórico. Tais interferências teriam produzido as paisagens, conferindo a elas características próprias e, em alguns casos, aumentando a biodiversidade das mesmas. Essa visão contraria os mais puros preservacionistas, os quais supõem que a biodiversidade só é mantida em ambientes inóspitos e inabitados pelo ser humano. De acordo com o pesquisador, esses ambientes, pelo contrário, permaneceram “naturais”, muito provavelmente porque os seus habitantes souberam utilizar e transformar o ambiente sem prejudicar o seu funcionamento. Essa sabedoria teria sido adquirida empiricamente, utilizando-se técnicas desenvolvidas pelas próprias comunidades e sendo permeada por uma cosmologia baseada em crenças religiosas e mitos reguladores que proporcionam este equilíbrio, que seria o reflexo e o produto de uma adaptação bem sucedida entre os seres humanos e a natureza por eles compartilhada. Esse pressuposto nega a visão moderna de natureza da civilização ocidental, pois não categoriza e separa os seres humanos dos não humanos e simplesmente os distingue em graus de diferenças e não em naturezas diversas. O que valeria, nessa cosmologia, seriam as relações entre eles e não a oposição. Sendo assim, a pergunta que Descola (1996) faz é se esta cosmologia teria sido inventada como consequência do ambiente sobre os humanos.

¹⁹ O seu pensamento simbólico-mitológico-mágico é mais ativo, por não terem desenvolvido o pensamento empírico-racional, como ocorreu na sociedade urbano-industrial contemporânea por meio da visão cartesiana, um paradigma que determina conceitos soberanos e prescreve a relação

descontínuo, marcado por vazios aparentes, como as terras em pousio, as áreas de estuário usadas para a pesca somente em períodos regulares do ano, as áreas de coleta, as de caça, dentre outras. Muitas vezes, esses fatos levam órgãos oficiais competentes a transformar esses territórios, aparentemente vazios e abandonados aos olhos desatentos, em UCs. Cria-se, deste modo, um cenário de potencial conflito entre os atores que decretam as áreas de preservação e aqueles que as habitam.

Essas comunidades que habitam as UCs são consideradas Populações Tradicionais (PTs), e podem ser definidas tanto como

“... grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza” (DIEGUES ; ARRUDA, 2001:27).

quanto como

“grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (CUNHA ; ALMEIDA, 2009:300).

A legislação brasileira denomina as PTs como “Povos” e “Populações”, conferindo-as como

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que

lógica da disjunção: filosofia e pesquisa reflexiva-ciência e pesquisa objetiva, alma-corpo, espírito-matéria, sentimento-razão, existência-essência (MORIN, 2003).

ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (DECRETO nº 6.040, 2007).

Os territórios desses povos são considerados “Tradicionais” e conceituados como:

“os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os art. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (DECRETO nº 6.040, 2007)

Essas comunidades são caracterizadas: a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, fato que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, gerando um saber que é transmitido oralmente por gerações; c) pela noção do território ou espaço no qual o grupo social se reproduz econômica e socialmente, incluindo moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltados para a terra de seus antepassados; d) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; e) pela reduzida acumulação de capital; f) pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; g) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; h) pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, causando impacto limitado sobre o meio ambiente — há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final; i) pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; j) e pela autoidentificação e identificação por outros por pertencer a uma cultura distinta;

e l) pela autoidentificação, o reconhecer-se como pertencente aquele grupo social específico, diferenciado de acordo com as características já apresentadas anteriormente (DIEGUES ; ARRUDA, 2001).

O Brasil, com a Constituição Federal de 1988 e a partir de 2007 com o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro, reconheceu o direito à diferença cultural e estipulou às PT's o direito ao seu território tradicional, à sociodiversidade, ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à biodiversidade.

Entretanto, verificam-se tais direitos geralmente sendo desrespeitados a todo momento: grandes empreendimentos que afetam diretamente o território e a vida dessas comunidades, como é o caso da construção da usina hidroelétrica de Belo Monte²⁰ e outras tantas megaobras de infraestrutura definidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)²¹ do governo federal²². Sobre esse aspecto, Morin (1986) aponta para a tese do desenvolvimento de uma racionalidade complexa que reconheça a subjetividade, a concretude e o singular do pensamento simbólico, assim como esta contenha a objetividade e a racionalidade. Para tanto, o autor aponta que:

“(...) é necessário não só que a razão aberta conceba o símbolo, o mito e a magia, mas também que o pensamento

²⁰ Prevê-se que a usina hidroelétrica de Belo Monte alague parte do município de Altamira - PA, e promova a seca de um trecho de 100 km do Rio Xingu, afetando populações indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares (UFPA, 2012). < <http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2012/arquivos/RELATORIO%20TECNICO%2005%2001%202012.pdf> >. Acesso: 02/07/2012.

²¹ O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) nasceu na segunda gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e continuou como plano de governo da presidente atual, Dilma Rouseff como PAC 2. Dentre as maiores obras do PAC 2 que atingem diretamente comunidades da Amazônia Legal e de outros biomas estão: a) Trecho sul da ferrovia Norte-Sul (Palmas - TO a Santa Bárbara d'Oeste - SP) com 1.536 km de extensão; b) Usina Hidrelétrica Jirau (RO) que será construída no rio Madeira, em Rondônia, com investimento total previsto de R\$ 9,6 bilhões; c) Usina Hidrelétrica Santo Antônio também no rio Madeira, em Rondônia, sendo a segunda maior em construção no país antes de Belo Monte, com investimento previsto de R\$ 16 bilhões; d) Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA) que será construída no rio Xingu com investimento previsto de R\$ 25,8 bilhões; e) Refinaria Abreu e Lima (PE) em Ipojuca, no Complexo Portuário de Suape, a cerca de 60 km ao sul de Recife (PE); f) Refinaria Premium I (MA) no município de Bacabeira, no Maranhão com investimentos na ordem de R\$ 40 bilhões < <http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab> >. Consultado em 09/04/2013.

²² Questiona-se o modelo de desenvolvimento escolhido para ser aplicado no País e não a necessidade ou não de desenvolvimento.

simbólico/mitológico possa raciocinar-se, isto é, conceber-se como pensamento simbólico/mitológico (...). O primeiro é desprovido de imunidade empírico-lógica contra o erro. O segundo é desprovido do sentido que percebe o singular, o individual, o comunitário. O mito alimenta, mas confunde o pensamento; a lógica controla, mas atrofia o pensamento” (MORIN, 1986: 164).

De todo modo, independente de as PTs terem seus direitos realmente garantidos ou não, as comunidades habitantes de UCs, de modo geral, possuem práticas culturais em consonância com a conservação ambiental legitimando sua presença nas UCs.

As comunidades apenas

“seguem regras culturais para o uso dos recursos naturais que, dada à densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis. Vale observar que, para conservar recursos, uma sociedade não precisa evitar completamente a predação, basta que a mantenha sob limites. Se uma sociedade aprova a matança de um bando de macacos, inclusive fêmeas e prole, e se esse massacre, embora repugnante, não altera o estoque da população, então a sociedade não está infringindo as práticas de conservação” (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 288).

A categoria de PT é

“ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo direitos territoriais” (CUNHA; ALMEIDA, 2009:300).

Especificamente no caso das comunidades da Amazônia:

“Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses como candidatas a ele, foram promovidas

à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente pela associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental. Ao mesmo tempo, as comunidades indígenas, antes desprezadas ou perseguidas pelos vizinhos de fronteira, transformaram-se de repente em modelos para os demais povos amazônicos despossuídos” (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 277).

Este trabalho não defende romanticamente esses povos como os representantes do “*mito do bom selvagem ecológico*” (REDFORD; STEARMAN, 1991, 1993, *apud* CUNHA; ALMEIDA, 2009:287). Conforme garantem Cunha e Almeida (2009), o ambientalismo pode ser considerado uma ideologia com práticas definidas, mas não são todos os povos que, deliberadamente, escolhem e agem a partir dessa ideologia.

5.2 As Unidades de Conservação que permitem as comunidades como habitantes

As UCs que permitem a moradia de comunidades em seu interior são apresentadas como de Uso Sustentável, ou Uso Direto, cujos objetivos são “*compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais*” (SNUC, 2000). São elas: 1. Área de Proteção Ambiental (APA); 2. Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); 3. Floresta Nacional (FLONA); 4. Reserva Extrativista (RESEX); 5. Reserva de Fauna (RF); 6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e 7. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (SNUC, 2000). Na Amazônia, 8,4% do total do seu território é coberto por UCs de uso direto (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 286).

Cada um desses territórios possui especificidades e o interesse deste trabalho está focado nos casos da FLONA e da RESEX, as quais são respectivamente definidas como

“A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a

pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas;

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (SNUC, 2000).

No caso da RESEX, foi em 1985 numa reunião realizada em Brasília entre governo, sociedade civil, intelectuais, especialistas e mais de 120 lideranças sindicais da Amazônia, organizada por Mary Allegretti — provocada por Chico Mendes — que nasceu o Conselho Nacional do Seringueiros, com uma carta de princípios “*que incluía, em sua seção agrária, a reivindicação de criação de ‘reservas extrativistas’ para seringueiros, sem divisão de lotes, e com módulos de no mínimo 300 hectares*” (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 285).

“Embora os seringueiros estivessem havia anos lutando por uma reforma agrária que permitisse a continuidade de suas atividades extrativas, era a primeira vez que a palavra ‘reserva’ era utilizada, numa transposição direta de proteção associada às terra indígenas. Nos anos que se seguiram, os seringueiros perceberam que a conexão entre os empates contra o desmatamento e o programa de conservar as florestas em forma de Reservas Extrativistas tinha o potencial de atrair aliados poderosos” (CUNHA ; ALMEIDA, 2009: 285).

A FLONA é de posse e domínio públicos, e permite a moradia de comunidades tradicionais desde que habitantes na área até o ato da criação da UC, já a RESEX é de domínio público e uso concedido às populações tradicionais conforme legislação específica. “*A ideia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação de um território são as pessoas que nele vivem sustentavelmente é a premissa da criação das Reservas Extrativistas*” (CUNHA; ALMEIDA, 2009: 287).

Fica claro que as comunidades são prioridade para RESEX e contencioso para a FLONA. Esta dispõe de Conselho Consultivo e aquela de Conselho Deliberativo, indicador do quão participativa pode ser a gestão de cada uma delas e o quanto as comunidades podem influenciar, de fato, nas tomadas de decisão importantes para a UC de modo geral e, especialmente, para a vida de seus habitantes (SNUC, 2000).

Entretanto, destaca-se que a efetividade e a qualidade da participação tendem a depender mais de questões subjetivas e do perfil da administração de cada UC do que do tipo de Conselho Gestor que possuem. Além disso, ambas as áreas permitem visitação e o desenvolvimento de pesquisas científicas, desde que essas atividades sejam regulamentadas (SNUC, 2000).

6. PARTICIPAÇÃO, COMUNIDADES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

6.1 Desafios dessa combinação

A participação é fenômeno intrínseco às comunidades (BORDENAVE, 1985) e ajuda a criar a complexidade dinâmica do seu microcosmo social, assim como é diretriz legalmente instituída para toda a vida das UCs independente de sua categoria. O filósofo e antropólogo Lévy Bruhl (1949) afirmou que “*para a mentalidade primitiva ser é participar*” e essas comunidades “*cultivam a participação como sendo uma maneira de viver ‘profundamente impregnada de emotividade’*” (DICIONÁRIO, 1986: 869-70, *apud* SAYAGO, 2008: 545). Adiciona-se que participar na comunidade é:

“partilhar um lugar no mapa, é criar uma identidade coletiva que envolve a crença de que, quando as pessoas se abrem umas com as outras, cria-se um tecido que as mantém unidas. Isso significa que, em geral, podemos dizer que o ‘senso de comunidade’, de uma sociedade que tem uma forte vida pública, nasce dessa união da ação compartilhada e de um senso do eu coletivo compartilhado²³” (SENNET, 1998: 275, *apud* SAYAGO, 2008:551).

²³ O diálogo é uma prática fundamental para se criar este “eu coletivo”.

Além desse aspecto construtivo da participação referente ao ambiente interno e relacional da comunidade, verifica-se que o substantivo se torna importante ferramenta social e política para esses mesmos grupos em suas fronteiras, especialmente quando se trata de UCs. E, de modo crescente, verifica-se que o relacionamento extracomunitário é facilitado por representantes da sociedade — ONGs — que detêm acesso “à sociedade dominante”, fator esse que permite a eles acessar as organizações de poder, mobilizando “*recursos, informações e ideias entre o grupo comunitário e as instituições sociais extracomunitárias*”. A busca é que os comunitários deixem de necessitar dessa mediação na medida em que, “*pela práxis e a reflexão, eles adquirem maturidade e capacidade para a autogestão de seu processo*” (BORDENAVE, 1985: 59-60).

Foi a partir da década de 1990²⁴, indica Sayago (2008), que organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento iniciaram o uso de expressões como engajamento de *stakeholders* (atores envolvidos) e *empowerment*, no sentido de “*empoderamento como promoção da capacidade de participação*”. Sua hipótese alerta que tal estratégia seria um caminho para se “*incentivarem a participação comunitária como o meio para atingir o desenvolvimento... dentro de uma visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder*”. Nesse caso, a participação poderia “*ser vista como uma clara interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais (...) e uma ilusão do desenvolvimento dos indivíduos e de suas comunidades*” (SAYAGO, 2008: 548-549).

O tecer prático e conceitual sobre os processos participativos em UCs iniciou-se em meados da década de 1990 e continua em construção no Brasil. Na época, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento (GTZ) criaram documentos (1996, 1997)²⁵ para tratar, primeiramente, sobre a participação nas UCs de uso indireto e, a seguir, sobre a cogestão (BRITO, DRUMMOND, 2007:120).

²⁴ Foi nesse período quando as ONGs também tiveram impulso e foram reconhecidas por essas mesmas organizações financeiras.

²⁵ IBAMA/GTZ. Roteiro metodológico para planejamento de unidades de conservação de uso indireto. Brasília, DF: Ibama/GTZ, 1996; IBAMA/GTZ. Marco conceitual de unidades de conservação federais do Brasil. Brasília: Ibama/GTZ, 1997.

Mesmo em processos em que a visão da participação é enviesada e focada apenas no nível gestor, obtêm-se melhores resultados quando a participação acontece, como demonstra a citação a seguir.

“A Análise da Situação Estratégica e o Diagnóstico Estratégico realizado pela Diretoria da DFEE²⁶ foi apresentado após o processo de sensibilização, fornecimento de conceitos a todos os Chefes de UCs e de Seção, que tiveram dois meses para realizarem seus respectivos diagnósticos. O critério do processo de análise e do diagnóstico estratégico, no que concerne a ser participativo ou não, ficou sob a responsabilidade de cada UC. Porém, observou-se que houve uma melhor análise quando existia a participação de todos os funcionários de uma UC, como foi o caso de duas Unidades, que realizaram reuniões e discussões com seus respectivos funcionários, passando os conceitos adquiridos para que pudessem ter uma análise e diagnóstico melhor” (MONTEIRO et al, 2007:9).

Dialogar sobre a participação em áreas naturais demanda um olhar que extrapola as ciências ambientais, nas quais o debate esteve historicamente pautado, e traz à tona questões contempladas pelas ciências sociais como democracia profunda, legitimidade de atores, criação de espaços e contêineres de conversas.

“... o diálogo entre as ciências humanas e as ciências da natureza parece ser inevitável em uma reflexão acadêmica que pretenda gerar conhecimentos para a transformação desta visão de sociedade e, conseqüentemente, das políticas públicas. É essa a perspectiva a qual, historicamente, influenciou a criação da gestão de Unidades de Conservação no Brasil e no mundo e que tem provocado os incontáveis conflitos sociais daí advindos.

²⁶ Divisão de Florestas e Estações Experimentais, do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo.

No Brasil, onde está se popularizando uma crença de que todos os conflitos e os problemas podem ser resolvidos em um regime democrático e participativo, há que se ponderar que, se de fato isso ocorre, só poderia ser em uma perspectiva diferente, integradora, inerente ao pensamento complexo defendido por Morin (2008). Só assim seria possível a superação da cisão histórica sociedade-natureza no sentido de uma nova lógica, resultando, provavelmente, em uma das faces mais inovadoras da reflexão sobre sustentabilidade” (RABINOVICI, 2009: 11).

Na relação entre as instituições gestoras desses espaços, as comunidades e demais atores que influenciam e são influenciados por essas áreas, um histórico de conflito de interesses e de visão que são acirrados pela falta de diálogo.

“Esse fato pode ser compreendido, basicamente, por dois movimentos que ocorreram simultaneamente, um deles é a redefinição do papel do Estado e o outro é a democratização da sociedade. Embora seja a Lei do SNUC (n° 9.985/2000) um importante instrumento de gestão, este assunto ainda apresenta forte compartimentação e pouca articulação setorial, o que tem dificultado a integração das políticas e sistemas de gestão e, em consequência, restringido o alcance das iniciativas de envolvimento social nas questões ambientais” (TEIXEIRA et al, 2010: 2).

Um dos grandes empecilhos à participação de comunidades em projetos, principalmente naqueles de conservação, é o seu tardio envolvimento no processo (CUNHA; ALMEIDA, 2009:290). A viabilização do espaço participativo de modo geral, mas especialmente no contexto das comunidades, se inicia quando os atores percebem seus interesses abordados de modo inclusivo, cauteloso.

Porém, sabe-se que as diferentes temporalidades do Estado, da sociedade civil e do setor privado constituem um desafio para construção desses espaços inclusivos, públicos e participativos. O tempo do Estado é marcado por aspectos burocrático-administrativos; no caso da sociedade civil, o tempo é aquele do mundo, da vida

com suas premências e emergências; e, no terceiro, predomina o tempo da economia e do mercado (SANTOS, 2005: 177).

Somam-se a essas diferenças o fato de que, na criação dos espaços públicos, quase sempre, os diferentes atores sociais não têm as mesmas condições adequadas para sua real participação. Há diferenças de poder, capacidades, habilidades e acesso a informação que precisam ser equacionados, visando a maior equidade da participação. Comumente, representantes dos setores público e privado têm mais poder de persuasão e convencimento do que os grupos de movimentos sociais comunitários, principalmente, por aqueles estarem respaldados de uma linguagem técnica inacessível aos demais atores não especializados na temática específica referida.

Um dos objetivos das UCs é *“proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”* (SNUC, 2000). Além disso, a lei, o SNUC tem a diretriz de assegurar

“a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação [e] os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação” (SNUC, 2000).

São perceptíveis os avanços legais e discursivos referentes aos processos participativos na gestão das UCs, mas isto não propicia, necessariamente, processos participativos satisfatórios (MACEDO, 2007). O marco legal desse debate é a Constituição de 1988 que consolida institucionalmente os conselhos gestores nas mais diversas áreas como saúde e educação. Em seus princípios fundamentais, trata questões como desigualdade social, diversidade de raça e sexo, erradicação da pobreza, entre outros. A partir daí, instituíram-se a possibilidade de criação de meios de participação da sociedade, tais como plebiscito, referendo, audiências públicas, conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo, ouvidorias. Nessa conjuntura, dos principais instrumentos de uma nova governança em formação, se inserem os conselhos de gestão das UCs como ferramentas de gestão participativa (FRANCA et al, 2006:10). Antigamente, os mecanismos legais que normatizavam

as UCs não consideravam a questão da participação até a instituição do SNUC em 2000. Antes disso, apenas a Lei n° 6.938 de 31 de agosto de 1981 — a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente insere, ainda que de modo incipiente, o tema participação nas questões ambientais. A mesma lei cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Seja como for, os processos ou ferramentas utilizadas para efetivação da promoção da participação nas UCs são, na maioria dos casos, insatisfatórios, tanto para gerar e garantir a participação qualificada e coerente, quanto para abarcar a complexidade sistêmica gerada com o processo da participação na realidade da comunidade e da UC.

Visto que a construção dos espaços públicos participativos não é instantânea (BORDENAVE, 1988), geralmente, por mais que os indivíduos apresentem afinidades de propósito, há que se enfrentar os desafios das diferenças políticas, de repertório e ideológicas subjacentes aos grupos representativos.

Formalmente, os processos de participação nas UCs ocorrem por meio de três instrumentos: a consulta pública, o plano de manejo e o conselho gestor.

A consulta pública é um processo que colabora, juntamente com os estudos técnicos, para que os aspectos essenciais da criação de uma área protegida, tais como: o propósito, a localização, a dimensão e os limites, sejam mais adequados e não agridam a realidade do contexto que a abrigará. Com exceção da Reserva Biológica e da Estação Ecológica, todas as UCs, antes de seu decreto, devem passar pela consulta pública. Do mesmo modo, em casos de ampliação dos limites de todas as categorias e mudança de categoria total ou parcial de UC de uso sustentável para UC de proteção integral (SNUC, 2000). Esse é o momento em que o poder público apresenta à população a sua proposta de criação da UC. A população, por sua vez, exerce seu direito de participar refletindo e posicionando-se sobre a viabilidade, as condições, o território e os ajustes que se considerar necessários para garantir a criação da UC, de um modo que atenda às necessidades da conservação e do desenvolvimento local. Exercendo sua liberdade e democracia, a população tem o direito, inclusive, de se posicionar contra a criação da unidade ou indicar que se estabeleça uma nova categoria para a UC.

Em tese, as consultas públicas a serviço das UCs deveriam ser espaços de troca, de compartilhamento de visões, de compreensão das propostas e dos modelos vislumbrados para conservação e desenvolvimento socioambiental de uma região, porém, dependendo do modo como são conduzidas e pela carência de outros espaços públicos contínuos de diálogo franco entre a sociedade e o Estado, se tornam, por vezes, ringues de discussão sobre outras demandas legítimas da sociedade, tais como educação, saúde, moradia, segurança, e, pior, podem ser utilizadas como palanque para discursos políticos enviesados e desinteressados na UC.

Antes do SNUC, as UCs eram criadas via decretos, muitas vezes sem embasamento técnico que as respaldassem e muito menos com a ciência das comunidades e demais atores potencialmente impactados com a proteção institucionalizada da área. Tal fato gera conflitos, principalmente, no que se refere às questões fundiárias, como no caso do Parque Nacional de Itatiaia — primeira UC criada no Brasil, em 1937 — que ainda apresenta irregularidades territoriais.

Geralmente os gestores realizam uma ou duas audiências públicas formais, nas quais são expostos os motivos para a criação da nova unidade. De fato, o nível e a qualidade da participação dependerá exclusivamente das características da gestão local, somadas à animação, envolvimento e complexidade do contexto sociopolítico regional. O debate geralmente acontece sem uma preparação com envio antecedente de materiais e/ou sensibilização dos grupos de interesse (SALES, 2004). Para Palmieri (2005), é fundamental que o órgão responsável pela realização da consulta reúna-se preliminarmente com atores interessados a fim de receber contribuições e trocar informações, inclusive, [e principalmente] com aqueles contrários à criação da UC, buscando compreender e avaliar seus motivos, ampliando-se, assim, a possibilidade do consenso frente à questão, como pode ser exemplificado a seguir:

“De um lado, favoráveis à criação da RDS estavam as populações ribeirinhas; do outro, contrária a sua criação posicionava-se a colônia de pescadores que receava que a RDS suprimisse uma área de pesca importante. Em reuniões preliminares com esses grupos, foi possível chegar a um

consenso: houve acordo para a exclusão das áreas de pesca dos limites da RDS” (PALMIERI, 2005, s/p).

Independente da qualidade da participação exercida com as consultas públicas, cria-se, de todo modo, uma oportunidade de ampliação da participação ativa com as próximas instâncias de diálogo, isto é para os conselhos e a elaboração do plano de manejo.

Aos conselhos, de modo geral, cabe acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC, esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno e/ou do interior da unidade (PALMIERI, 2009).

Legalmente, aos conselhos compete:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade; VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e IX - propor diretrizes e ações para

compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso” (DECRETO nº 4.340 de 22 de agosto de 2002²⁷).

São dois tipos de conselho: os deliberativos, nos quais os conselheiros são realmente incumbidos de decidirem sobre os aspectos da gestão e das atividades da unidade, inclusive com a missão de aprovar os instrumentos de gestão da UC, como o plano de manejo, e até mesmo contratar uma OSCIP²⁸ para a cogestão; e os consultivos que se constituem como espaços de escuta e validação de diretrizes sobre os temas relativos à gestão da UC, pois os conselheiros não têm o direito de arbitrar e deliberar efetivamente sobre a área protegida.

“... os conselhos gestores foram a grande novidade nas políticas públicas ao longo dos anos. Com caráter interinstitucional, eles têm o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população” (GOHN, 2007, apud TEIXEIRA, 2010:3).

Vale considerar que a efetivação e a prática de cada conselho variam de acordo com a realidade e as relações existentes entre a gestão da UC e os demais atores envolvidos. Podem-se encontrar casos de conselhos consultivos com conotação deliberativa e conselhos deliberativos com conotação consultiva, pois os aspectos subjetivos do modo de condução dos processos são muito particulares e internos de cada grupo gestor das unidades.

“Os conselhos poderão ser tanto instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas sociais setoriais, como poderão ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de

²⁷ Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acessado em: 09/04/2013.

²⁸ O artigo 30 do SNUC, 2000, prevê que: “as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão”.

transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, meras estruturas para transferência de parques recursos para a comunidade, tendo o ônus de administrá-los; ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente” (GOHN, 2001:108, apud MACEDO, 2007:296).

Quaisquer dificuldades constatadas na criação, implantação e funcionamento dos conselhos manifestam o modo como o Estado brasileiro foi formado e como o exercício da cidadania foi negado ao longo da história. O momento atual é crítico, mas também propício à construção de novos acordos e práticas de gestão (FRANCA et al, 2006:16). Depois de criados, o maior desafio é implementá-los e torná-los efetivos. É comum que representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada ocupem cadeiras nos conselhos apenas formalmente. Mesmo que cada conselho tenha seu regimento interno e modo autêntico de lidar com as questões de relacionamento, poder, tomadas de decisão, modo de gestão e eficiência de suas ações, observa-se a necessidade de criar ferramentas e mecanismos de avaliação e constante melhoria desse fórum²⁹.

Depois de instituídas, as UCs deverão dispor de um plano de manejo, isto é, um documento que congrega desde caracterização física, biológica e socioeconômica da área, como o seu zoneamento e os seus programas de gestão.

“o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (SNUC, 2000).

A elaboração do plano de manejo é composta por etapas de estudos técnicos e de processos de planejamento participativo concomitantes. O objetivo é incluir os atores e grupos de interesse que se relacionam com a UC e podem impactá-la. Para as

²⁹ Como exemplo, o instituto Socioambiental criou o SISUC (Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação) que se pretende “*uma metodologia de avaliação e monitoramento estratégico, destinada a apoiar o trabalho do Conselho Gestor de Unidades de Conservação (UCs), ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa dessas áreas protegidas na Amazônia*” (ISA, 2012).

UCs federais de Uso Sustentável as quais requerem Plano de Manejo Participativo obrigatoriamente, a Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007 é a referência³⁰ para construção. A participação na elaboração dos planos de manejo é importante, pois ele será o principal instrumento de gestão da área, inclusive do entorno nos casos em que se define uma zona de amortecimento.

Em função do histórico do processo de criação das UCs no País, observa-se que, repetidas vezes, a elaboração do documento é a primeira oportunidade de contato da UC com as comunidades e os atores de influência. Trata-se de um tempo oportuno para promoção de parcerias estratégicas e pactos coerentes para o alcance dos objetivos da conservação. Além disso, o fator de sucesso da implementação está intimamente conectado ao grau de mobilização, engajamento e vínculos dos atores envolvidos com a conservação.

Em esfera federal, desde 2009 são oferecidas oportunidades de capacitação em temáticas participativas aos gestores das UCs, mesmo que as vagas sejam restritas e que se possam questionar o formato e as metodologias aplicadas nessas

Ciclo de Capacitação para Gestão Participativa

O Ciclo de Capacitação para Gestão Participativa está sendo realizado com apoio do Programa ARPA e da GTZ. Conta com a participação de 42 aprendizes de várias partes do Brasil (ver figura). Tem como objetivo contribuir para o processo de formação dos agentes envolvidos com a gestão de Unidades de Conservação, por meio da oferta de uma base conceitual e metodológica para o planejamento e gestão no enfoque participativo e adaptativo. Os temas abordados são, entre outros, Planejamento e Gestão Participativa, Habilidades do gestor facilitador e condução de reuniões, Ferramentas e técnicas para a participação social, gestão de conflitos socioambientais.

É dividido em duas partes: presencial e a distância. A primeira foi realizada na Acadêbio entre 17 de agosto e 26 de novembro, e foi dividida em sete módulos. Após a escolha de um projeto sobre temática de interesse regional no cenário de trabalho do servidor, o aprendiz terá até junho de 2011 para concluir a parte a distância e, assim, receber seu certificado de conclusão do ciclo.



formações.

³⁰ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in012007.pdf>. Acessado em 21/08/2011.

FIGURA 3: GESTORES DE UCs FEDERAIS EM FORMAÇÃO SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA. FONTE: [HTTP://WWW.ICMBIO.GOV.BR/EAD/FILE.PHP/1/PAGINAS/RELATORIO/RELATORIO/01_GESTAO_PARTICIPATIVA.PDF](http://www.icmbio.gov.br/EAD/FILE.PHP/1/PAGINAS/RELATORIO/RELATORIO/01_GESTAO_PARTICIPATIVA.PDF). ACESSO: 14/06/2013.

Geralmente o modo de se legitimar e verificar a participação nas UCs ocorre por meio de eventos — audiências públicas, oficinas, consultas — que reúnem os atores envolvidos no processo e podem ser mais ou menos participativos dependendo do tempo disponível, do entendimento dos atores sobre o tema, da intenção de cada ator presente, da motivação interna de cada participante e do órgão gestor responsável pela unidade, das relações ocultas existentes entre os atores envolvidos, da habilidade e empatia da pessoa responsável por conduzir o processo, sendo esta muitas vezes um profissional facilitador contratado para tal feito. São muitas variáveis que necessitam de atenção, cuidado e discernimento, fatores que, na maioria dos casos, devido às dificuldades cotidianas enfrentadas pela gestão das UCs — falta de pessoal, de equipamento, de estrutura financeira, de mecanismos eficientes de gestão, de fiscalização, de apoio institucional — passam despercebidos e implicam na qualidade da efetividade dos processos que se pretendem participativos. Desses eventos, resultam-se listas de presença assinadas com números que podem até ser considerados relevantes, além de bonitas fotos preenchidas com presença de pessoas ilustrativas, porém sem representatividade para o alcance dos objetivos da UC em questão.

6.2 Potencialidades da participação de comunidades em Unidades de Conservação

A participação das comunidades e demais atores na vida das UCs é um processo complexo de construção contínua e que demanda atenção à sua qualidade, caso contrário, ocorrendo de modo pontual, apenas pela obrigatoriedade legal, sem o devido zelo, perdem-se oportunidades de ampliação e fortalecimento das relações e do diálogo entre os atores — fato que é fundamental para tomadas de decisões coerentes e convergentes à qualidade socioambiental da área protegida em questão, assim como de desenvolvimento político e crítico das comunidades.

Todos os espaços de participação, mesmo que legalmente impostos, acabam se tornando momentos formativos de cidadãos, os quais, nos melhores dos casos, poderão aproveitar esses espaços para se autodesenvolverem e atuarem de modo

consciente e responsável diante do bem natural e sociocultural, dependendo da categoria de área protegida em questão, que a eles foram destinados para cuidar. A participação de fato requer um processo educativo contínuo e gradual que está apenas no início (SANTOS, 2005:177). O desafio do fortalecimento dos espaços públicos implica, ainda, considerar aspectos problemáticos como a necessidade de superação das desigualdades de poder entre diferentes atores que participam dessa esfera (SANTOS, 2005: 67).

A análise crítica da forma como esses processos têm ocorrido é fundamental para construção de um arcabouço metodológico. Por meio da avaliação contínua poderá ser possível replicar boas experiências, elaborar propostas, ainda que a complexidade dos temas, das relações e motivações seja extremamente singular em cada caso.

Verificam-se a necessidade de inovação e ampliação dos modos de se criar espaço para a participação no contexto das UCs no Brasil, a partir de considerações como: 1. a legislação não cristaliza as metodologias e os modos de participação no processo de criação, implementação e gestão das áreas protegidas no Brasil; 2. há diferentes entendimentos e compreensões sobre o que de fato é participação efetiva e de qualidade nos processos vivenciados pelas UCs; 3. faltam, em vários casos, conhecimentos e habilidades tanto dos gestores diretos das UCs, quanto de suas instituições, sobre o que são os processos participativos genuínos e como executá-los; e 4. muitos dos problemas de fiscalização, falta de pessoal, falta de recursos financeiros e equipamentos, dentre outros, poderiam ser, no mínimo, diminuídos com o envolvimento e engajamento dos atores no processo de gestão das UCs.

Diversas ferramentas são utilizadas em outras áreas do conhecimento como meios de se garantir a efetiva participação e a contribuição da sociedade civil organizada, instituições privadas e outras públicas nos seus processos de desenvolvimento, gestão e realização de projetos. A tabela a seguir oferece, sem exaustão, exemplos dessas ferramentas e amplia a visão sobre a diversidade de metodologias e possibilidades de formatos existentes para a aplicação de processos participativos na vida de uma UC. Os tópicos destacados em negrito são as ferramentas mais usuais:

Exemplos de ferramentas participativas para serem aplicadas na vida das UCs

Fase	Propósito	Ferramenta
Criação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar, mobilizar e sensibilizar pessoas importantes; • Criar espaço de diálogo entre partes interessadas; • Discutir propósitos e limites (físicos e conceituais) da UC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Anúncios em meios de comunicação locais; • Mapeamento de <i>stakeholder</i>; • Entrevistas-diálogo e semiestruturadas; • Aquário; • Audiências-públicas.
Implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Conselhos Consultivos e Deliberativos; • Compartilhamento e alinhamento conceitual; • Estabelecimento de apoios mútuos entre as UCs e parceiros; • Criação de Plano de Manejo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas, seminários, reuniões; • Facilitação gráfica (Érica Bettiol); • Diálogo Sustentado (Harold Saunders); • Investigação Apreciativa (David Cooperider); • World-café (Juanita Brown e David Isaaks); • Open-space (Harrison Owen); • Círculo (Christina Baldwin); • Democracia profunda (Myrna Lewis);
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos programas de gestão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de cenários (Herman Kahn); • Conselho de cidadãos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Busca do futuro (Marvin Weisbord e Sandra Janoff) SIMPARC (EICOS/UFRJ) • ZOPP(Planejamento de Projeto Orientado por Objetivo) (GTZ) • Grupos focais;
--	--

TABELA 1: EXEMPLOS DE FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS PARA SEREM APLICADAS NA VIDA DAS UCs. FONTE: CRIAÇÃO PRÓPRIA.

Cada uma dessas ferramentas ou metodologias apresenta suas vantagens e desvantagens. Foram indicadas para serem aplicadas nas diferentes fases da vida da UC: criação, implementação e gestão — incluindo-se os diversos projetos que forem realizados com e para a UC. Muitas delas podem ser mescladas entre si. Não é objetivo deste trabalho aprofundar e detalhar cada uma dessas ferramentas.

MOMENTO II – OBSERVANDO, DIALOGANDO E PARTICIPANDO



FIGURA 4: COMUNIDADE LAGO DAS POMBAS, RIO UNINI. AUTOR: SILVA.

7. O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADES EM PROJETOS TURISMO EM DUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

7.1 De qual turismo se fala?

Esta dissertação se pauta nos projetos de turismo responsável e sustentável, especificamente o que se propõe ser de base comunitária. Essa atividade é defendida como alternativa de desenvolvimento e participação desde meados de 1990, principalmente por seu caráter brando e pouco impactante aparentemente. O benefício à comunidade é o principal fator de sua existência. (RABINOVICI, 2009).

Sob essa ótica, nas duas últimas décadas do século XX, foi produzida toda uma argumentação que buscava aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável ao turismo, transformando-o em um empreendimento sustentável, uma oportunidade de aliar empreendedorismo e conservação. Desse modo, buscava-se justificar a necessidade de ascensão do mercado turístico como alternativa desde que isso fosse realizado sob os preceitos da sustentabilidade (RABINOVICI, 2009).

De modo geral, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é pautado nas bases do comércio justo e economia solidária, do empreendedorismo local e foco no modo de vida tradicional das comunidades. Agrega-se, ainda, o fato de essas comunidades, geralmente, estarem instaladas em locais de beleza cênica singular e com rica biodiversidade, estimulando a prática mesclada e integrada de atividades ecoturísticas.

Foi em São Paulo, SP, no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997 (ZECHNER et al, 2008), que a atividade apareceu enquanto tema científico pela primeira vez. Antes disso, desde 1996, com o I Congresso Nacional de Ecoturismo, realizado pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil, já se falava sobre a relevância da inclusão das comunidades locais em todo o processo de planejamento, gestão e desenvolvimento da atividade turística, ou precisamente do ecoturismo. O importante é que em vários eventos, acadêmicos ou não, o TBC passou a ocupar lugar de destaque e relevância nos debates como exemplos citam-se: os I e o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável que aconteceram em Fortaleza - CE nos anos de 2003 e 2008 respectivamente; o Seminário Internacional de TBC, em Nova Olinda - CE, 2009; o Encontro Nacional para Proposição de Políticas Públicas no Turismo, realizado em 2010 pela Rede Turisol em Ilhéus - BA;

o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu - RS, 2010. E o 12º ENTBL na cidade de São Paulo - SP, em 2012.

Bartholo e colaboradores (2009) explicita TBC da seguinte maneira:

“... toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (BARTHOLO et al, 2009: 31).

Destaca-se o caráter de empreendimento comunitário da atividade:

“A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção” (BARTHOLO et al, 2009: 31).

Salienta-se que as bases do TBC vão ao encontro das do ecoturismo, as quais giram em torno de temas como a preocupação com os impactos socioculturais, ambientais e econômicos, e a integração das comunidades locais no planejamento e na gestão da atividade; e vão além, tratando sobre a necessidade da educação ambiental tanto para os visitantes, quanto para os visitados. Então, o TBC e o ecoturismo, como não poderiam deixar de ser, estão concomitantemente envolvidos pelo paradigma da sustentabilidade. Zechner e colaboradores (2008:1) afirmam que o TBC se apresenta como alternativa econômica interessante para as comunidades, independente de serem ou não residentes de áreas formalmente protegidas, por

apresentar “*projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade*”. Argumentam, ainda, citando Irving e Azevedo (2002), que

“o desenvolvimento desta atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, corresponsabilidade e participação” (ZECHNER et al, 2008:1).

Nessa seara é importante atentar para os alertas de Maldonado (2009) sobre as deficiências e os riscos do TBC. Ao avaliar 30 experiências de turismo realizadas por comunidades, observou que:

“as deficiências constatadas resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. Em todo caso, desde que devidamente ponderados os riscos e os pontos fracos, uma série de iniciativas operam em condições econômicas insustentáveis, no contexto de programas de suposto alívio da pobreza” (MALDONADO, 2009:32).

Os principais destaques apontados como necessidade de atenção pelo autor foram:

1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.
2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.
4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competição aguda com outras empresas tende a se resolver somente em curto prazo e através da baixa de preços.
5. Posicionamento incerto e imagem pouco

divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos. 6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário. 7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios. 8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir esses custos: isso é responsabilidade dos governos locais ou nacionais (MALDONADO, 2009:32).

Entretanto, antes de ser um negócio que busca seu equilíbrio financeiro como qualquer outro — com destaque para o fato de que por meio dele as comunidades são donas do empreendimento e decidem de modo colaborativo e cooperativo como o lucro será investido em benefício do coletivo, com respeito ao indivíduo —, o TBC é uma tentativa de oferecer uma experiência singular e genuína, momentos de trocas de saberes e o desenvolver da fraternidade entre o visitante e o visitado, no local de reprodução do modo de vida do visitado. O que vale é o sentido do encontro entre diferentes que se percebem iguais em sua humanidade e o veem o quanto um pode aprender com e sobre o outro.

7.2 As ONGs ambientalistas consideradas parceiras da conservação

Existem muitos tipos e tamanhos de ONGs, com diferentes propósitos, sendo irresponsável e fácil discorrer generalizações.

De fato:

“Muitas das entidades ambientalistas contam com capacidade de criar e gerenciar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país. Promovem iniciativas na esfera pública, não realizadas pelo Estado, exercem uma função política na sociedade, são autônomas. As ONGs possuem uma

estrutura formal, determinada por lei. São destinadas ao interesse comum e devem declarar em seus estatutos e missões seus objetivos de interesse por parte de algum grupo social, ou de uma minoria com a qual a ONG atua e se solidariza” (LE PRESTRE, 2000, *apud* RABINOVICI, 2009: 40).

O foco de atuação das ONGs ambientalistas gira em torno de assuntos relacionados à sustentabilidade, à natureza, à qualidade de vida, às questões mais globais, difusas e coletivas como as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição, a água, a biodiversidade, o conhecimento tradicional, temas os quais necessitam de amplos diálogos em diversas instâncias, desde as locais até as internacionais (SVIRSKY; CAPOBIANCO, 1997; LE PRESTRE, 2000, *apud* RABINOVICI, 2009:41).

Dentre os fatores que justificam um imaginário negativo sobre as ONGs, destacam-se tanto os aspectos fundamentados em escândalos divulgados pela mídia envolvendo as esferas públicas, as privadas e as do terceiro setor. Outros referentes à imprecisão visível dos resultados efetivos de muitos projetos sob a responsabilidade dessas organizações, além da reflexão de que muitas das suas ações parecem apenas garantir a sua própria sobrevivência e manutenção organizacional, utilizando suas causas como argumentos para a captação de recursos. Este último fator contradiz a máxima de que a grande missão de uma ONG deveria ser a sua autoextinção, visto que, se o papel da ONG é atuar nos pontos ineficazes dos governos para garantir que o público seja suprido em todas as suas necessidades com qualidade e, ainda, se sua missão for cumprida com êxito, isto é, se o problema que motivou a atuação da ONG deixar de existir, a instituição deveria sair de cena e deixar que o setor público continuasse agindo.

Aparentemente há influência em aspectos sociais e ambientais com a atuação de algumas ONGs no Brasil. Na Amazônia, que é campo central deste estudo, observaram-se³¹: a) a intermediação institucional e apoio com recursos financeiros, físicos e humanos junto à gestão das UCs, contribuindo com a implementação efetiva dessas áreas; b) o apoio institucional, físico, humano e financeiro para as

³¹ Observações realizadas pela pesquisadora em seus trabalhos de campo na Amazônia, principalmente desde 2010 até o momento atual.

comunidades tradicionais, com interferência em sua organização, processos de educação e pensamento crítico desses povos frente às demandas e pressões mercantilistas nacionais e internacionais em diversas áreas e político-governamentais; c) a atuação em conflitos socioambientais globais, como as mudanças climáticas, influenciando em políticas públicas de conservação; d) atuação tanto no gerenciamento e implementação de grandes fundos monetários para conservação.

Vale refletir: 1. até que ponto essas mesmas ONGs, justamente por movimentarem superlativas quantias de capital, mantêm-se fiéis aos seus propósitos e às suas causas que encantam e alimentam os sonhos de justiça e qualidade socioambiental? 2. até que ponto elas não colaboram para a quase manutenção do *status quo*, no caso de precisarem se submeter às visões, às demandas, às necessidades e até mesmo às imposições dos seus próprios financiadores, principalmente dos grandes fundos internacionais de grandes corporações e nações desenvolvidas, os quais têm seus próprios planos para o futuro?³².

Observa-se que muitas ONGs vivem reconfigurando seus objetivos organizacionais e repensando suas identidades e projetos políticos em resposta e de acordo com as mudanças nas suas “*relações com três interlocutores-chave: a cooperação internacional, os movimentos sociais e o Estado*” (ALVAREZ, 2003, *apud* TEIXEIRA, 2003:14). Isto é, dependendo das linhas de financiamento, as quais, em grande parte dos casos são negociadas de acordo com os interesses dos próprios financiadores³³, é para lá que diversas ONGs direcionam seu foco de atuação. Soma-se a isso, o fato de muitas ONGs, aparentemente, criarem infinita dependência de seus atendidos, sejam estes individuais ou coletivos, para conseguirem manter sua própria sobrevivência. Como afirma Sansolo a “*tutela das ONGs é proposital: tutela metodológica mantém viável a continuidade e manutenção de seus projetos, sua sobrevivência, seus empregos*” (*apud* RABINOVICI, 2009:55).

“... as ONGS representam a própria nêmeses de uma democracia significativa e de um desenvolvimento justo. Os

³² Como os fundos Gordon and Betty Moore Foundation e WWF.

³³ A autora presenciou uma trabalhadora de uma grande ONG internacional relatar que essa instituição apoia agricultores familiares no Nordeste do Brasil para produção de frutas orgânicas, mangas no caso, para abastecer o mercado interno Europeu (2012).

críticos sustentam que muitas ONGs tornaram-se instituições ‘para’ ou ‘neo’ em vez de ‘não’-governamentais, distanciadas dos movimentos sociais locais e das associações da sociedade civil, prestando contas apenas para seus benfeitores governamentais ou seus doadores estrangeiros” (SILLIMAN, 1999; HULME ; EDWARDS, 1997, apud TEIXEIRA, 2003:12).

Em muitos casos, o espaço ocupado pelas ONGs é espaço de disputas, conflitos, confusões conceituais, estratégias difusas de atuação, desperdício de energia humana e de capital, e grande necessidade de profissionalização. Para Teixeira (2003:23), perceber o papel das ONGs é ao mesmo tempo compreender os conflitos e disputas de *“significados sobre o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil que preside o debate político no Brasil hoje”*.

Rabinovici (2009), citando Ferreira (2006), afirma que:

“os ecologistas moderados (...) que nos convidarão a repensar a polaridade entre sociedade civil e o Estado como um processo que levaria à transformação de ambos, além da contínua mudança na própria relação entre eles. Com esse diferencial, o foco da análise passa a ser a ação, a relação e o processo contínuo de ação do Estado e dos atores sociais” (RABINOVICI, 2009:46).

Há práticas de ONGs cujas consequências podem ser vistas como antagônicas. Não é raro presenciar ações dessas organizações que contradizem sua retórica oficial e áreas internas a essas organizações que se contradizem em suas próprias ações e diretrizes (ALVAREZ, 2003 apud TEIXEIRA, 2003:19).

O termo ONG foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1940 e foi incorporado no discurso, principalmente ambientalista, na época da Rio-92. Diferentes são os tipos de organizações que se intitulam como ONG no Brasil, verificam-se: 1. as de assessoria e apoio, ou de assistência popular, a serviço dos movimentos populares, as quais passaram a viver uma relação ambígua, ao mesmo tempo de autonomia e dependência, com outras instituições, tais como as igrejas, os partidos, as universidades, os sindicatos, os órgãos governamentais e os movimentos sociais; 2. a partir do final da década de 1980 e

início de 1990, nasceram outras que se confundiam com os movimentos sociais a que pertenciam, como as ONGs ambientalistas, as de atendimento aos meninos em estado de rua, as de apoio aos portadores do vírus da imunodeficiência humana (em inglês HIV), as de apoio aos indígenas, etc.; 3. em 1990, aparecem as fundações e os grupos empresariais que se autodenominam ONGs, e parte do terceiro setor; 4. por último, as organizações filantrópicas passam a se reconhecer ou serem reconhecidas como ONGs pelos órgãos governamentais e pela imprensa (TEIXEIRA, 2003:19).

Na busca de uma definição, observa-se que:

"Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte dos seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)" (SCHERER-WARREN, 1995:165, apud RABINOVICI, 2009:40).

Mesmo que não seja o objetivo central deste estudo aprofundar o campo das ONGs, percebe-se que buscar compreender atuação e posicionamento político dessas organizações e confrontá-los com a realidade é tarefa não usual. São vários meandros e detalhes que necessitam de atenção para não incorrer em injustiças e colaborar para aumentar um imaginário confuso sobre o tema.

7.3 O papel dos gestores das Unidades de Conservação nos projetos

Os representantes do Estado são os responsáveis diretos pelas UCs e respondem administrativamente por elas. As Unidades federais estão sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma instituição pública subordinada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Os gestores locais do ICMBio geralmente são analistas ambientais concursados e distribuídos pelo País com a função de implementar e administrar tais áreas, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes institucionais do mesmo órgão, as quais variam de acordo com os arranjos políticos e interesses dos partidos dominantes no Estado. Na maioria dos casos, os analistas ambientais acumulam funções de administração, fiscalização, monitoramento, pesquisa, relacionamento com os parceiros, com as comunidades residentes nas UCs e àquelas diretamente afetadas pelas UCs, e desenvolvimento de projetos para a efetivação dos objetivos de cada área. Por seu caráter multifuncional, esses gestores necessitam de uma formação multidisciplinar que abarque tanto questões humanas quanto técnicas, o que não acontece na maioria dos casos. Observa-se um esforço por parte do governo em oferecer oportunidades de formações específicas, de acordo com as necessidades gerais da conservação. Contudo, geralmente, o número de vagas é reduzido. Ademais, seria impossível que os analistas se afastassem por longos períodos de suas Unidades para se capacitarem de modo adequado e profundo, pois uma grande deficiência nesse sistema é o número reduzido de pessoal distribuído nas imensas UCs, principalmente quando se trata das localizadas na Amazônia. Como exemplo, a FLONA do Amapá conta com dois gestores que são responsáveis por uma área de 459.867,17 ha e a na RESEX do Unini são três analistas para 833.352 ha. Somam-se a falta de pessoal em número suficiente para dar conta de todos os processos da vida das UCs e dificuldades tanto estruturais quanto organizacionais enfrentadas pelos analistas que estão em campo. Não é raro o fato de esses profissionais terem que enfrentar condições físicas e ambientais precárias de trabalho (como falta de equipamento adequado de segurança, de comunicação eficiente, de estruturas de resgate e socorro médico de qualidade em caso de acidente); acúmulo de funções burocráticas que se sobrepõem às demais necessidades da Unidade; desmandos políticos; conflitos socioambientais locais. Por outro lado, é fácil perceber casos de analistas que foram atraídos ao cargo apenas por motivos de estabilidade e segurança financeira alcançada com o cargo de servidor público, apresentando total descompromisso para com a causa socioambiental.

No caso dos projetos de turismo aplicados com as comunidades habitantes das UCs, assim como outros projetos, percebe-se que a atuação desses analistas ambientais depende de algumas variáveis, tais como: 1. o envolvimento e interesse

pessoal com o tema; 2. a disponibilidade de tempo; 3. o potencial de impacto na vida da unidade; 4. o contexto político em que baseia o projeto; 5. a necessidade real de aplicação do projeto; 6. os acordos e contrapartidas estabelecidas entre os proponentes dos projetos e o órgão gestor da unidade.

8. OS PROJETOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA RESEX DO UNINI - AM E DA FLONA DO AMAPÁ - AP

“O único jeito de lidar com uma miríade de processos sociais é se esvaziar. Só assim podemos responder aos vários fluxos sem sucumbir a eles; isso é estar centrado” (KAPLAN, 2005:23)

Com naturezas diferentes — o projeto com a RESEX do Unini buscava diagnosticar e planejar o TBC, e o projeto com a FLONA do Amapá, demandava uma plano de negócios de TBC —, ambos aconteceram por meio de parceria entre as comunidades beneficiárias, as ONGs proponentes e contavam com o apoio institucional, mobilizador e logístico do ICMBio.

Ressalta-se que mesmo que os projetos de TBC tenham sido originados, capitalizados e propostos às comunidades pelas suas respectivas ONGs parceiras, o seu formato, conteúdo e construção efetiva apresentavam a premissa da participação e envolvimento das comunidades. Uma experiência levou à outra: os aprendizados do primeiro projeto serviram ao segundo e as ferramentas aplicadas foram praticamente as mesmas, com certas diferenças e atenção em sua contextualização. Nos casos de projetos com comunidades, não é viável repetir o mesmo *“processo como quem repete uma obra em construção (...) o social não se deixa manipular dessa forma” (KAPLAN, 2005:14).*

Destaca-se que a maioria das ferramentas utilizadas para gerar os conteúdos nas construções coletivas foram as mesmas nos dois projetos, no entanto, como os produtos finais esperados pelas ONGs eram diferentes em essência, a utilização e o modo de registro dos dados foram diferentes.

Para a RESEX do Unini seria importante diagnosticar a percepção, o engajamento, os vislumbres dos comunitários sobre turismo, para o diagnóstico, assim como oferecer a oportunidade de capacitação técnica sobre as diferentes dimensões sobre

o turismo, para a criação do planejamento do TBC. No segundo caso, o produto esperado era um plano de negócios de TBC, cujo conteúdo deveria ser sintético e conter análises econômicas e de viabilidade financeira, isto é, a resposta esperada era se o negócio seria viável ou não, pouco importando o grau de compreensão, de envolvimento e engajamento da comunidade sobre o tema para o produto final. Entretanto, mesmo não aparecendo no plano de negócios, a qualidade da participação dos comunitários da FLONA seria importante para o desenvolvimento do trabalho mais por questões ideológicas do que por contrato.

Desse modo, nos dois casos a escolha metodológica de obtenção dos dados baseava-se em processos participativos, além de outras, havendo interação e contato entre os comunitários, ONGs, ICMBio e demais parceiros. Por isso é possível refletir sobre o diálogo como fundamento da participação qualificada nos dois projetos.

Para facilitar leitura dos casos estudados, apresenta-se uma síntese comparativa entre os projetos:

PROJETOS	RESEX do UNINI	FLONA do AMAPÁ
Naturezas diferentes	Diagnóstico + Planejamento de TBC	Plano de Negócios de TBC
Proponentes	FVA	CI + Ins. Walmart
Parceiros	ICMBio + Comunidades	ICMBio + Comunidades
Premissa participativa	Sim	Sim
Tratamento dos dados	Foco em conteúdo qualitativo + capacitação	Foco em conteúdo quantitativo + capacitação
Metodologias	Entrevistas- diálogo + Ferramentas da rede Art of Hosting + Viagens de campo + Intercâmbios + pesquisa bibliográfica	Entrevistas- diálogo + Ferramentas da rede Art of Hosting + Viagens de campo + pesquisa bibliográfica + pesquisa de mercado

TABELA 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS ESTUDADOS. FONTE: CRIAÇÃO DA PESQUISADORA.

Como referido anteriormente, as ferramentas utilizadas foram praticamente as mesmas em ambos os projetos. A seguir, explana-se brevemente sobre cada uma.

1. Entrevistas-Diálogo. Utilizadas, principalmente, em processos de transformação. Seu propósito é ajudar o entrevistado a expressar e clarear seus pensamentos sobre

determinado tema, além de conectá-lo com seu próprio propósito de vida. A ferramenta ajuda o entrevistador a entrar no mundo do entrevistado, percebendo seus valores, motivações, seus padrões mentais sobre o tema, e o contexto em que ele vive e pensa. Além disso, a entrevista motiva e engaja o entrevistado para determinado objetivo, cria empatia e uma boa relação entre o entrevistador e o entrevistado, fator essencial para qualquer trabalho e/ou interação futura a ser desenvolvida por ambos em conjunto. De modo geral, a entrevista amplia a qualidade dos pensamentos e das relações no organismo e é o primeiro passo para se transformá-lo (BOJER, 2010).

2. Rede Arte de Anfitriar³⁴. Essa iniciativa disponibilizou ferramentas e princípios distintos dos institucionalizados métodos utilizados para condução de processos participativos em UCs. A rede consiste em uma comunidade de prática internacional que explora novos padrões emergentes de aprendizagem e liderança coletivos por meio da aplicação de processos participativos. Tais processos se baseiam em tecnologias sociais colaborativas inspiradas em sistemas vivos e auto-organizados, fundamentadas no diálogo e nas consideradas artes: a) da liderança participativa, b) de fazer perguntas, c) de anfitriar conversas significativas, e d) de colher resultados que importam. A rede busca potencializar a inteligência coletiva e promover sentido às relações e ações nas instituições e nas comunidades sociais, independente de estas serem tradicionais, residentes de UCs ou não. A aplicação dos processos e princípios da rede articulados entre si busca a compreensão dos padrões mentais nos quais os indivíduos estão imersos, a ampliação e o desenvolvimento da aprendizagem e da criação coletiva de conceitos, de ideias, de inovações e de práticas conscientes com o propósito do coletivo; a ampliação da consciência sobre a realidade vivida e a prospecção de soluções arrojadas para o futuro ou para quaisquer projetos e questões socioambientais. O modo de se trabalhar dessa rede se desenvolve por meio: a) do diálogo, em rodas de conversas informais, tendo como foco um propósito referência que guia o fluir da conversa; b) da auto-organização; c) da promoção da compreensão significativa do conteúdo compartilhado com o uso de um linguajar acessível, técnico ou não — dependendo da heterogeneidade do grupo — aquele que busca comunicar por meio de

³⁴ O verbo “anfitriar” não existe em português. Contudo, a tentativa é traduzir o termo *Hosting*, em inglês, que traz a noção do anfitrião. Na rede *Art of Hosting* (Arte de Anfitriar) trocam-se os termos facilitador, mediador, moderador, focalizador por anfitrião.

referências, utilizando-se muitas vezes de metáforas que garantem a apropriação conceitual de acordo com a própria realidade vivida pelo interlocutor. Buscam-se ampliar tanto a capacidade cognitiva individual quanto a capacidade aprendizagem social, de modo que as pessoas passam a influir positivamente nos processos de tomada de decisão e na realidade de seus contextos (REDE ART OF HOSTING, 2013). As ferramentas dessa rede estão continuamente sendo construídas, aprimoradas e compartilhadas globalmente entre seus participantes via encontros realizados conforme demanda espontânea, assim como em fóruns virtuais. Para os trabalhos estudados, foram aplicadas as seguintes ferramentas: a) Círculo, (www.peerspirit.com) que foi organizado por Christina Baldwin e Ann Linnea: trata-se de um modo milenar de reunião utilizado por diversas comunidades, principalmente indígenas, que transforma uma simples conversa num momento de aprendizagens sobre determinado tema e oferece estrutura que permite a todos ouvirem e serem ouvidos com respeito e significado; b) World-Café (www.theworldcafe.com) que foi desenvolvido por Juanita Brown e David Isaacs: realiza-se pela promoção de conversações em grupos com uma questão central e etiqueta própria. A dinâmica é organizada de modo que as pessoas circulem entre os diversos grupos, conectando *insights* e tornando visível a sabedoria e inteligência do coletivo; c) ferramenta que se define como abordagem da investigação Apreciativa (www.appreciativeinquiry.case.edu) a qual foi desenvolvida por David L. Cooperrider e Diana Whitney e oferece um olhar apreciativo que ajuda a transparecer características individuais positivas que influenciam na transformação coletiva de realidades. Focaliza energia no sonho, na solução e não no problema; d) Harvesting (colheita) (www.interchange.dk/practices/artofharvesting) que se focaliza na captura da sabedoria e dos padrões existentes no grupo, tornando-os visíveis para todos, de modo simples e significativo, possibilitando a criação de novos aprendizados. Isso pode ser realizado com desenhos, vídeos, teatro, poesia, técnicas de *visual thinking* (facilitação gráfica). No livro “Mapeando Diálogos” (BOJER, 2010) encontra-se a descrição detalhada dessas e outras ferramentas utilizadas pela rede Arte de Anfitriar;

3. Viagens de campo. Foram momentos de reconhecimento das áreas de estudos, contato inicial com as pessoas envolvidas nos projetos, captura de audiovisual e dados para referências geográficas;

4. Intercâmbios de turismo. Caracterizaram-se por viagens a fim de ampliar a visão do projeto e das comunidades envolvidas em temáticas relacionadas com os objetivos dos projetos;

5. Pesquisa bibliográfica. Busca de referências e dados em publicações impressas e mídias virtuais específicas sobre os temas dos projetos.

6. Pesquisa de mercado. Busca de dados da realidade sobre conhecimento, motivações e imaginário de turistas para embasamento mercadológico de plano de negócios.

A seguir, descrevem-se os processos dos projetos e focam-se nos momentos de maior interação com as comunidades habitantes das UCs em questão.

8.1 O caso do projeto com a RESEX do UNINI - AM

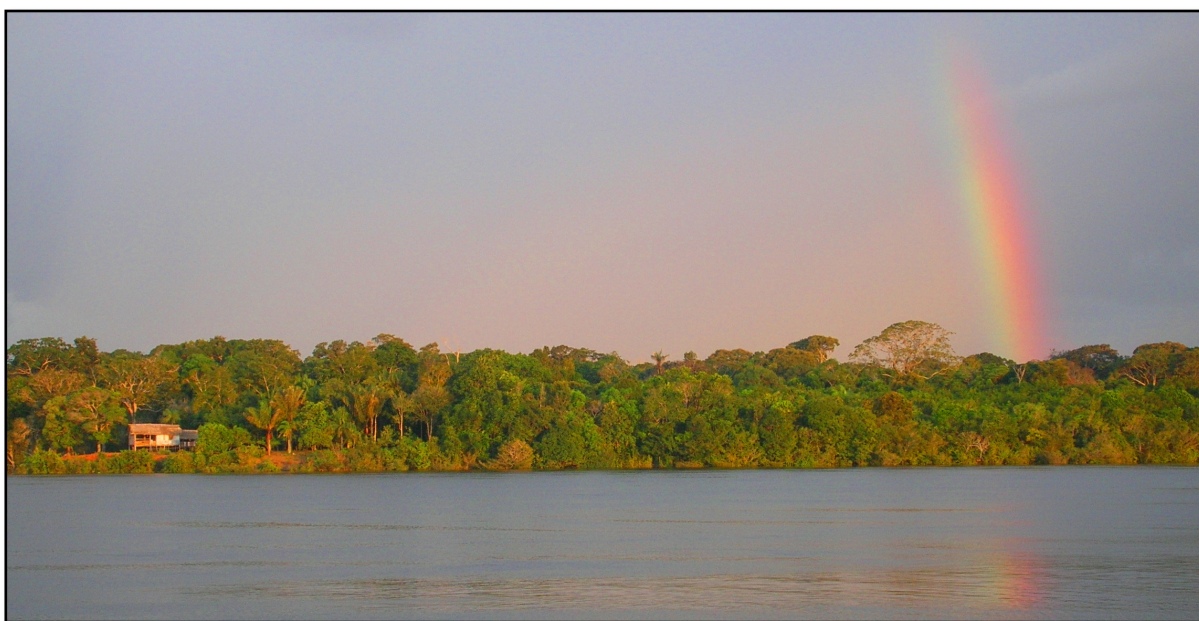


FIGURA 5: CASA NA MARGEM DIREITA DO RIO UNINI. AUTOR: MINARI.

No ano de 2010 a autora fora contratada para desenvolver o projeto: “Fortalecendo o turismo de base comunitária na Reserva Extrativista do Rio Unini — Município de Barcelos - AM”, CONVÊNIO MTur/ Fundação Vitória Amazônica³⁵ / Nº

³⁵ A Fundação Vitória Amazônica é uma ONG com foco de atuação na Bacia do Rio Negro – AM, cuja missão é promover a conservação da biodiversidade na Amazônia mediante a geração e aplicação

703560/2009”, cujos objetivos principais eram realizar um diagnóstico e um planejamento de potenciais cenários futuros sobre o TBC na RESEX do Rio Unini – AM e entorno.

O trabalho foi dividido em três etapas principais: a) realização de um diagnóstico participativo sobre o TBC; b) criação Plano de Turismo de Base Comunitária (PTBC) da RESEX do Unini; e c) criação de um livreto/guia do TBC da RESEX do Unini. Cada uma dessas fases desenvolveu-se por meio de ferramentas e metodologias específicas, as quais buscavam suprir as necessidades e alcançar os resultados esperados em cada contexto e, principalmente, buscar que a participação efetiva dos atores envolvidos acontecesse de fato.

Para os propósitos desta dissertação, focar-se-á nos aprendizados gerados com a primeira e a segunda etapas do projeto, porém, antes de adentrar nos resultados, é importante compreender o cenário de desenvolvimento do projeto, isto é, a RESEX do Unini com as suas comunidades.

8.1. a. Características históricas e socioculturais da RESEX do Unini

Habitada por humanos desde tempos imemoriais, nas margens do Unini foram encontrados fragmentos cerâmicos datados entre 2.500 e 500 anos antes do presente (AP). Em seu leito, na época de seca, é possível avistar inscrições rupestres. A ocupação, principalmente, portuguesa iniciou-se no século XVII com as missões religiosas, que futuramente se tornaram entrepostos comerciais de produtos extrativistas.

Essa região vivenciou as economias extrativistas coloniais, com a exploração de drogas do sertão (séculos XVII e XVIII) e o ciclo da borracha (final do século XIX e início do XX), fatos que motivaram ondas migratórias do Nordeste do Brasil (LEONARDI, 1999). Uma característica desse mercado da borracha é o aviamento considerado como trabalho escravo (MARTINS, 1997). De modo simples, pode-se dizer que a atividade se caracteriza pela troca de mão de obra e/ou de produtos da floresta por produtos de primeira necessidade, manufaturados. Nesse contexto

de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento humano em bases sustentáveis na bacia do Rio Negro”< www.fva.org.br>. Acesso: 15/05/2013.

quem dita o valor da mão de obra/produto é o chamado patrão, antigamente conhecido como Coronel de Barranco, isto é, a pessoa com capital que leva os produtos da cidade para os interiores e os comercializa com os extrativistas. Trata-se de um ciclo vicioso do qual o trabalhador extrativista dificilmente consegue se libertar. Na primeira década do Século XXI, essa realidade ainda é vigente, mesmo que com algumas modificações (LEONARDI, 1999, acervo FVA).

Os atuais moradores do Rio Unini foram trazidos, em sua maioria, da região Nordeste brasileira, durante o tal ciclo da borracha, e aprenderam a viver num ambiente completamente diferente do seu de origem. No contato com indígenas e europeus, se misturaram e aprenderam a se relacionar com o novo ambiente. São conhecidos como ribeirinhos e considerados populações tradicionais, isto é, pessoas que têm um modo de vida, história e cultura, intrinsecamente, ligados à terra e à natureza que as cercam (PNPCT, Lei nº 6040/2007). Esses comunitários vivem, principalmente, do extrativismo da castanha-do-brasil e de fibras vegetais, como o arumã e os cipós titica e ambé, da pesca, da caça e da agricultura familiar, destacando-se a produção de farinha de mandioca e banana.

Com a queda do ciclo da borracha, no século XX, muitos moradores dos rios da região do Médio e Baixo Rio Negro se dissiparam, outros permaneceram vivendo dos produtos da floresta. Esquecidas pelo Estado, mas não pelos missionários evangélicos, várias famílias que continuaram a viver em localidades isoladas ao longo dos rios agruparam-se em comunidades e se organizaram para pleitear direitos básicos como acesso à terra, educação e saúde.

Na contemporaneidade, as comunidades que habitam o Rio Unini são: Lago das Pedras, Terra Nova, Democracia, Patauí, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre e Vila Nunes. Dessas, três estão na área da Reserva Extrativista do Rio Unini, tais como: Lago das Pedras, Terra Nova e Patauí; uma está na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, a Vila Nunes; e as demais, se inserem no Parque Nacional do Jaú (PNJ): Democracia, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta e Vista Alegre. Existem três organizações sociais no Rio Unini: a Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU), criada em agosto de 2002 com a missão de servir como instrumento de fortalecimento e garantia dos direitos dos moradores do Unini, tendo como principal projeto, na época, a criação da RESEX do Unini; a Associação dos Moradores do Tapiíra

(AMOTAPI), fundada em 2006 para fortalecer a comunidade; e a Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (COOMARU), criada em 2012 para ajudar a consolidar as atividades econômicas geradoras de renda ao longo do rio³⁶ (FVA, 2013).

8.1.b. Sobre a criação da RESEX do UNINI

A história de criação da RESEX do Unini reflete e remete às contradições das demandas globais de preservação da biodiversidade, pois a unidade nasceu, essencialmente, como frente de resistência relacionada ao direito pela terra perante a criação do PNJ.

O PNJ foi criado em 24 de setembro de 1980 (Decreto Federal nº 85.200) abarcando uma das margens do Rio Unini. Porém, a região é morada de ribeirinhos há gerações, e tornou-se uma UC de Proteção Integral, na qual não se admite moradores, o que instaura muitas das contradições e os desafios da gestão da Unidade. A legislação prevê nessas situações que se faça a regularização fundiária com a retirada das comunidades do território. Nesse caso, entretanto, a discussão acontece há mais de 20 anos e não há previsão de regularização. Há uma proposta em elaboração pela FVA e pelo ICMBio de redelimitação da área do PNJ, da qual se excluiria o território ocupado pelas comunidades do Rio Unini³⁷.

Pressionados pela implantação do PNJ, uma das estratégias vislumbradas pelos habitantes do Unini foi a criação de uma RESEX que garantisse a sua fixação e desenvolvimento a partir e na sua região de origem, de modo que não fossem obrigados a abandonar seu lugar. Assim, nasceu a RESEX do Unini. Observa-se que uma RESEX só é decretada se pleiteada por comunidades tradicionais organizadas, cujo principal foco seja assegurar suas condições de reprodução e seu modo de vida e a conservação da natureza. Então, com a ajuda da FVA, e demais parceiros, os ribeirinhos se organizaram, fundaram a Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) e trabalharam para a criação da RESEX do Rio Unini. Os principais argumentos que nortearam a demanda de criação da Unidade foram: 1. a

³⁶Site FVA: http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=149:assembleia-de-fundacao-da-cooperativa-mista-agroextrativista-do-rio-unini-coomaru&catid=3:noticias&Itemid=1, acesso em 15/05/2013.

³⁷ Informação colhida pela pesquisadora em assembleia entre os dias 11 e 15 de março de 2013 na comunidade de Tapiira, no Rio Unini.

necessidade de se conservar as cabeceiras do Rio Unini, por ser uma área rica em produtos florestais como seringa, castanha do Brasil, cipós, copaíba, balata, peixes, dentre outros, que são de grande valia social e econômica para os moradores locais; 2. a importância de controlar o acesso ao rio e seus recursos; 3. a existência, na época, de 180 famílias reproduzindo seu modo de vida há gerações; 4. a caracterização de uma situação geopolítica favorável à conservação e ao acesso dos recursos, abrindo precedentes para uma possível cogestão entre as UCs limítrofes existentes, incluindo o PNJ e a RDS Amanã; e 5. a estratégia do controle dos recursos naturais com a população local, já que seria imprescindível encontrar uma solução para os problemas vividos, naquele período, pela atuação de empresas de pesca esportiva e pesca comercial predatória na região (ACERVO FVA, 2010).

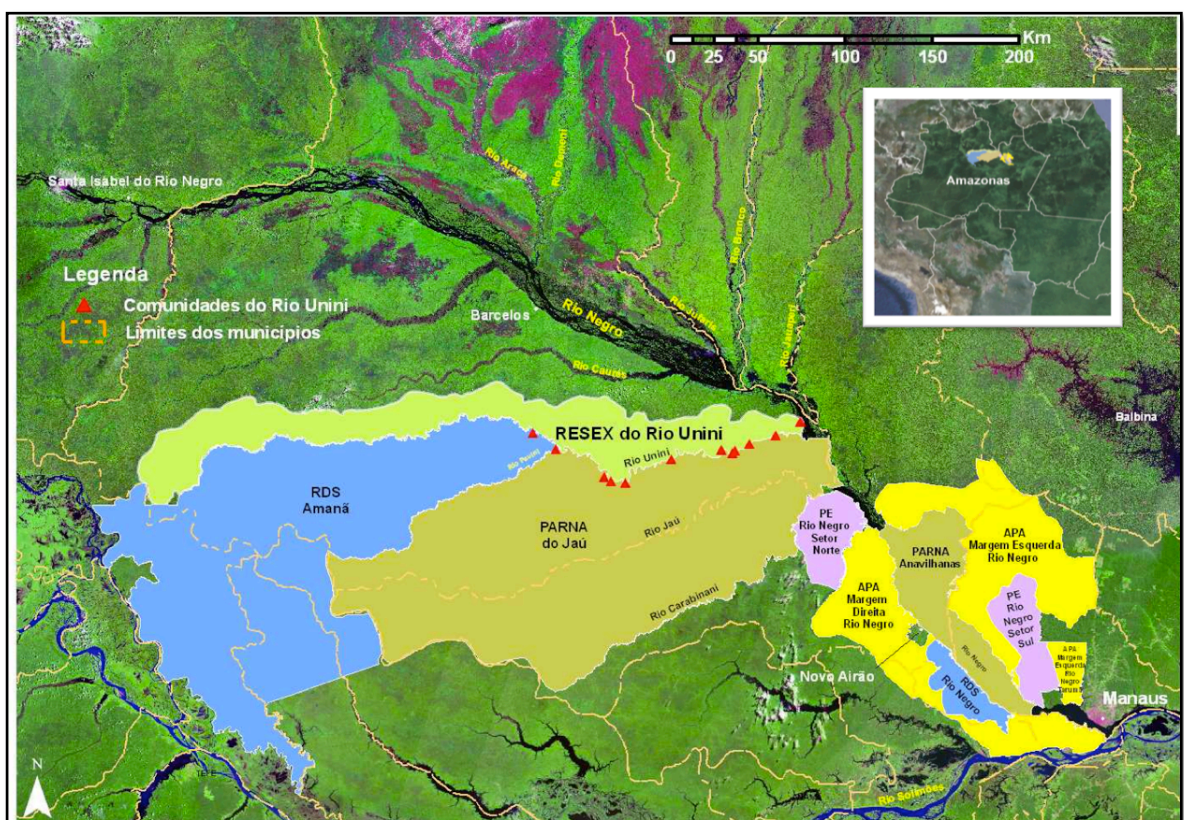
Em 21 de Junho de 2006, a RESEX do Unini foi decretada pelo então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. Sediada no município de Barcelos, AM, abrange uma área de 833.352 ha. Seus limites compreendem o rio Negro a Leste, cabeceiras do Rio Unini a oeste e o interflúvio Unini/Caurés ao norte. O limite sul é complementar ao limite norte do PNJ e da RDS Amanã, formando um mosaico de UC's federais e estaduais. Suas coordenadas geográficas são: 61°39'59.26"W/ 1°36'34.50"S. Trata-se de uma área federal legalmente protegida e categorizada como Área de Uso Sustentável (SNUC, Lei 9985/2000). Seu principal objetivo é a conservação da natureza e garantir a reprodução dos modos de vida de suas populações tradicionais (PNPTC, Lei nº 6040/2007) que desenvolvem o agroextrativismo.

Assim como acontece na maioria das UCs do País, a regularização fundiária precisa de ser efetivada. Há a necessidade de cessão de terras do estado do Amazonas para a União, já que se trata de uma UC federal em terras estaduais devolutas, e também a retirada e/ou negociação de áreas com uma mineradora instalada na região. Após esse trâmite, os comunitários terão seus títulos de Concessão de Direito Real de Uso e poderão acessar diferentes benefícios governamentais e financiamentos.

Abrangendo a região do Baixo Rio Negro, no município de Barcelos - AM, e distante 200 km de Manaus - AM, a RESEX do Unini localiza-se no bioma Amazônico. Seus ecossistemas são formados por água preta, florestas de terra firme, florestas de igapó, florestas de campinaranas, floresta de transição, capoeira. Compõe um

Mosaico de APs, juntamente com: a RDS Amanã, o PNJ, o Parque Estadual (PE) do Rio Negro Setor Norte, o Parque Nacional (PN) de Anavilhanas, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro e a Terra Indígena Waimiri-Atroari.

Suas principais atividades econômicas internas são o extrativismo e a agricultura familiar. Atores externos desenvolvem, em sua maioria, a pesquisa científica. Atividades como turismo de pesca esportiva e educacional foram praticadas no passado e passam por processo de regularização. Além disso, existe a mineração realizada por uma empresa externa em área da RESEX, que é uma atividade



conflitante com os objetivos da Unidade.

Figura 6: Localização da RESEX do Unini. Fonte: adaptado de arquivos da FVA.

A gestão da RESEX do Unini acontece via Conselho Deliberativo formado por seus moradores, habitantes do entorno, órgãos públicos e setores da sociedade civil organizada. As terras são de domínio da União e são destinadas ao uso desses moradores.

8.1.c. Diálogo e participação no projeto de TBC com a RESEX do Unini

Os dois primeiros objetivos do projeto foram: a) realização de um diagnóstico participativo sobre o TBC na RESEX do Unini e entorno; b) criação do Plano de Turismo de Base Comunitária (PTBC) da RESEX do Unini e entorno que serviram como laboratório de práticas de diálogo e participação comunitária em contexto de UC.

A metodologia aplicada baseou-se em processos participativos desenvolvidos pela rede Arte de Anfitriar (*Art of Hosting*) e buscava garantir que o próprio curso de desenvolvimento do trabalho servisse como ferramenta educativa para ampliação da visão e apropriação dos conceitos técnicos de turismo e seus potenciais impactos positivos e negativos pelos moradores do Unini, a fim de que eles pudessem, posteriormente, tomar decisões coerentes e conscientes no que se referisse ao turismo em seu território.

Especificamente para o alcance do primeiro objetivo, realizou-se: 1. reconhecimento da área de estudo, com duas viagens de campo em diferentes períodos do ano para se verificar as condições ambientais nos períodos de enchente e vazante, além de, no mínimo, nove saídas de campo específicas, sendo uma por comunidade; 2. pesquisa em referências bibliográficas relevantes sobre o tema; 3. contato com pessoas de conhecimento notório sobre o contexto e histórico local; 4. aplicação de entrevistas diálogo, tanto com os comunitários moradores da RESEX do Unini e da área de entorno, como com os profissionais locais do setor; 5. oficinas de diagnóstico participativo com caráter educativo sobre turismo; 6. visita de reconhecimento dos potenciais atrativos turísticos junto aos comunitários; 7. intercâmbios de turismo entre comunitários do Rio Unini e outros locais que trabalham com a atividade na Amazônia, tais como a Pousada Uacari, na RDS Mamirauá, no Amazonas, a comunidade de Xixuaú, no Rio Jauaperi, em Roraima e a Aldeia dos Lagos, em Silves, no Amazonas.

Para o alcance do segundo objetivo, foi realizada uma oficina de dois dias com a participação de moradores do Unini, gestores de UCs, membros da FVA e representantes do *trade*³⁸ turístico local.

Aprendizados sobre o diálogo como fundamento dos processos participativos durante o projeto aconteceram, principalmente, nos momentos de convivência e interação com os atores em campo, especialmente com os moradores do Unini, mas também com os técnicos gestores das UCs, com os integrantes da FVA e demais pesquisadores encontrados na região.

Cabe salientar que no momento de realização da pesquisa, em 2010, a equipe do PNJ e da RESEX do Unini em corresponsabilidade pela gestão da margem direita do Rio Unini, local legalmente pertencente ao PNJ, mas com comunidades habitantes, passava por desafios de relacionamentos internos. Esse fato gerou alguns conflitos durante a realização do projeto, principalmente na realização das entrevistas-diálogo e oficinas. Algumas atividades propostas foram simplesmente vetadas. Inclusive perguntas tornaram-se proibidas às comunidades do Rio Unini habitantes do lado do PNJ, fato que interferiu profundamente nos dados gerados. A proibição da participação ilude a leitura dos dados, parecendo que os comunitários não quiseram opinar quando, na verdade, nem souberam que teriam essa possibilidade. O argumento da equipe do PNJ era que algumas atividades poderiam iludir os moradores e gerar uma situação constrangedora aos gestores, visto que eles deveriam ser indenizados e obrigados a deixar a área, por conseguinte nunca poderiam desenvolver qualquer atividade que gerasse a possibilidade de sua fixação no local. Entretanto, essa situação perdura há 20 anos, desde a criação do PNJ. Como explicado anteriormente, o nascimento a RESEX do Unini reflete essa mesma situação³⁹.

³⁸ Trade é uma palavra em inglês (British Dictionary online) que significa a ação de comprar e vender coisas e serviços, a qual é utilizada para representar as organizações que oferecem serviços turísticos como operadoras e agências de viagem, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, lojas de artesanatos, etc.

³⁹ A tese de doutorado da pesquisadora Satya Caldenhof: “Mudanças Sociais, Conflitos e Instituições na Amazônia: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista Do Rio Unini”, 2013, aborda o contexto desse conflito.

8.1.d Aplicação das entrevistas-diálogo e os seus resultados

O primeiro momento de contato significativo com os moradores aconteceu durante a realização das entrevistas-diálogo, uma metodologia que se propõe a criar condições para a livre expressão.

É uma ferramenta utilizada principalmente em processos de transformação social, ajudando o entrevistado a expressar e a clarear seus pensamentos sobre determinado tema e o conectar com seu propósito de vida. Ao mesmo tempo auxilia o entrevistador a se conectar com o mundo do entrevistado, percebendo seus valores e motivações, seus modelos mentais sobre determinado assunto e o contexto em que aquele vive. Como resultados, essa prática pode motivar e engajar o entrevistado para um objetivo específico, além de criar empatia e uma boa relação dele com o entrevistador, fator essencial para trabalhos e/ou interações futuras a serem desenvolvidas por ambos (BOJER, 2010).

Participaram desse processo 142 famílias, num total de 160 e estabeleceu-se um espaço de confiança, intimidade e abertura das famílias, bem como buscou-se engajar e motivar a participação de representantes das famílias nos próximos passos do projeto, além de ampliar o esclarecimento e sanar as dúvidas dos comunitários sobre os propósitos, os objetivos e as intenções do projeto. A criação desse espaço relacional de qualidade e reconhecimento entre os atores envolvidos é premissa para projetos que almejem existir e serem participativos em qualquer contexto: é preciso que as pessoas se sintam à vontade e acolhidas para expressarem-se.

Na ocasião de realização das entrevistas-diálogo⁴⁰, do total de 142, o maior número se deu nas comunidades de Tapiíra, com 24% e Vista Alegre, com 16%. Isso reflete o grande porte dessas comunidades, mesmo sendo locadas em área do PNJ. Do total de entrevistados, 53% eram do sexo masculino e 47% do sexo feminino. Na maioria das famílias, os homens protagonizavam as conversas, as mulheres ocupavam uma posição secundária. Apenas quando seus maridos não estavam, assumiam as rédeas do diálogo.

⁴⁰ Duas analistas ambientais do ICMBio apoiaram a aplicação das entrevistas. Aplicaram-se uma breve capacitação sobre a ferramenta durante os três dias de um dos deslocamentos embarcado até o Rio Unini.

Verificou-se que 24% dos entrevistados não possuíam qualquer grau de instrução formal, sendo que o nível de educação médio era o maior grau apresentado. Muitos comunitários assinam o nome, apresentam escrita básica e dificuldade de compreensão em leituras. Tal questão, sendo um problema de ordem social estrutural e responsabilidade intrínseca do Estado, influencia diretamente na organização do TBC no Unini. Como potenciais empreendedores do turismo, mesmo sendo uma modalidade com características específicas do ponto de vista da sua organização comercial, o Rio Unini necessitaria de pessoas internas à comunidade para empreender o negócio. Se desejarem alcançar independência em relação aos mediadores, precisarão compreender o mercado, negociar com potenciais financiadores e fornecedores, planejar suas ações, vender seu produto, etc. — casos em que a escolaridade formal se faz necessária. Ressalta-se que educação de qualidade é um direito constitucional e independe do TBC e/ou quaisquer outras iniciativas para ser garantido à população.

A idade dos entrevistados variou de 14 a 87 anos, com média de 35,5 anos. A maioria dos moradores se identificou como agricultor e extrativista. Um dos moradores se autoidentificou como liderança social; três como ceramistas; uma como erveira; e um como profissional da pesca esportiva.

As entrevistas revelaram que a farinha era o principal produto dos comunitários, os quais, geralmente, consorciavam o cultivo de mandioca e a banana com produtos do extrativismo, tais como o cipó, a castanha-da-amazônia e o pescado. Além disso, a manufatura de artefatos de cerâmica é potencial produto para o turismo. Não foi indicada a produção de artesanato como atividade econômica, porém verificou-se que os comunitários criam peneiras, paneiros, trançados artesanais para uso próprio comunitário: utensílios com potencial de comercialização como *souvenir* para o turismo.

Ao adentrar no universo das famílias do Unini por meio desse diagnóstico dialógico, constatou-se que se tratava de um projeto de TBC, no qual os seus principais beneficiários, embora mostrem ter alguma experiência e ideias de como funcionam diversas modalidades de turismo em alguns casos, conforme demonstra a Tabela 2 a seguir, não necessariamente veiculam suas experiências e percepções com uma definição elaborada e técnica do que seja TBC. Seus relatos, no entanto, por vezes são mais profundos e ilustrativos do que as definições técnicas podem dar conta.

Essas conceituações, elaboradas por pesquisadores, nem sempre são embasadas na realidade e sim naquilo que se pretende criar e validar, de acordo com algum ponto de vista (RABINOVICI, 2009).

Das 67 mulheres e dos 75 homens entrevistados, 100% indicaram ter alguma experiência com o tema e quando questionados sobre o que seria realmente essa atividade, as respostas representavam as experiências concretas individuais vivenciadas. Para eles, turismo está relacionado: a) com o tipo de atividade desenvolvida: pesca esportiva, ecoturismo e estudantil; b) com o trabalho e a renda gerada por meio do desenvolvimento da atividade; c) com o conceito de viagem e lazer; d) com a personificação de quem desenvolve a atividade, isto é, com o turista.

A tabela a seguir, demonstra essas categorias e exemplos de frases ditas pelos comunitários durante as entrevistas-diálogo realizadas.

Categoria de compreensão sobre o tema	Exemplos de frases citadas
Atividade desenvolvida: pesca esportiva, ecoturismo e estudantil	TBC é a pessoa que vem de fora para se misturar, ter o conhecimento do dia a dia, trocar informações, para atualizar os moradores, pode chamar de educativo.
	Ouvi falar sobre turismo de pesca.
	Levar as pessoas para pescar.
	Turismo de pesca e visita na mata.
	É só para pescar, filmar e soltar de novo. Andar na mata.
	É pescar, pesque e solte. Eu fui andar com umas mulheres no Acufaris, eles pagavam a gente.
	É uma coisa que eu nunca trabalhei, mas aí pra cima já pescaram muito esse turismo. Eu já pilotei aí pra baixo. Turismo ecológico o cara vai andar com eles pelo mato, tirar foto de bicho. É só tirar foto.
	O turismo que eu conheço são esses americanos que vem ficar nas casas de vez em quando e o turismo do tucunaré, que era o pegue e solte. Turismo ecológico, fotografar o que existe, aproveitar a natureza, fotografar. Turismo de base comunitária é mais de convivência com o morador, troca de experiência, o modo de vida das pessoas, a gente aprende muito com eles.
	Turismo é de pegar peixe. Só que esse não é bom não porque rasga a boca do peixe e eles adoecem. É bom o turismo que o pessoal anda na mata, tira foto.
	É pesca, pode ser turismo ecológico quando anda pela mata.
	O turismo ecológico já vi na televisão, eles abrem ramais e

	filmam, andam na mata.
	Turismo tem de caminhada, passando acima do arumãzal, bunitizal e tem o de pesca.
	O único turismo que a gente conheceu é o de pesca esportiva, mas tem outros tipos que são turismo ecológico só que a gente não conheceu.
	Tem vários tipos, o ecológico, o esportivo.
	Turismo é uma história que tem várias qualidades. O turismo de pesca esportiva foi bom.
	Tem vários tipos, tipos que pesca, faz filmagem, que caça, que vem só para passeio.
	Pescar. Tem turismo de terra.
	É uma diversidade de coisas, turismo de passeio, de pesquisa, de fotografar, de pesca esportiva, de conviver com os animais, caminhada. É como um esporte praticado por algumas pessoas, alguma coisa que motiva o camarada a vir para cá. O Brasil deveria investir e manter a floresta em pé. É uma saída para as mudanças climáticas. Somos os segundos em pesca esportiva em potencial.
	O pessoal vem andar na mata, filmar os bichinhos, fazer canoagem.
	Turismo ecológico é o que vai andar no mato e vai filmando. Vai fazer trilha.
	Filma plantas, casa, vários tipos de animais.
	Turismo é uma coisa de preservação, não destrói a natureza. Aprende e ensina.
Trabalho e geração de renda	Trabalhar com turismo é ser ama, tem que cuidar muito das pessoas, igual a cuidar de criança.
	É uma fonte de renda para os moradores.
	É uma coisa boa, a gente precisava de passagem e eles davam.
	É um trabalho, é ver as coisas, passear e trabalhar. Vai com o bolso cheio e volta com o bolso seco.
	Turismo é muito melhor que plantar roça, porque não desmata, não destrói. Cada turista quer fazer coisa diferente, deixa renda e não extrai nada.
	Turismo traz muita renda, dá muito apoio, lucro. Os próprios moradores vão ser os empresários, tomar conta dos turistas, fazer o pacote.
	É um ganho a mais para nós.
	O turismo tem que beneficiar o coletivo, antigamente era só poucos. Mas não se pode fechar só no turismo, não pode ser a arca de Noé, mas deve diversificar.
	É uma coisa boa, adquire renda mais rápido e mais fácil.
	No turismo recebe dinheiro mais fácil, na roça é mais dificultado.

	Depende do turismo, quando penso em organização penso em renda, benefício para as comunidades, não o que vem explorar dizendo que é turismo.
	É um meio de trazer benefício, emprego e eles vem para fazer lazer.
	Além de ser uma empresa que ajuda o ribeirinho no trabalho e na renda da comunidade, é um meio do caboclo trabalhar com facilidade. Também traz renda para o município.
	Muito bom, tinha dinheiro para ajudar o marido, foi uma coisa muito boa.
	É uma coisa muito boa pois o povo que trabalhava trazia muito dinheiro, renda para a comunidade, material escolar.
	É bom, meu pai no Rio Urubu trabalhava com turista estrangeiro. Quando meu marido trabalhava com turista estrangeiro era mais fácil.
	Geração de renda.
	Mais lucro.
	É uma melhoria para a gente, deixar renda para a comunidade.
	Nunca ninguém trabalhou aqui. As vezes vinham os intérpretes. Para muitas pessoas que trabalharam com o turismo foi bom. Eles ganham muito dinheiro, mas não deram valor. A maioria só fez farra com o dinheiro, não pensou no dia de amanhã e hoje não tem nada.
	É a melhor fonte de renda, já trabalhamos e ganhamos um pouco mais.
	Traz emprego para as pessoas. No TBC o pessoal comunitário vai trabalhar com turismo.
	É algo que traz benefício, coisa boa, não precisa trabalhar tanto quanto no roçado.
	Turismo é dinheiro para o pessoal. Para mim, se tiver turismo, como era, não era bom mesmo. O TBC era melhor. O turismo de lucro só para o dono, para o funcionário nada. Dou apoio para ter turismo no rio, mas não turismo dos outros, os caras fazem o que querem.
	É bom para ajudar as pessoas, traz dinheiro para comprar.
	É uma fonte de renda, que dá emprego. E hoje temos motor, bomba, caixa d'água por causa do turismo. É fonte de renda muito boa.
	É algo que traz benefício, coisa boa, não precisa trabalhar tanto quanto no roçado.
	É um meio de ganho, tem vários tipos, emprega muita gente... Turismo de pesca esportiva, pega o peixe, pesa e solta.
	É um trabalho que mexe com pescaria e visita pelas comunidades, e dá um trabalho para as pessoas.
	É um trabalho muito divertido, educativo, sensível. Não tem muita agoniação no trabalho e onde corre um dinheiro bacana. Ganha com muito interesse de agradar o cliente e não precisar fazer força. Aprende alguma coisa. Aprende no trabalho da

	pesca esportiva um pouquinho de inglês. O ruim aparece, mas só aprende o ruim se quiser.
	É bom demais por que o serviço é mais leve, ganha mais que a roça e o cipó.
	Esse trabalho de pescar tucunaré e caminhada.
	É um trabalho bom para os comunitário, porque traz renda para o rio. Aqui tem pesca, pega e solta, mas não conheço bem.
	É uma ajuda para os pobres, uma ajuda para os peixes e é um rendimento e é uma ajuda. Dá muito emprego para o povo do rio.
	É uma coisa boa e ruim ao mesmo tempo: a renda é boa, a parte ruim é o cliente brasileiro, chato e mão de vaca. Tem muita responsabilidade.
	Quem trabalhou com turismo ganhou um dinheirinho bom rapidinho.
	Tem o que vem pegar peixe e os que vem passear, ver a natureza.
	Desenvolvimento, pois só viaja quem tem dinheiro. Desenvolvimento mais leve. O turismo de pesca esportiva trazia dólar. Eu trabalhei nas temporadas de pesca, trabalhava como auxiliara de serviços gerais.
Viagem e lazer	É um lazer, um trabalho, uma diversão e um esporte.
	Modo de se divertir, conversar com as pessoas.
	Trocar ideias, esquecer os problemas.
	É a pessoa sair em lazer, se divertir, fazer coisas que gosta. TBC é turismo que a comunidade trabalha com os turistas e tem várias coisas para conhecer, diversidade.
	Ver as coisas interessantes que a gente admira... Tem como trabalhar... O turista vem para cá e se admira com tudo, com um pau grosso.
	É o passeio, a diversão, ele vem gastar... levar, não leva nada. Leva foto, lazer.
	Trabalhar e com o dinheiro ir pescar no interior, passear, isso é férias.
	Passeio.
	Sair para outras comunidades, brincar de bola.
	É quando a gente sai para algum lugar para conhecer.
	É um grupo de visitantes que vem conhecer o Amazonas e fazer pesquisa. É turismo quando a pessoa vem conhecer.
	Turismo é passear.
	É bom porque a gente passeia por onde não conhece.
	Passear com minha filha, conhecer a casa dela.
	A pessoa que vem passear, bater foto, conhecer as coisas no nosso rio.
	É uma viagem para outro lugar para conhecer, turismo ecológico já seria um grupo de pessoas que viaja para um lugar

	como uma unidade de conservação para conhecer fauna e flora. TBC é o da Estação Gaboraba ⁴¹ .
	O turista tem algum objetivo. Cada viagem que ele faz ele tem um objetivo, se for ecológico ele vai buscar mais informações sobre o local. O turista é diferente do pesquisador. Se não deu certo, o problema é do turista mesmo. O pesquisador tem um compromisso além dele. Mas os dois viajam.
	As pessoas que vem de longe e conhece a Amazônia e acham bonito. É quando as pessoas vem conhecer.
	É tá filmando, passeando.
	Turismo é igual vir de lá, eles vem para passear, conhecer e aprender.
Turista	Turismo é o pessoal que vem de fora para fotografar, para aprender, para acompanhar o pessoal na roça, para pescar, estudo, vem pescar.
	Vida boa, não faz nada, o turista é rico.
	É uma pessoa que tem dinheiro e vem para cá para pra ver a mata, tirar foto. Tem turismo ecológico, o turismo de pesca esportiva. Se eles quiserem ver algum bicho...
	Eles vem para conhecer, para passeio, para conhecer os lugares, são curiosos, muitos vem a trabalho.
	Alguém que tem muito dinheiro e quer passear e conhecer outros lugares.
	Pessoa que vem se divertir, tirar foto, se divertir.
	Eles vem para ajudar a gente, a gente leva eles para filmar, é bom.
	Passar conhecimento, troca de experiência.
	Esse pessoal que anda passeando, fazendo pesquisa nas casas, visitando, filma, pesca.
	O turista vem a passeio, visitar, vem gastar e ganhar.
	É quem anda de lancha, voadeira para pegar peixe, soltar e filmar. E os estudantes.
	Eles passavam aqui, pescavam e soltavam. Era bom quando vinham os estudantes, tinha companhia e íamos pescar.
	Foi boa gente, ajudava na comunidade. É melhor que o gelador.
	Tem turista bom, tem turista carrasco. Eles querem fazer como escravo.
	Quando os estudantes vieram aqui, traziam rancho e ficaram para aprender.
	Pescador de tucunaré.
	É uma coisa boa, traz informação, ensina um pouco o que eles sabem e aprendem também.
	São americanos e que ninguém entende nada.

⁴¹ Estação Gaboraba é uma agência de turismo do Pará que desenvolveu uma atividade de intercâmbio de estudantes estrangeiros com as comunidades do Rio Unini.

	Uns americanos que vem pescar, conhecer o rio, já ouviu falar de ecoturismo em reunião.
	Vem para pescar, pegar alguém para trabalhar para eles.
	Tem vários tipos de turismo, os que pescavam lá em cima, o que gosta de fotografar, andar na terra.
	Turista gosta de pescar peixe grande e conhecer a Amazônia, fui guia dos pesquisadores.
	Pessoas que vem para pescar com os empresários.

TABELA 3: CATEGORIA DE COMPREENSÃO SOBRE TURISMO. FONTE: CRIADO COM OS DADOS GERADOS COM AS ENTREVISTAS-DIÁLOGO APLICADAS COM OS MORADORES DO RIO UNINI NO ÂMBITO DO PROJETO ESTUDADO.

Quando questionados se gostariam de desenvolver a atividade em sua comunidade, muitos indicaram que sim, a partir de condições como: a) melhoria da organização estrutural da comunidade; b) vinda de recursos; c) capacitação; d) geração de benefícios para as famílias de modo individual e coletivo. Do mesmo modo, em relação ao potencial de mudança na comunidade com a chegada do turismo, a maioria, 78%, indicou que sim. Verificou-se, porém, o quanto essa questão foi difícil de ser respondida por grande parte dos comunitários principalmente por aqueles que são moradores das comunidades mais afastadas das cabeceiras do Rio Unini, os quais não tiveram contato direto com a pesca esportiva, isto é, pela falta de experiência concreta com o tema, dentro ou fora de sua comunidade. Já os moradores das comunidades localizadas Rio acima, como os de Vista Alegre e de Vila Nunes, aqueles mesmos que tiveram contato direto e frequente com o turismo de pesca esportiva, apresentaram maior facilidade, segurança e aparente consciência em responder.

Ainda, sob as mesmas ressalvas, quando questionados sobre as principais mudanças que aconteceriam com o turismo na comunidade, a maioria dos entrevistados, 42,2%, indicou a geração de renda como principal fator; 21% citaram melhorias estruturais; e 21,8% não responderam. Quando indagados sobre a intenção e vontade de envolvimento com o turismo, independente de seu tipo, 28% dos entrevistados afirmaram desejar envolvimento, apenas 2% negaram. A grande maioria, 68% foi vetada de responder essa questão, pois eram moradores das comunidades localizadas na área do PNJ, contudo, naquele momento, o modo de envolvimento almejado com o turismo pelos comunitários se restringia à prestação de serviços operacionais, tais como guias, cozinheiras, serviços gerais, os quais são imprescindíveis ao empreendimento turístico, mas não são suficientes para englobar

toda a sua complexidade. Os respondentes restringiam sua visão com a chance de alcançar um emprego. Apenas 3,5% dos respondentes se colocaram disponíveis para acessar cargos administrativos e apenas 0,7% referiram-se à gestão, posicionando-se como empreendedores. Isso demonstrou a necessidade, de acordo com o projeto proposto, de ampliação de visão, de capacitação e de empoderamento dos comunitários sobre seus próprios potenciais e recursos.

A falta de experiência profissional e técnica com o turismo somado à necessidade de melhoria das condições de vida, aliada a percepção de que a atividade turística poderia gerar incremento na renda, deixava os comunitários divididos quando questionados sobre os potenciais problemas que o turismo poderia causar na comunidade. Os principais problemas citados foram o lixo, com 9,8%; as doenças e a prostituição, com 5,6%; e os conflitos de gestão das UCs, com 4,2%. Sendo que 61,26% dos entrevistados não responderam — foram vetados por morarem no PNJ —. Para mitigar os potenciais problemas, 17,60 % dos entrevistados indicaram a necessidade de organização interna e 80,28 % não responderam a questão — foram vetados por morarem no PNJ —.

Mesmo sem muitas oportunidades de receber visitantes de forma organizada e profissional, os comunitários foram questionados sobre as preferências em relação a um tipo ou outro de turista que desejariam trabalhar. A grande maioria, 30,28% dos respondentes, não vê restrições, e 22,5% abstiveram-se. Pode-se questionar se essa pergunta seria cabível aos comunitários, visto que a maioria nunca havia tido experiência profunda com o tema. Porém, como 100% dos entrevistados indicaram saber do que se tratava o turismo e por se tratar de uma pergunta que exercitava refletir sobre o futuro — que é difícil para os comunitários por conta de seu pensamento pautado no concreto da realidade atual —, optou-se por realizá-la sem grandes expectativas quanto a sua resposta, focando no possível aprendizado sobre visualização de futuro.

Sobre a visão da gestão e distribuição dos potenciais recursos advindos com o desenvolvimento do turismo no Rio Unini, os comunitários lembravam a vivência nos tempos da pesca esportiva com o recebimento de recursos e, em alguns casos, de infraestrutura para suas comunidades. A partir dessa referência, dos respondentes — excluídos os residentes do PNJ —, 14,7% indicaram que as divisas deveriam ser

destinadas para as famílias; 7,04% na aplicação de bens duráveis e estrutura e 73,9% não responderam — foram vetados por morarem no PNJ —.

Quando questionados sobre possíveis locais não indicados para visitação, 39% dos entrevistados negaram a existência e 35% se abstiveram. Dos 25% que afirmaram a questão, 10,56% justificaram a existência de locais que são áreas de preserva o comunitária; 7,7% indicaram a própria segurança do visitante como motivo e 76,05% não responderam.

A autopercep o da comunidade   um elemento significativo para o TBC. Nesse sentido, buscou-se, com um olhar apreciativo, descobrir quais as principais qualidades das comunidades em sua visão. Dos 142 respondentes, 15,49% elencaram a convivência social característica positiva em destaque; 11,26% a família; 10,56% a natureza; 8,45% a fartura de alimentos; e 3,52% indicaram a amizade entre os comunitários.

Mesmo que as respostas demonstrassem que os comunitários compreendessem a seu modo o turismo, para fins do projeto, tanto por parte do ICMBio quanto por parte da FVA, era inten o que os moradores do Unini entendessem tecnicamente as dimensões do turismo, como a econômica, a do negócio, a da qualidade na presta o de serviços, assim como as subjetividades da atividade.

8.1.e. Aplica o das oficinas de diagnóstico e seus resultados

A partir da necessidade apresentada anteriormente e somada   percep o da concretude do pensamento comunitário, além do analfabetismo funcional existente entre os comunitários, e para atender   realidade deles com vistas aos resultados esperados, as oficinas foram adaptadas. Nesse segundo momento de intera o intensa com as comunidades, buscou-se alcançar os seguintes objetivos: a. levantar potenciais atrativos turísticos nas próprias comunidades e área de entorno, tais como particularidades e peculiaridades dos modos de vida das comunidades, identidades locais, lugares com diferenciada beleza c nica, pontos focais de visualiza o de fauna e flora, potenciais trilhas, locais com características intr secas e de beleza c nica; b. ajudar os comunitários a perceberem outras dimensões do turismo, tais como a econômica e a do negócio, incluindo os aspectos

positivos e negativos da atividade; c. ampliar o engajamento dos comunitários para o projeto, buscando a construção conjunta do que seria esse turismo.

Realizaram-se oficinas de três horas de duração com cada uma das nove comunidades do Unini⁴². Cada um desses encontros contou com dez blocos de atividades, como segue: 1. círculo de abertura com a apresentação do projeto e dos participantes; 2. busca de acordo de convivência para o bom desempenho do objetivo da reunião; 3. explicação lúdica sobre turismo e suas diferentes dimensões e seus tipos, com o apoio de desenhos; 4. criação participativa de painel dos impactos do turismo, em seus aspectos positivos e/ou negativos; 5. apresentação de dois vídeos ilustrativos: “Ecoturismo de Mamirauá”, 2002, de Ricardo Hanszmann e “Turismo de Base Comunitária – Grãos de Luz”, do Ministério do Turismo⁴³; 6. validação dos potenciais atrativos turísticos identificados com as entrevistas-diálogo; 7. seleção de atrativos potenciais para posterior visita de reconhecimento; 8. seleção de representantes comunitários para acompanhamento da visita de reconhecimento dos potenciais atrativos por indicação dos presentes nas reuniões; 9. indicação, para posterior seleção, de um representante comunitário para viagem de intercâmbio de turismo com a pousada Uacari, em Tefé - AM, promovidos pela Unidade de Gestão Integrada (UGI) do Médio Rio Negro, com apoio da FVA, a fim de que os comunitários do Unini pudessem vivenciar para compreender o ser turista, o ser receptivo e quais as dimensões e implicações do turismo na prática. Depois disso, o mesmo grupo formado seria responsável por compartilhar seu aprendizado, a seu modo, para seus companheiros, ampliando-se, assim, as possibilidades de apropriação do tema nas comunidades; 10. círculo de fechamento das atividades.

A participação nas oficinas⁴⁴ foi resultado principalmente do engajamento e motivação despertados por meio das entrevistas-diálogo aplicadas previamente com

⁴² As comunidades do Rio Unini, como explicado anteriormente, territorialmente se distribuem em PNJ, RDS Amanã e RESEX do Unini. Mas, para fins do trabalho, todas foram consideradas e incluídas mesmo com as restrições relatadas anteriormente.

⁴³ Neste caso, também para atender os critérios da gestão do PNJ para o desenvolvimento das atividades de diagnóstico deste projeto, não foi apresentado o segundo vídeo para as comunidades residentes na área do PNJ.

⁴⁴ Numas das comunidades cujas relações de força eram desiguais, esperávamos que um ator influenciasse a oficina de modo destrutivo, impedindo a manifestação e participação equilibrada dos demais comunitários, como era de praxe nessa comunidade. Porém, em função dessa confiança previamente estabelecida entre os comunitários e membros da ONG, conseguiu-se equilibrar as

os comunitários; um certo grau de intimidade e amizade tomou forma e espaço na relação entre pesquisadores, técnicos da FVA, analistas ambientais do ICMBio e as famílias entrevistadas, fator que motivou a vinda dos comunitários. Por um lado havia o desejo de saber do que se trataria a conversa e por outro a satisfação de honrar o convite para a participação. Era comum ouvir: “— Não disse que vinha?”.

8.1.f. As viagens de intercâmbio e seus resultados

Um terceiro momento de interação significativa com os comunitários foi a realização das viagens de intercâmbio, isto é, viajar para estudar o turismo, focando em aprendizagem e troca de experiência com outros atores. Nesse caso, os objetivos consistiam em: 1. proporcionar a experimentação dos comunitários do Rio Unini sobre TBC para que a partir da vivência eles pudessem conhecer um novo modo de turismo, sentir as suas potencialidades e se posicionarem de modo crítico; 2. ampliar e aprofundar os seus conhecimentos técnicos sobre TBC; 3. elucidarem-se sobre os desafios, as potencialidades e as realidades envolvidos no desenvolvimento do TBC em regiões com o mesmo bioma e organização comunitária similares às da RESEX do Unini e entorno; 4. ampliar as possibilidades de tomadas de decisão conscientes sobre possíveis atividades de uso público a serem desenvolvidas na RESEX do Unini pelos comunitários.

No total, realizaram-se três viagens de intercâmbio para locais considerados referência sobre o assunto no cenário amazônico: a. Pousada Uacari, na RDS de Mamirauá, no município de Tefé - AM; b. Comunidade Xixuaú, no rio Jauaperi, em Rorainópolis - RR e; c. Pousada Aldeia dos Lagos, em Silves - AM.

O processo de seleção dos comunitários que participariam do primeiro intercâmbio aconteceu durante as oficinas como relatado anteriormente. A sugestão foi que cada comunidade indicasse um comunitário que se mostrasse interessado no tema, que pudesse acompanhar todas as atividades de turismo que se fizessem necessárias

forças e deixar que o processo fluísse conforme previsto pela FVA. Ao final da oficina, recordo-me da indignação desse comunitário por não ter podido direcionar a reunião para seus objetivos pessoais: “— Ué, mas já acabou a oficina?”.

durante o desenvolvimento do projeto e que se comprometesse em se tornar o ponto focal do projeto de turismo em suas comunidades, tornando-se um elo entre a FVA/ICMBio e o Rio Unini⁴⁵.

O intercâmbio para a Pousada Uacari, na RDS Mamirauá, aconteceu entre os dias 01 e 07 de julho de 2010 e foi organizado pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do Médio Rio Negro com apoio da FVA. Quatro comunidades indicaram membros para participar: comunidade de Vila Nunes, de Lago das Pedras, de Tapiira; de Floresta. Além deles, participaram a pesquisadora e a analista ambiental da RESEX do Unini. Durante os dias na Pousada Uacari, vivenciaram-se tanto atividades aplicadas com os turistas quanto atividades operacionais referentes ao desenvolvimento do turismo no empreendimento, tais como: 1. sobre os atrativos, realizou-se passeios de canoa a remo para observação de fauna local e passeios de barco motorizado para comunidades próximas à pousada Uacari; 2. sobre o cotidiano administrativo e de manutenção do empreendimento pode-se acompanhar o processo de entrada e saída de hóspedes na pousada; 3. observou-se a preparação do espaço, como a arrumação e limpeza das acomodações; 4. observou-se a organização e o cuidado com os alimentos na cozinha; 5. buscou-se compreender as responsabilidades inerentes aos diferentes atores que participam do desenvolvimento e organização tanto das atividades com os turistas quanto da gestão do empreendimento, tais como os guias locais, os guias naturalistas, as camareiras, os cozinheiros, os copeiros, os zeladores e a gerência de campo. Com exceção do guia naturalista que deveria saber um segundo idioma além do português, os demais eram comunitários; 6. foram esclarecidas dúvidas sobre o processo de organização com as comunidades envolvidas com o ecoturismo e o empreendimento em palestra proferida pelo coordenador do ecoturismo do Instituto Mamirauá e em momentos de conversa guiada com os demais membros da equipe da pousada Uacari e do Programa de TBC do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá

⁴⁵ Durante as oficinas, momento em que foram escolhidos os comunitários que participariam do intercâmbio, era fato apenas da realização da viagem para a Pousada Uacari. Com o desenrolar do projeto, foram articulados os demais intercâmbios. Desse modo, o número de comunitários que participaram dos intercâmbios oscilou e não houve presença de comunitários na viagem para a Comunidade de Xixuá devido a falhas de comunicação e atraso da expedição organizada pela Comunidade receptora.

(IDSM). Ao final da viagem, a fim de aprofundar a experiência, sedimentar os conhecimentos adquiridos e colher novas ideias para o desenvolvimento de atividades turísticas no Rio Unini, os participantes foram convidados a responder a um questionário.

A viagem para o Xixuaú, no rio Jauaperi, município de Rorainópolis - RR, aconteceu em parceria entre a Associação Amazônia e a FVA, no período de 03 a 07 de agosto de 2010. Este caso, não será aprofundado, pois os comunitários não participaram fisicamente.

O intercâmbio com a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves - AM aconteceu entre os dias 03 e 07 de novembro de 2010. Dessa atividade, participaram dois comunitários de Vila Nunes, uma de Terra Nova, um de Tapiíra, um do Lago das Pedras e a pesquisadora.

O empreendimento teve foco na participação social comunitária e viabilizou-se como parte do projeto "Silves: um projeto de Ecoturismo Comunitário na Amazônia Brasileira" realizado pela Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) com apoio técnico do Fundo Mundial da Natureza (WWF), com financiamento do governo austríaco em parceria com o próprio WWF. Diferente dos demais empreendimentos visitados, cujo acesso convencional é feito por via fluvial e é dificultado pela distância em relação aos polos emissores de visitantes, a pousada Aldeia dos Lagos está instalada dentro da cidade de Silves - AM, distante 200 km em linha reta de Manaus, com acesso direto por estrada asfaltada.

Nessa experiência, aprofundaram-se a visão sobre a organização e os desafios que a comunidade enfrenta por meio de: 1. conversas com os gestores da ASPAC, as quais também gerenciam a Pousada Aldeia dos Lagos; 2. visitas guiadas para duas comunidades locais, as quais foram capacitadas pela ASPAC com o intuito de receber visitantes, sendo a primeira para a comunidade Nossa Senhora do Bom Parto, com foco nas dificuldades e benefícios alcançados com o turismo, e a segunda, com pernoite, para a comunidade São José da Enseada, no município vizinho a Silves, em Itapiranga - AM, onde foi possível trocar conhecimento e, principalmente, aprofundar a visão sobre a necessidade de envolvimento e de organização de todos os comunitários para que as atividades turísticas acontecessem de modo seguro e prazeroso tanto aos visitantes quanto aos

visitados; 3. visita a Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE), a qual é composta, basicamente, por mulheres e cria produtos a partir de material não madeireiro coletado na floresta, os quais são diretamente aproveitados na cadeia do turismo como souvenirs, tais como óleos e essências naturais, sabonetes e artesanato; 4. conversas com demais participantes da ASPAC que desenvolvem outros projetos, tais como no viveiro de mudas, nos meliponários, nas hortas orgânicas e sistemas agrofamiliares que ajudam a compor o produto ecoturístico da pousada; 5. visita a lagos, rios e pontos de observação de animais que considerados atrativos naturais com fins turísticos.

Essas viagens ajudaram os comunitários a compreender na prática, a partir de sua própria experiência, tanto por meio do sentir-se turista, quanto por adentrarem no campo mais operacional e organizacional dos lugares visitados, as dimensões e implicações do turismo.

Para a pesquisadora e membros da ONG, as viagens ajudaram a aprofundar a relação com os comunitários.

8.1.g Oficina do planejamento e seus resultados

O quarto momento de interação com os comunitários aconteceu durante a oficina para a criação participativa do Plano de Turismo de Base Comunitária da RESEX do Unini e entorno, realizada sob o âmbito do mesmo projeto referido, no escritório da FVA em Novo Airão - AM. Contribuíram com esse processo, tanto os comunitários que haviam participado da construção do diagnóstico, quanto das viagens de intercâmbio, sendo dois de Tapiíra, uma de Vila Nunes e um de Terra Nova, a estagiária da Expedições Katerre, o diretor executivo da FVA e a técnica da FVA, e a gestora da RESEX do Unini. A facilitação do processo foi responsabilidade da pesquisadora juntamente com uma designer industrial e especialista em *Visual Think*⁴⁶.

⁴⁶ O *visual think* é um modo de facilitar a aprendizagem, a compreensão de conteúdos e a inovação por meio de desenhos ilustrativos sobre o tema trabalhado. Isso, com a ajuda de um facilitador gráfico que produz as imagens, capturando os insights coletivos e traduzindo-os em desenhos, concomitantemente ao desenrolar do processo vivido pelo grupo ou pessoa. Tais ferramentas potencializam a inteligência coletiva, instigam a participação, facilitam o engajamento para a causa

Durante os dois dias de oficina, foi aplicada uma agenda com nove atividades, tais como: 1. apresentação e abertura do dia; 2. diálogos sobre TBC no mundo e motivações para o Rio Unini; 3. análise do diagnóstico de TBC da RESEX do Unini e entorno; 4. compartilhamento da experiência em Mamirauá e no Xixuaú; 5. busca da vocação de cada comunidade; 6. lição de casa sobre os diferenciais do Unini; 7. diferencial do Rio Unini; 8. atividades e roteiros potenciais; 9. criação de cenários potenciais.

Além das atividades propostas, os resultados do planejamento advieram da experiência prévia sobre o tema de cada participante da oficina, principalmente das referências e vontades dos comunitários. Pesquisaram conjuntamente, técnicos e comunitários, e dialogaram sobre as vocações turísticas de cada comunidade do Rio Unini e os seus principais diferenciais percebidos. Foram elaborados três cenários como base do potencial desenvolvimento do TBC na região, sendo eles: 1. construção dos chamados Três Pontos⁴⁷ (pousadas) ao logo do Rio Unini que contemplassem todas as comunidades e que fossem fixados na área da RESEX; 2. construção de um Barco Hotel Comunitário para navegar por todo o Rio Unini envolvendo todas as comunidades; 3. melhoria e ampliação dos Centros Comunitários, principalmente, para uso dos próprios comunitários e para apoio ao futuro visitante. Ao final, foram organizadas reflexões acerca das escolhas dos comunitários e necessidades para que os cenários se tornassem factíveis.

As conversas dessa oficina ajudaram os comunitários a perceberem aspectos relevantes sobre o desenvolvimento do TBC em seu local, tais como:

1. A necessidade de organização, de união e da consciência comunitária. Percebeu-se por meio do diálogo entre técnicos e comunitários, que seria importante que as comunidades do Rio Unini estivessem organizadas, alinhadas quanto à visão de futuro e conscientes da riqueza socioambiental que guardam em seu território, fato que lhes possibilitaria garantir, dentre outros fatores, poder frente ao mercado. O fortalecimento dessa consciência contribuiria para que as comunidades juntas não se corrompessem diante de ofertas do capital e continuassem buscando o benefício

focal do trabalho, promovem a criação colaborativa e o cuidado com o processo vivido que é gerador de aprendizagem, assim como a busca de resultados enriquecedores para todos os envolvidos no processo.

⁴⁷ Utilizaram-se os símbolos e a linguagem utilizados pelos comunitários.

comunitário, sem se esquecerem de cada indivíduo. A fortaleza do Rio Unini estaria na união das pessoas que nele habitam;

2. Necessidade de processos participativos, inclusivos e transparentes. Todas as ações voltadas ao TBC, ou quaisquer outros tipos de turismo que viessem a ser empreendidos no Rio Unini, deveriam partir de movimentos coerentemente compartilhados e construídos de modo colaborativo com as comunidades e as organizações que se fizessem importantes para o processo, sejam elas privadas, públicas ou do setor social. A participação efetiva das pessoas garantiria comprometimento e mobilização para que se alcançassem os objetivos estabelecidos;

3. A necessidade de educação e empreendedorismo. Seria relevante que as comunidades se preparassem, estudassem e se capacitassem não apenas para desempenhar os aspectos operacionais dos serviços do TBC, mas que fossem capazes de empreender seu próprio negócio. Para isso, elas deveriam buscar conhecer todo o processo do turismo, desde o seu planejamento, organização, marketing e gestão. A intenção seria que as comunidades, no início, recebessem apoio de alguma instituição de referência e, aos poucos, fossem se apropriando de todos os processos até navegar por si mesma, coordenando o seu próprio empreendimento turístico;

4. Busca de novas lideranças e envolvimento dos jovens. Para não sobrecarregar as lideranças natas e buscar alternativas para o futuro, seria importante que novas lideranças fossem formadas nas comunidades e que os jovens fossem encorajados a se envolver, inclusive politicamente, nas atividades do Rio Unini. O ideal seria que todos se tornassem líderes de si e dos processos que compartilhassem, que todos tivessem consciência cidadã, respeitassem uns aos outros e dialogassem. Isto, principalmente nos momentos de tomadas de decisão que guiariam o destino — turístico ou não — do Rio Unini;

5. Coerência com a legislação ambiental vigente. Por se tratar de um Rio entre três UCs — o PNJ, a RESEX do Unini e a RDS de Amanã —, seria importante que toda ação planejada e que viesse a ser implantada estivesse coerente com a legislação ambiental;

6. Visão unificada do Rio Unini. Por se tratar de uma área demasiadamente longa — são 400 km de rio com as comunidades espalhadas, somando-se a grande distância verificada entre a entrada do Rio Unini e o principal polo local emissor de turistas, Manaus - AM, e ainda a similaridade entre os potenciais de produtos turísticos a serem desenvolvidos em cada comunidade —, seria preciso que os moradores unissem esforços para executar o turismo como uma ação integrada do Rio. Seria importante que se verificassem um potencial focal de cada comunidade e que a partir dele se construísse um roteiro que contemplasse todos esses diferenciais. Isso, para fortalecer a marca do Rio Unini como destino integral do TBC;

7. Infraestrutura. Deveria relacionar-se com o público focal dos comunitários, primando pelo compromisso ambiental e seguindo o modelo já utilizado pelos próprios comunitários em seu cotidiano. Todavia, para além da implantação do turismo e dos hábitos culturais, seria importante pensar em projetos que contemplassem a melhoria da infraestrutura para as comunidades, visto que a maioria delas não contava com, sequer, água tratada e encanada, o que agravava as condições de higiene e saúde: numa delas foi relatada por comunitária, o maior número de malária dos últimos anos — 40 casos — em 2009;

8. Melhorias em acesso à comunicação de qualidade. Seria de fundamental importância a implantação de um sistema de comunicação eficiente que servisse primordialmente aos comunitários e que beneficiasse a organização interna para o turismo. Juntamente com essas reflexões cocriadas durante a oficina de planejamento, a pesquisadora, no papel de consultora, indicou outras necessidades para que os cenários criados se tornassem factíveis, são elas:

a. a realização de um plano de negócios que contemplasse a comparação e a mescla dos três cenários, que poderiam ser complementares e podem ser trabalhados de modo concomitante, na medida em que os recursos tornem-se disponíveis. A verificação da viabilidade econômico-financeira dos cenários criados deveria ser criada a partir da visão conjunta dos comunitários e de um consultor técnico na medida do possível, proporcionando, assim, a iniciação do processo de formação dos comunitários no que se refere à gestão dos negócios de turismo;

b. se trabalhados de modo integrado, poderiam ampliar as alternativas de desenvolvimento do turismo para a região, incorporando diferentes tipos de roteiros

e serviços turísticos para públicos diferenciados. Assim, poderiam ser multiplicados os benefícios alcançados com o turismo já que, quanto maior o leque de atuação dos comunitários, maior as possibilidades de incremento da renda, menor o impacto nos atrativos naturais e culturais por conta da diversificação e pulverização da demanda ao longo do Rio Unini e maior a vida útil dos empreendimentos utilizados;

c. necessidade de integração com Plano de Uso Público das UCs existentes no Rio;

d. quando chegasse o momento de colocar em prática os cenários do estudo, seria recomendado que se verificassem a atualidade das atividades sugeridas e que se buscassem a ajuda de um profissional do setor para somar à visão dos comunitários;

e. a escolha dos roteiros e atividades oferecidas em um destino turístico indicaria o perfil do local, criando uma imagem, uma marca do lugar que se fortaleceria em cada visita. Portanto, seria importante que a escolha do perfil do destino que seria criado na RESEX do Rio Unini e entorno fosse decidido coletivamente, de modo coerente com a realidade do local e realizado com a ajuda profissionais qualificados, de confiança das comunidades, desde o início das atividades, até que as próprias comunidades tomassem a frente de todo o processo;

f. do mesmo modo, seria indicado que as comunidades buscassem a ajuda técnica de parceiros locais comprometidos com a causa do Rio Unini para cooperarem no desenvolvimento dos empreendimentos. Isso se faria necessário até que as comunidades se apropriassem de todos os mecanismos relativos à composição, gestão, divulgação e comercialização do produto turístico e pudesse caminhar de modo autônomo;

g. no que se refere à comunicação e criação do produto turístico, esclarece-se que durante toda a oficina, salientou-se que o TBC no Rio Unini seria fortalecido, sob o olhar do turismo, se a sua imagem fosse trabalhada com unicidade e integração das vocações de todas as comunidades conjuntamente, não focando no diferencial desta ou daquela, ou num trecho do rio. Observou-se que mesmo que as comunidades apresentassem diferenciais ambientais entre si, sendo que em certas regiões há presença de pedrais e cachoeiras, em outras de tucunarés grandes, os quais são foco do turismo de pesca esportiva, e que em outras há riquezas arqueológicas mais salientes que em outras, elas são culturalmente similares e reconhecidas por sua

organização social. Ainda, seguindo o fluxo do que já é realidade no local, os conceitos do TBC buscam trabalhar as comunidades para fortalecê-las de modo equânime e colaborativo, enquanto um coletivo dentro de uma economia solidária e justa, diferenciada do mercado tradicional que insufla a competição. É sabido que um bom trabalho de comunicação e marketing poderia promover certa comunidade do Rio Unini, de modo isolado, a um patamar de destino turístico amazônico de sucesso, mas foi priorizado percorrer o caminho de criar um destino turístico focado na imagem do Rio Unini como um todo. Isso significa contemplar as premissas da RESEX do Unini em ser um espaço para uso coletivo dos recursos, assim como manter as prerrogativas do TBC vivas;

h. quaisquer que fossem os cenários escolhidos, em função da maior expectativa dos comunitários diagnosticada seria o incremento de sua renda com o desenvolvimento da atividade, indicava-se, além de formação dos comunitários sobre gestão de empreendimentos e serviços turísticos, a relevância da promoção de meios de ampliar o conhecimento deles sobre economia solidária, gestão coletiva e uso de recursos, fortalecimento e valorização cultural local, planejamento familiar, incluindo educação sexual, conservação da biodiversidade, educação socioambiental, competitividade e o mercado do turismo, e demais temas que fossem identificados como importantes para ajudar os comunitários a se fortalecerem enquanto coletivo detentor de um modo de vida diferenciado e morador de um local foco de conservação;

i. tais ações indicadas poderiam mitigar possíveis impactos negativos advindos com o turismo, como descaracterização sociocultural, perda de biodiversidade, proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, inflação na comunidade, fatores esses que poderiam culminar no enfraquecimento e desconstrução do próprio produto turístico e gerando o fracasso do turismo no Unini.

Os resultados do planejamento foram validados junto às comunidades do rio Unini durante expedição realizada em dezembro de 2010 pelo ICMBio, com a presença desta pesquisadora. O processo de legitimação aconteceu em nove reuniões — uma em cada comunidade do rio Unini — junto aos moradores. O formato desses encontros foi o de roda de conversa e contou com um diálogo sobre o projeto e visão em retrospecto de todo o processo vivenciado conjuntamente entre moradores e técnicos para a construção do diagnóstico e do planejamento de TBC do Unini

durante o ano de 2010. Todas as comunidades aprovaram o plano e relataram se perceber contempladas no trabalho.

8.2 O caso do projeto com a FLONA do Amapá – AP



FIGURA 7: SEDE DE CAMPO DA FLONA DO AMAPÁ. AUTOR: MINARI.

O projeto aconteceu no ano de 2011 e consistiu na realização de um plano de negócios⁴⁸ que buscava analisar de modo equivalente a viabilidade financeira, social e ambiental de implementação de três roteiros de ecoturismo, com a construção de uma Pousada Socioecológica, na FLONA do Amapá em parceria com os municípios Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes. O

⁴⁸ A pesquisadora foi a consultora responsável do projeto.

projeto nasceu por uma parceria entre a ONG Conservação Internacional⁴⁹ e o Instituto Walmart⁵⁰ que buscava colaborar na implementação da FLONA do Amapá.

Como explicitado anteriormente na introdução aos estudos de caso, o registro dos dados nesse projeto não foi realizado de modo a aparecer no produto final já que esse formato não prioriza nem contempla apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre as visões e opiniões dos envolvidos diretamente nos processo de construção, como os comunitários e parceiros, mas sim, intenciona respaldar o negócio que se pretendem empreender por meio da análise do mercado, da realidade local, e da sua viabilidade econômica.

A escolha de aplicação dos processos participativos para a construção do plano de negócios originou-se no estilo e na filosofia de trabalho da consultora e sua equipe.

Desse modo, para realizar esse projeto, elaborou-se um plano de trabalho que continha: 1. coleta de dados secundários em bibliografia especializada e em sítios virtuais da rede mundial de computadores; 2. entrevistas-diálogo, realizadas com 63 atores que influenciam direta ou indiretamente o turismo no Estado do Amapá, a fim de ampliar a compreensão sobre a visão deles sobre a realidade e o futuro do turismo na região; 3. oficinas participativas com comunitários, representantes de governos locais e parceiros; 4. viagens de campo, sendo duas para a FLONA do Amapá, com a intenção de compor um diagnóstico preliminar de turismo da UC, e uma viagem para cada município parceiro do projeto com a mesma finalidade daquelas. Nesse momento, capturam-se imagens e pontos de localização via o Sistema Geral de Posicionamento Global (GPS) para obtenção de dados para o georreferenciamento; 5. desenvolvimento e aplicação de pesquisa de mercado por meio de questionário disponibilizado via internet, com foco no público nacional e internacional, sendo um questionário específico para o público amapaense; 6.

⁴⁹ A Conservação Internacional é uma das maiores ONGs do mundo, no Brasil possui escritórios em Belém - PA, Brasília - DF, Belo Horizonte - MG, Caravelas - BA e Rio de Janeiro - RJ. Sua missão é “promover o bem-estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza — nossa biodiversidade global — amparada em uma base sólida de ciência, parcerias e experiências de campo” <<http://www.conservation.org.br/quem/index.php?id=255>>. Acesso em 01/06/2013.

⁵⁰ O Instituto Walmart é uma OSCIP fundada em 2005 e mantida pelo Walmart Brasil. Atua em 18 estados brasileiros e sua missão é: “promover o autodesenvolvimento para as pessoas viverem melhor” <http://www.iwm.org.br/quem-somos>. Acesso em 01/06/2013.

elaboração de mapas temáticos: base, trilhas, infraestrutura, atrativos turísticos e do banco de dados espacial.

Para fins da dissertação, focar-se-á nos aprendizados percebidos nos momentos de maior interação com os atores do projeto, isto é, nas entrevistas-diálogo e nas oficinas realizadas. Antes disso, faz-se necessário compreender um pouco melhor o contexto da FLONA do Amapá e sua comunidade.

8.2.a. Características históricas e socioculturais da FLONA do Amapá

As margens do rio Araguari que rodeiam a FLONA do Amapá, foram ocupadas desde os tempos paleoindígenas. Vale destacar a presença indígena na região, como os Maracurios, os Carapaporis, os Tabaripixi e os Nuaruaque ou Aruaque (SIMONIAN, 2003; PLANO DE MANEJO, no prelo). Além da composição fronteiriça com a área Waiãpi (SIMONIAN, 2003).

O mesmo rio foi importante no cenário de disputas entre França e Portugal — pelo Brasil — no território que compõe o escudo das Guianas, bem como no processo da política expansionista europeia e das fortificações locais. Entre os séculos XVII e XIX, com o incentivo das ocupações via a construção de fortes, aldeamentos e catequeses, os holandeses, portugueses e franceses expulsaram e empurraram indígenas, quilombolas, europeus e brasileiros para o interior da bacia do Araguari (SIMONIAN, 2003).

Foi a partir de 1987, em função da busca pelo ouro que se observou uma ocupação no entorno e junto ao rio Capivara, um afluente do Araguari, com a nomeada Currutela do Capivara. A origem dos atuais habitantes da FLONA do Amapá e do seu entorno imediato remete a esse tempo:

“... as ocupações decorrentes da exploração mineral... tiveram seu impacto nessa área (...). Essas ocupações começaram em 1987, em face do inverno e das grandes enchentes ocorridas em Calçoene, quando a produção de ouro diminuiu em 50%, e os garimpeiros se dirigiram para Porto Grande — rio Araguari” (BEZERRA, apud RAIOL, 1992:63).

Os trabalhos de campo do projeto, realizados em junho, julho e agosto de 2011, revelaram que o número de residentes diretos e do entorno da FLONA do Amapá seria pendular e variável, com ocupação dependente do movimento das relações socioeconômicas que se estabelecem na região.

O Plano de Manejo da UC, antes de sua publicação, indicava a presença de 11 famílias residentes tanto na área direta da FLONA como em seu entorno ou área de amortecimento, as quais famílias estão distribuídas no trecho sul do território. O trabalho de campo do plano de negócios apontou a presença efetiva de duas famílias no interior da unidade, sendo as demais residentes do entorno direto da FLONA. Alguns dos moradores do entorno mantêm residência fixa em cidades próximas e utilizam áreas no território da FLONA como sítios produtivos. Por mais baixa que seja sua densidade demográfica, a sua área vem sendo ocupada desde os tempos paleoindígenas (SIMONIAN, 2003).

De modo geral, observou-se que os residentes diretos e indiretos da FLONA se configuram como ex-garimpeiros, pescadores e agricultores. Possuem conhecimento tradicional intrínseco sobre a dinâmica da natureza que os circunda e se utilizam desse conhecimento para manutenção e reprodução de seu modo de vida. Esses comunitários exploram o minério — de modo insipiente —, o pescado, a caça, a madeira e os cipós (SIMONIAN, 2003), além de cultivarem a mandioca, para a produção de farinha, frutas e poucas hortaliças. Notou-se, em algumas famílias, a criação de utensílios com cipós. Todos apresentam baixa escolaridade, assim como restrita capacidade de escrita e compreensão de leituras, fatores que interferem de modo direto na configuração da sua organização interna.

8.2.b. Sobre a criação da FLONA do Amapá

A FLONA do “Lugar da chuva”⁵¹ ou da “Terra que acaba”⁵², significados possíveis para a o nome Amapá, é administrada pelo ICMBio e, de acordo com o Decreto Ne 97.630 de 10 de abril de 1989 que a criou, o seu objetivo é promover o uso múltiplo dos recursos naturais de forma a permitir a geração permanente de bens e serviços

⁵¹ ‘Ama’= Chuva e ‘Pa’ ou ‘Paba’= lugar, estância, morada” (LOPES, 1947, apud Plano de Manejo, no prelo).

⁵² “ Amapa ou Amapaba”, em nheengatu (língua geral), seria traduzida como “Terra que acaba” (AMBIENTE BRASIL, 2006, apud PLANO DE MANEJO, no prelo).

passíveis de serem oferecidos por essa UC. Trata-se da primeira UC de Uso Sustentável do estado do Amapá⁵³ (PLANO DE MANEJO, no prelo).

Orientações oficiais públicas para a criação da FLONA remontam o ano de 1974 e foram primeiramente realizadas pela equipe do Programa de Integração Nacional — Projeto RADAM de 1974 —, seguidas por estudos faunísticos sobre espécies endêmicas na Amazônia (SIMPSON, 1978, apud PLANO de MANEJO, no prelo) e por um diagnóstico sobre a aptidão agrícola das terras do Amapá realizado pelo Ministério da Agricultura no ano de 1987.

Sua criação foi questionada, porém, por aparentar uma ameaça às terras indígenas Waiãpi em função da possível “*exploração sistemática do potencial madeireiro da área*”, as quais madeiras supostamente seriam entregues às multinacionais para serem exploradas em contratos de risco (BARRONCAS, 1981:9, apud SIMONIAN, 2003). A sua existência foi determinada por existir uma grande área florestal preservada entre os Rios Araguari e Falsino, bem como apresentar elevado potencial madeireiro, baixa fertilidade do solo, fragilidade dos ecossistemas e por servir como refugio aos animais silvestres (SIMONIAN, 2003).

Pertencente ao bioma amazônico, a UC é regida por um clima regulado pelas chuvas — as quais se concentram entre os meses de março e agosto, causando enchentes esporádicas —, e pelas secas que seguem entre os meses de setembro a fevereiro e atrapalham a vida dos comunitários por dificultarem o deslocamento fluvial, principal meio de transporte local. A floresta ombrófila densa que caracteriza a FLONA apresenta maciços e colinas e compõe-se por terra firme, mata de várzea, floresta de igapó e porções de campo de cerrado (SIMONIAN, 2003).

Possui uma superfície de 459.86717 ha e perímetro de 42364 km², com limitação territorial: a. ao sul, por Porto Grande, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; b. a noroeste, por Calçoene; c. a leste, por Tartarugalzinho. No seu entorno encontram-se: a. Parque Nacional (PN) das Montanhas do Tumucumaque na porção noroeste;

⁵³ Seu escritório administrativo situa-se na Rodovia Juscelino Kubitschek km 02 – UNIFAP, Bloco de Ciências Ambientais, Sala 04. Bairro Marco Zero, Macapá, AP. CEP: 69.925-000. Os meios para contato são: telefone é +55 (96) 3243-1555/ Fax +55 (96) 3243-1555 e e-mail: flonaamapa.ap@icmbio.gov.br.

b. Floresta Estadual (FLONA) do Amapá no seu nordeste sul e sudeste; c. Projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Manoel Jacinto Serra do Navio e Colônia do Cedro. As vias de acesso para a FLONA são três: a. por transporte fluvial e terrestre por Porto Grande subindo o rio Araguari (50 km); b. via Serra do Navio pela estrada (ramal) do Porto da Serra; c. pela trilha entre o Projeto de Assentamento do Cedro em Tartarugalzinho e o igarapé do Traíra na região nordeste da FLONA, às margens do rio Falsino.

A FLONA é gerida por seu Conselho Consultivo e na época em que ocorreu o projeto, as atividades em desenvolvimento na unidade eram pesquisa, monitoramento, fiscalização e controle. A caça, a pesca e o garimpo ilegal eram apontados como atividades conflitantes pelo órgão gestor.

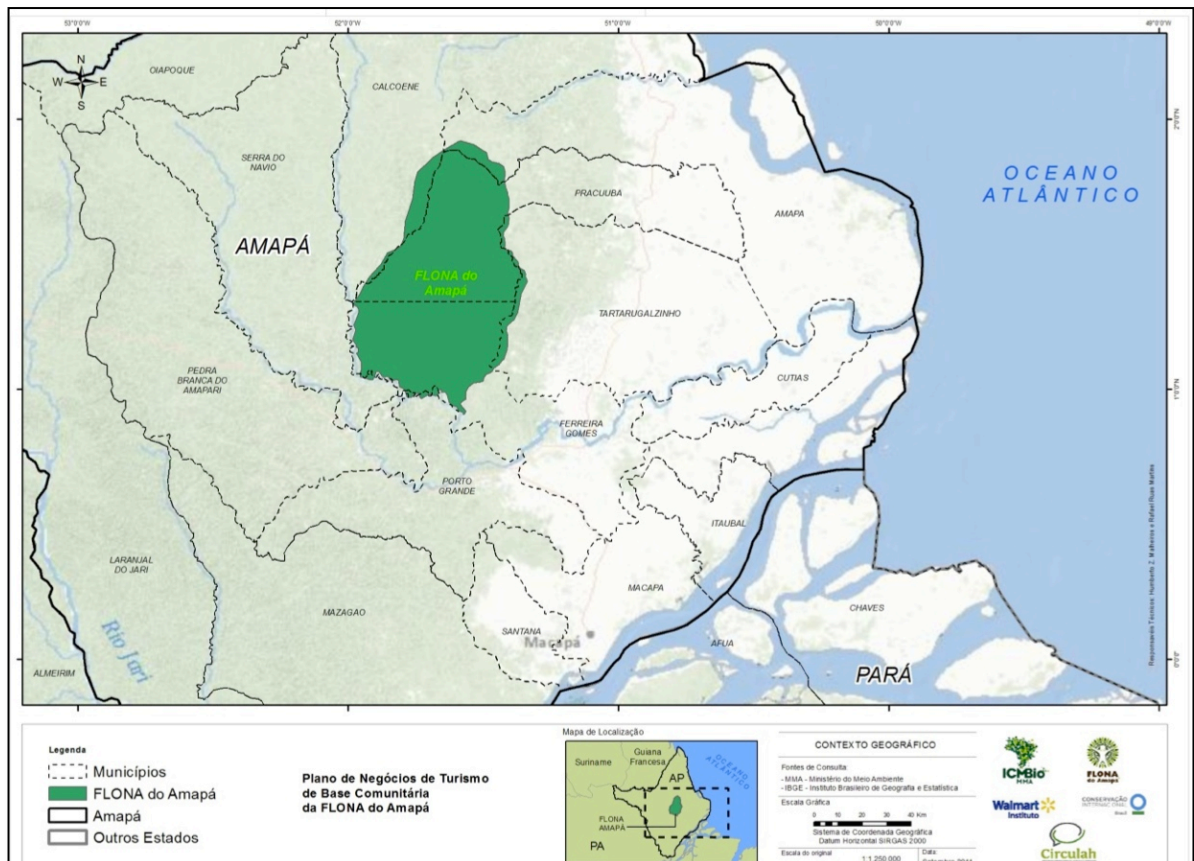


FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO DA FLONA DO AMAPÁ. FONTE: CIRCULAH, 2011.

8.2.c. Diálogo e participação no projeto da FLONA do Amapá

Para fins do projeto, considerou-se como comunidade local tanto os residentes do interior da FLONA e do seu entorno imediato, quanto os habitantes dos municípios Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes, os quais compõem o Território da Cidadania do Centro Oeste do Amapá⁵⁴.

A escolha de incluir essa população veio por demanda da ONG contratante do projeto, em função dos seguintes motivos: a. estimular que a FLONA servisse como indutor e catalisador do desenvolvimento local e se tornasse referência nesse sentido; b. incentivar a auto-organização social local e autonomia comunitária com o envolvimento dessas pessoas junto às atividades de conservação da UC; c. induzir a promoção da cidadania e da qualidade de vida; d. incentivar a fixação dos moradores locais, principalmente jovens, em sua região de origem, a partir da possibilidade de desenvolvimento de oportunidades econômicas junto à FLONA; e. buscar influenciar na diminuição da pressão sobre a biodiversidade da FLONA com o incentivo ao envolvimento da comunidade em atividades alternativas à caça, pesca predatória e desmatamento, dentre outras atividades ilegais que possam acontecer na região; f. influenciar na transmutação da ideia de que as UCs são um entrave ao desenvolvimento, principalmente local; g. buscar promover o turismo de modo integrado, participativo e colaborativo de acordo com os princípios conceituais e técnicos do TBC.

Por conseguinte, não haveria outro modo de alcançar esses objetivos se não buscando envolver e engajar as comunidades em prol de sua real participação com

54 Territórios da Cidadania é um programa do governo federal composto pelos Ministérios da Casa Civil, da Agricultura, da Pecuária e Abastecimento, das Cidades, da Ciência e Tecnologia, das Comunicações, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, do Meio Ambiente, das Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e do Trabalho e Emprego; e pelas Secretarias: Especial de Aquicultura e Pesca, Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Especial de Políticas para as Mulheres e Geral da Presidência da República. Seu objetivo é “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia”. Com uma área de 26.823,00 Km², o Território da Cidadania do Centro Oeste do Amapá abarca os municípios de Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Serra do Navio. Sua população confere 37.779 habitantes, dos quais 14.314 vivem na área rural, o que corresponde a 37,89% do total. Possui 1.057 agricultores familiares, 2.176 famílias assentadas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,71 (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>, acesso em 14/09/2011).

o projeto da ONG. Tais objetivos, independentemente das implicações políticas e contratuais, eram dignos de atenção e mereciam destaque. Entretanto, faz-se necessário refletir sobre a hipótese de que as comunidades não vislumbrariam alcançá-los e sequer imaginariam a possibilidade dessas estratégias existirem autonomamente. É claro que tais objetivos são embebidos de ideologias e visões de mundo dos seus proponentes, todavia, qual é o processo que possibilita uma tomada de consciência social e política? Considera-se que:

“a menos que os líderes e membros dos grupos sociais comecem a entender melhor e trabalhar de forma inteligente sobre as dinâmicas que subjazem a seus esforços coletivos, a necessidade de trabalhar nesses coletivos vai acabar sendo nossa derrocada, e não uma oportunidade de transformação” (KAPLAN, 2005:17).

Fica aqui o vislumbre a fim de ter essa questão explorada em outros estudos que tratem de desenvolvimento local comunitário.

8.2.d As entrevistas-diálogo e seus resultados

Neste projeto, o primeiro momento de maior interação com as comunidades ocorreu durante as entrevistas-diálogo. Em função da não rigidez no registro dos dados das entrevistas-diálogo para a composição do plano de negócios, e por serem poucas em número, a maioria das entrevistas se transformaram em visitas. Realizavam-se as tarefas do projeto e seguiam-se conversas sobre a região por horas a fio⁵⁵.

⁵⁵ Dois habitantes do entorno da FLONA, um do rio Falsino e um do rio Araguari, moravam sozinhos, aparentavam uma vida solitária. A visita de trabalho pareceu uma visita de um amigo no domingo⁵⁵. Esses habitantes vivem isolados, sem acesso fácil a qualquer direito constitucional como cidadão, e, geralmente, apresentam grande generosidade e capacidade de acolhimento para com o próximo. Essas características de receptividade e abertura podem ser exploradas e valorizadas em projetos de TBC. Destaca-se o fato de que durante esta fase foi sugerido que não se abordasse determinado comunitário, com a justificativa de seu desinteresse pelas questões da FLONA. Segundo os gestores, tal comunitário nunca participara de quaisquer atividades relacionadas à UC. Depois da entrevista, o mesmo comunitário esteve presente em todas as oficinas do projeto e ao final, engajou-se com um grupo auto-organizado de comunitário para pensarem o futuro e os encaminhamentos do turismo sem a nossa presença. Em maio deste ano, em encontro casual com Érico Kauano, atual chefe da FLONA do Amapá, recebi a notícia que o Sr. Conté falecera. O Sr. Antônio, durante a entrevista-

Os onze comunitários habitantes da FLONA não compreendiam o que seria o turismo em seus aspectos técnicos e teóricos também apresentaram dificuldades em expressar as fortalezas e as oportunidades para a região referente ao tema, mas demonstraram entusiasmo e abertura para trabalharem com a atividade. Deve ser ressaltado o fato de que durante essa fase foi sugerido que não se abordasse determinado comunitário, com a justificativa de seu desinteresse pelas questões da FLONA. Segundo os gestores, tal comunitário nunca participara de quaisquer atividades relacionadas à UC. Depois da entrevista, o mesmo comunitário esteve presente em todas as oficinas do projeto e ao final, engajou-se com um grupo auto-organizado dos comunitários.

8.2.e. As oficinas e seus resultados

O segundo momento de grande contato com os comunitários aconteceu durante as seis oficinas com oito horas de duração cada uma delas, cujos públicos foram as comunidades e os parceiros.

Dessas oficinas, quatro foram realizadas para sensibilização e aprofundamento do diagnóstico preliminar do turismo local e nivelamento conceitual técnico sobre tema, sendo uma em cada um dos municípios de Serra do Navio, de Pedra Branca do Amapari, de Porto Grande e de Ferreira Gomes, e duas foram realizadas para devolutiva e validação dos dados preliminares do plano de negócios. Estas últimas aconteceram de modo conjunto para cada dois municípios: a primeira delas, para Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; e a segunda, para Porto Grande e Ferreira Gomes.

Em todas elas aplicaram-se as seguintes metodologias da rede Arte de Anfitriar (*Art of Hosting*): a. círculo com diálogo como formato geral; b. o *world-café* para colheita de dados; c. *harvesting* como instrumento didático e colheita de dados. Especificamente nas oficinas de devolutiva, aplicamos uma adaptação da análise

diálogo, relatou ter sido picado por cobra venenosa algumas vezes e se não tivesse o socorro do Sr. Raimundo, outro morador do Araguari, teria falecido.

SWOT⁵⁶ creditada a Albert Humphrey (1960) de modo que se tornasse uma ferramenta participativa, com a intenção de auxiliar na compreensão das ameaças, das oportunidades, das fortalezas e das fraquezas da região em relação ao turismo.

Em função da mobilização realizada⁵⁷, as oficinas contavam com a presença dos comunitários, representantes de organizações públicas e privadas, inclusive de secretários e prefeitos. Esse ambiente acabava se tornando, além do espaço de diálogo para o projeto específico, um espaço de encontros e reivindicações de direitos coletivos. Por terem sido aplicadas as premissas do diálogo (BOHN, 2005) para permitir a participação, não houve constrangimentos por disputas ou intrigas.

Na última oficina realizada para a FLONA do Amapá, assim que ela encerrou e os comunitários sabiam que a equipe de trabalho não estaria mais presente para subsidiar a construção do turismo, um dos comunitários levantou-se com a seguinte frase: “— Então, agora é só com a gente, pessoal! Quando é que a gente vai se reunir de novo?”.

⁵⁶ SWOT: Strengths (Fortalezas), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças).

⁵⁷ Reforçando a ideia da necessidade do convite para a participação, de maneira geral, ser realizado com qualidade para motivar a participação projetos como um todo, devemos agradecer aqui ao Rafael Moreira, técnico de campo da Conservação Internacional na época do projeto, que se esforçava para realizar as mobilizações para as oficinas, para além das entrevistas-diálogo.

MOMENTO III – APRENDIZAGENS



FIGURA 9: MENINAS NA CANOA, RIO UNINI. AUTOR: MINARI.

9. APRENDIZAGENS SOBRE DIÁLOGO COMO FUNDAMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS COM COMUNIDADES HABITANTES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

“Einstein observou com precisão que ‘nem tudo que conta pode ser contado, e nem tudo que pode ser contado, conta” (KAPLAN, 2005:175).

A relevância da participação no contexto das UCs é temática relativamente nova, está em construção no Brasil e ainda mais recente é atentar-se para a qualidade e os fundamentos dessa nova realidade.

Nos encontros entre as comunidades habitantes das UCs, as ONGs mediadoras e as instituições gestoras das unidades, diferentes modelos mentais e visão de como conciliar a conservação e o desenvolvimento — tanto no presente quanto no futuro — foram apresentados. Bem como fatores que geram conflitos de interesses e são acirrados pela falta de diálogo genuíno. A partir das experiências vivenciadas com os projetos, ilumina-se a necessidade de oxigenação, inovação e ampliação dos modos de se conceber e de aplicar a participação nos projetos propostos para as comunidades em UCs a fim de que se qualifiquem as relações dos atores e busquem resultados tangíveis e plausíveis para todos os envolvidos, especialmente as comunidades.

Incluir o diálogo (BOHN, 2005) como alicerce que gera a participação genuína e libertadora pode ser um caminho interessante e eficiente, pois ele ajuda a compreender a natureza dos indivíduos mediante a questão presente, e não entrega uma solução (des)contextualizada ao conflito, como quem entrega um produto. Diz-se compreender, pois se refere à *“experiência de enxergar a coisa como ela é em sua totalidade, enxergá-la inserida no contexto ao qual pertence... Compreender é holístico, explicar é analítico” (KAPLAN, 2005).*

As atividades de campo dos projetos demonstraram, mesmo com o reconhecimento do esforço e dedicação nos seus trabalhos, que faltam conhecimentos e competências tanto aos gestores diretos das UCs e suas instituições, quanto às ONGs proponentes de projetos sobre como se trabalhar com grupos humanos e o que são os processos participativos genuínos e como executá-los e aplicá-los para

de fato instituir a participação legalmente obrigatória. Verificou-se que *“justamente porque o esforço excessivo de regular sua prática e atuação através de um foco unilateral em regulamento e procedimento (sem qualquer outro fim a não ser o de regular)”* (KAPLAN, 2005:101) pode tornar esses técnicos inaptos a trabalhar com sistemas humanos, que possuem necessidades diferentes de controle, fiscalização e preservação.

As comunidades — e todos os grupos humanos —, sendo sistemas sociais complexos, são dinâmicas, um organismo vivo. Isto é:

“... não são reduzíveis e previsíveis; tudo depende das relações únicas e particulares que se configuram e desaparecem num fluxo e refluxo contínuos. Temos de substituir nossa noção de previsibilidade por outro conceito de potencial — tudo é diferente e novo, dependendo das diferentes interações, relações e posicionamentos” (KAPLAN, 2005: 33).

Posto isso, o diálogo (BOHN, 2005) — por seu caráter livre, inclusivo e aberto aos padrões de pensamento intrínsecos às culturas e atento às necessidades que emergem de cada indivíduo no momento em que acontece o encontro, a conversa, a relação —, pode ser fundamento da participação genuína em projetos, quaisquer que sejam a natureza deles, inclusive, e principalmente, nos de turismo em UCs.

A escolha por focar nos aprendizados revelados a partir dos momentos de maior interação com os comunitários, isto é, nos momentos das entrevistas-diálogo, das oficinas e das viagens de intercâmbio, decorreu da suposição de que é nesses encontros e nas relações estabelecidas a partir deles que se verifica a maior possibilidade e potência para que se permita a participação qualificada (BORDENAVE, 1985), caso haja uma postura e atitude dialógica de cada integrante do encontro (BOHN, 2005).

Porém, criar tal espaço de diálogo leva um tempo kairós⁵⁸ para acontecer. Isso feito, pode-se perceber as reais e significativas:

“teias intangíveis das relações e conexões que sutilmente levam o organismo social a estar naquele lugar específico em que nós o encontramos em dado momento. As dinâmicas de poder, a complexidade dos relacionamentos, a qualidade da liderança, a compreensão que a organização [comunidade] tem — ou não tem — de sua identidade e lugar no mundo; o sentimento de equipe ou conflito ou hierarquia, o jogo interno de dependências; a idade, a conexão com o contexto, a qualidade do impacto e da interação — todos esses fatores formam a meada invisível, a rede ou teia de campos e forças que formam e padronizam o organismo [comunidade] na sua totalidade sistêmica” (KAPLAN, 2005: 51).

Verifica-se que os projetos que se proponham participativos e sejam desenvolvidos com comunidades habitantes de UCs — principalmente dos de TBC, mas quaisquer outros aplicados no campo social — deveriam ser considerados como processo, pois são dinâmicos, como:

“... um rio de ritmo e forma. É um movimento pulsante, ao mesmo tempo progresso e oscilação, um fluxo em espiral. O processo é o todo no qual momentos individuais ocorrem. Ele está subjacente, ao mesmo tempo que emerge das partes, e é invisível. Mais do que aquilo que é simplesmente visto, ele é o que é sentido, vivido, compreendido, intuído daquilo que se vê” (KAPLAN, 2005: 22).

Além disso, para compreender, participar e ajudar as comunidades a fim de que se tornem protagonistas, é preciso:

⁵⁸ Kairós (em grego καιρός) significa “o momento oportuno”, “certo” ou “supremo”. Na mitologia, Kairós é filho de Chronos, deus do tempo e das estações. Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Kairos>>(acesso em 01/06/2013).

“... mudar o nosso modo de ser — optar por um modo que é, simultaneamente, dentro e fora, participante e observador, analista e artista. Tal modo de ser está além do âmbito da lógica, além do alcance da análise, além dos limites do intelecto. Tal capacidade exige o desenvolvimento do pensar e também de novas faculdades” (KAPLAN, 2005: 22).

Muitos dos problemas de fiscalização, falta de pessoal, falta de recursos financeiros e equipamentos, dentre outros, poderiam ser, no mínimo, minimizados com o real envolvimento e engajamento das comunidades habitantes ou não de UCs e do seu entorno. Contudo, a oportunidade de refletir sobre aprendizagem, conduz à indagação sobre a origem e o modo de aprender de cada indivíduo. Ser desafiado a vivenciar algo e em seguida a refletir sobre o fenômeno experienciado e observado é o que fundamenta a evolução e as oportunidades de mudança.

Foi a partir desse lugar de experimentação e de observação que se destacaram alguns aprendizados alcançados com a interação e o trabalho realizado junto às comunidades ribeirinhas da RESEX do Unini e da FLONA do Amapá, em torno das possibilidades e implicações para a vida de cada um, no caso de possível desenvolvimento do TBC nas UCs que habitam.

9.1 Participação de fato (e/) ou manipulação?

Parece existir uma linha tênue entre participação genuinamente ativa e manipulação subliminarmente consensual entre participantes e facilitadores⁵⁹. Por um lado, a *“participação precisa ser aprendida”* (BORDENAVE, 1985). Não é fácil sentir-se confortável, seguro, preparado, protagonista, encorajado para participar efetivamente de quaisquer grupos. Por outro lado, é fácil cair na tentação de conduzir os trabalhos para fins considerados eficientes, verdadeiros, sustentáveis, de acordo com a ideologia de quem está conduzindo o processo. Pode ocorrer, mesmo que de modo inconsciente, uma atitude de levar e deixar-se levar, criando um campo de incoerência que deve ser evitado nos projetos.

⁵⁹ Na rede Arte de Anfitriar utiliza-se a palavra anfitrião ao invés de facilitador ou mediador.

Escutar e atentar-se à intuição pode ser um caminho para evitar tal incoerência.

“A intuição não é algo intangível ou misteriosa; é a percepção simultânea do todo. (...) o desenvolvimento das novas ciências tem mostrado que aquilo que vemos é afetado por aquilo que procuramos. (...) O ato de observar muda aquilo que é observado” (KAPLAN, 2005:55).

Com o fluxo das atividades propostas nos projetos estudados, buscou-se aplicar os princípios supracitados de modo que se criassem o espaço para que o diálogo (BOHN, 2005) acontecesse e fundamentasse a participação das comunidades. Todavia, foi complexo abarcar com eficiência todas as subjetividades inerentes aos processos humanos, às contradições existentes, concomitante à realidade física e estrutural disponibilizada para realização dos trabalhos, o que resultou, em alguns casos, no sacrifício de certos princípios, como espaço de qualidade e respeito ao tempo kairós. Este último, principalmente, pode ser determinante para incoerências e até o fracasso parcial ou completo de alguns projetos.

No caso das viagens de intercâmbio, especificamente da RESEX do Unini, um campo invisível de confiança e respeito mútuo foi criado, fato que ampliou a qualidade da interação nos outros momentos do projeto, o que pode ser considerado por alguns como aspecto negativo por gerar um caráter de parcialidade. Porém, essa atitude pode ampliar a qualidade da busca de uma compreensão mais subjacente às necessidades da comunidade — que é formada por pessoas — para as quais o pesquisador, o técnico e o facilitador deveriam estar a serviço. Assim, uma aproximação consciente se faz necessária e pode aprofundar a qualidade da participação dos atores.

“Como profissionais de desenvolvimento social, podemos exercitar a liderança onde quer que estejamos; toda intervenção pode melhorar o tecido social. Nas palavras de São Francisco de Assis — Fazei que eu procure mais... compreender que ser compreendido —, esse tipo de abordagem será de grande valia para ajudarmos os organismos sociais dos quais fazemos parte a entender a si mesmos, a penetrar nas próprias contradições,

a assumir responsabilidade pelas consequências de seus atos”
(KAPLAN, 2005:182).

Os processos participativos que possuem o diálogo como fundamento geram envolvimento para além dos aspectos práticos e contratuais. É fato que ocorre a criação de vínculos entre técnicos e comunitários envolvidos nos projetos e até mesmo que ocorram ações voluntárias em outros momentos.

9.2 Desafios e oportunidades para as ONGs e comunidades nos projetos

Além dos aspectos citados, com a intenção de ampliar o olhar sobre a questão dos projetos, ressalta-se que muitas vezes as comunidades são utilizadas como meio para captação de recursos por ONGs. Estabelece uma relação em que as comunidades desconhecem o tema e o formato a ser trabalhado na maioria dos casos por um lado, e as ONGs mediadoras, por sua vez, desconhecem a comunidade em sua complexidade. Esses Aspectos incitam desafios e oportunidades tanto para as ONGs quanto para as comunidades.

Os desafios, no caso dos mediadores, podem se revelar de diferentes modos. Quando percebem que precisarão estimular, engajar, encorajar o envolvimento da comunidade com um tema, no qual, potencialmente ela não desejaria genuinamente se envolver, ainda mais caso não tenha sido consultada previamente e não perceba benefício real a ser alcançado em curto prazo, como justificar os resultados do projeto perante o financiador? Da mesma forma, como justificar o projeto perante o financiador quando a comunidade questiona a validade da parceria com o mediador que passa a enfrentar uma situação de descrédito ante seus beneficiários e a vislumbrar a possibilidade de perder sua fonte justificadora de captação de recursos — montantes esses que muitas não servem apenas para serem utilizados com os beneficiários, mas também para a sua manutenção estrutural?

Os comunitários, por sua vez, são desafiados por serem, em alguns casos, persuadidos a participarem de projetos sem real sentido para si, na ilusão de alcançarem melhorias de qualidade de vida, com toda a subjetividade que esse termo possa conter. É comum presenciar comunitários, principalmente os considerados como lideranças, relatarem que ficam mais tempo em reuniões de

projetos do que desenvolvendo seus afazeres produtivos, sendo que esses projetos não oferecem os resultados concretos que dizem oferecer. Por outro lado, há oportunidade de se introduzir temas às comunidades antes sequer imaginados por elas. Podendo-se incentivar inovações e melhorias para as pessoas. Muitas comunidades não são capazes de imaginar e vislumbrar futuro, de criar possibilidades que não sejam palpáveis em curto prazo, de sonhar com o desenvolvimento de algo que não esteja diretamente relacionado à sua atividade produtiva local. E por viverem sem acesso à informação, sem instrução e isoladas em seu mundo local do fazer cotidiano, mesmo desenvolvendo uma sabedoria do concreto e da natureza do seu ambiente, não percebem a existência de outros modos de viver além do seu. Esse fator pode ser positivo, dependendo do ponto de vista ideológico que se escolhe para abordar a questão, e pode ser negativo no que diz respeito à noção dessas comunidades sobre seus direitos básicos de acesso à saúde, habitação e educação de qualidade por exemplo.

Desse modo, é uma oportunidade mútua para mediadores e comunidades dialogar, participar e encontrar temas de projetos que tanto ampliem as possibilidades de captação de recursos quanto satisfaçam reais e, até mesmo, inimagináveis necessidades das comunidades. Visto que alternativas de mudanças sociais mais robustas, como distribuição de renda e/ou aplicação prática de todos os direitos constitucionais direcionados às comunidades habitantes das UCs deverão ocorrer apenas num futuro longínquo.

MOMENTO IV – REFLEXÕES E CAMINHOS PARA O FUTURO



FIGURA 10: BANDEIRA DO BRASIL, RIO UNINI. AUTOR: MINARI.

10. SÍNTESE DOS APRENDIZADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

“Aprender é uma revelação; permite tanto ao organismo como ao mundo com o qual ele interage ser alçado a um novo nível de existência. Aprender é um ato criativo em si mesmo — ele revela novos aspectos do mundo e, assim, permite que o mundo se torne algo mais do que era; nós somos o órgão de sentido do mundo, e permitimos que ele se torne algo mais do que era. Nós não criamos o sentido — nós possibilitamos a emersão do sentido, e quanto mais ele emerge, maior se torna o mundo” (KAPLAN, 2005: 118).

A reflexão sobre os aprendizados alcançados com os projetos — somados a outras experiências empíricas desta autora com grupos, principalmente via encontros e trabalhos da rede Arte de Anfitriar (*Art of Hosting*) — permite uma síntese que pode ser útil em futuros trabalhos e/ou projetos (de TBC, ou não) que se pretendam participativos e inclusivos, a serem desenvolvidos com comunidades dentro e/ou fora de UCs, sendo ou não oferecidos por ONGs.

Busca da postura dialógica dos participantes. Uma postura dialógica amplia a possibilidade de empatia e abertura individual para o estabelecimento de uma relação respeitosa entre os participantes, incluindo, neste caso, como integrante da conversa o próprio anfitrião (facilitador) do projeto. Criar esse espaço relacional de qualidade e reconhecimento entre os envolvidos é premissa. É preciso que as pessoas se sintam à vontade e acolhidas para expressarem-se e deixarem de lado uma postura passiva de observador condescendente.

A qualidade, a personalidade do tom do convite para a participação, assim como o seu propósito são fatores que influenciam na presença e na qualidade da participação. De tão óbvias que soam essas prerrogativas, muitas vezes, acabam sendo esquecidas ou menosprezadas nos projetos, gerando frustração por parte dos seus proponentes quando constatam a não existência de pessoas consideradas chave para o processo, principalmente nos casos das comunidades, as quais escolhem direcionar seus esforços e trabalho para assuntos que lhes trarão benefício real direto e palpável.

Colocar o foco no processo e não somente no resultado. A busca incessante por resultados rápidos, muitas vezes não oferece o tempo e o espaço para a resolução

de questões e conflitos invisíveis, sutis, mas importantes para garantir a participação qualificada e conseqüentemente o alcance dos objetivos comuns à comunidade, UC, ONG e outras entidades envolvidas nesse processo. Se bem conduzidos — de modo autônomo, libertador, descontraído, gerando a empatia, a motivação, o engajamento —, os processos com diálogo genuíno, franco e aberto podem gerar vínculos de longo prazo. Assim como podem proporcionar a compreensão e dissolução de conflitos relevantes, os quais são muitas vezes responsáveis pelos bloqueios que emperram o desenvolvimento de determinado tema ou projeto.

Encorajar o timbre e a manifestação das vozes menos ouvidas. Um desafio é incentivar fundamentalmente aqueles comunitários que normalmente desaparecem diante dos mais fortes para que se posicionem de modo a equilibrar as opiniões e aprendizados frente ao tema.

A abordagem inclusiva é requisito para que a participação legítima aconteça, assim como é elemento chave na conquista de aliados para a conservação. Significa abdicar-se dos preconceitos sobre os atores e incluir até mesmo os que deslegitimam a comunidade, o projeto, a UC. Pressupõe-se que somente quem pertence ao problema pode ajudar a descobrir e criar a solução. Nesse aspecto a prática dos princípios do diálogo pode ser o melhor caminho a seguir.

Buscar perceber as sutilezas, os processos individuais manifestados que influenciam no processo de desenvolvimento do coletivo para os temas abordados. Essa atitude possibilita conduzir o grupo para alcançar seus objetivos considerando as necessidades individuais.

A comunicação efetiva deve ser trabalhada cuidadosamente. É fato que haja diferença de compreensão e apropriação de determinado tema em qualquer grupo humano — seja de letrados, acadêmicos, crianças, adultos, técnicos, comunitários. Perceber o quão fundamental é que o anfitrião (facilitador) esteja atento às subjacentes necessidades de compreensão de cada participante durante o momento de realização dos trabalhos, para que inclua e pautar a condução e desenvolvimento das atividades previstas, de acordo com a necessidade daqueles que demonstram maior grau de dificuldade de compreensão dos temas. Num grupo muito heterogêneo, com participantes representantes de diferentes organizações, com pessoas de formações diversas, tal postura pode ser realmente dificultada, por isso

algumas estratégias podem ser utilizadas: 1. Pode-se acordar com os participantes que o caminhar das atividades se dará de acordo com o avanço do coletivo sobre determinada questão; 2. um convite para que todos sejam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento e aprendizagem, mas também que cada integrante se ofereça para cooperar com o aprendizado do outro pode ser feito. Basta oferecer respeito e paciência para o tempo de compreensão e aprendizagem do outro e/ou colocar-se à disposição para ajudar o companheiro em seu processo de desvelamento do tema. Ressalta-se que tais estratégias devem caber no planejamento inicial dos projetos e das ONGs, o que exige tempo de qualidade e recursos humanos e financeiros, o que nem sempre é possível, devido a prazos e exigências dos projetos.

A clareza e tradução dos conteúdos para os diferentes públicos é fator crucial para o avanço do grupo e garantia da efetividade da comunicação. Muitas vezes é preciso que haja tradução dos conceitos, das palavras para uma linguagem que acesse a compreensão e contenha sentido para aquele coletivo específico com o qual se está trabalhando em conjunto. Considera-se que existem diferentes experiências entre comunitários e técnicos dos projetos, e estes últimos são geralmente carregados de pré-conceitos sobre quem são, o que pensam, quais são os anseios e as necessidades dos primeiros. Quanto maior a heterogeneidade do grupo, maior a diferença de compreensão sobre determinadas palavras como: projeto, planejamento, futuro, proposta, acordo, sustentabilidade, benefício, geração de renda, empreendimento, resultado, qualidade, desenvolvimento, gerenciamento, comunidade, etc. Isto, tanto por parte dos comunitários quanto dos técnicos, já que alguns termos não pertencem aos seus repertórios nem imaginários, e/ou são concebidos de modo diferente de acordo com as suas origens e experiências individuais. Nesses casos, o anfitrião (facilitador) deve cuidar para que as palavras e os conceitos existam (ou passem a existir em alguns casos), se tornem reais e sejam utilizados com sentido pleno para aquele grupo específico; e estar aberto e atento ao significado que podem exercer para a comunidade, além do que podem representar algumas respostas dadas ou negadas por ela. Caso contrário, pode ocorrer a polarização e o monopólio das vozes. Fatos, estes, que são recorrentes nas reuniões de UCs e dos projetos, vide as consultas públicas, as assembleias dos conselhos, etc. Diversas vezes isso não ocorre apenas pela diferença de poder e hierarquia no sistema, mas sim pela dificuldade de compreensão da linguagem e

dos termos técnicos utilizados nos encontros. É necessário, por parte de quem conduz o processo, garantir que o esclarecimento dos conceitos e temas abordados se efetivem para que as decisões sejam coerentes com a conservação e não privilegiem determinado grupo social interessado. Isto é: o acordo, os conceitos, as diretrizes, os rumos do grupo realizados no coletivo precisam passar por uma tradução multidimensional (tanto quantas forem necessárias de acordo com a heterogeneidade dos grupos) verificando se todos estão “falando a mesma língua” para que possam dialogar e agir conscientemente e, principalmente, com liberdade, sem imposições de qualquer lado, classe, grupo, ideia.

A compreensão gera pertencimento e facilita a participação. Não é raro perceber as pessoas desconcentradas, dispersas, presencialmente presentes, mas com a mente longe do encontro. Isso realmente pode acontecer por conta da não compreensão do conteúdo apresentado, por outras prioridades, por desinteresse com relação ao tema, visto que nem sempre a agenda da ONG, do governo e seus projetos é a mesma da comunidade. Fator que desmotiva e desmerece a participação. Nos casos de encontros entre comunidades e especialistas, é fácil que a conversa saia do coletivo e permeie pequenos grupos mais homogêneos entre si, dividindo os participantes por afinidades, repertório ou escolaridade sem que isso tenha sido o propósito daquele momento. E assim desperdiça-se oportunidade de enriquecer o aprendizado coletivo via trocas de experiências entre diferentes. Além de, em muitos casos, acontecer de o trabalho que deveria ser inclusivo, participativo tornar-se um fórum de debates e disputas entre especialistas. Portanto, faz-se necessário que todo o grupo esteja atento de si em todo momento, notando o grau de presença física e mental de cada participante e cuidando para que o bem-estar do coletivo seja mantido por meio da compreensão coletiva dos temas abordados.

A criação de um espaço físico de qualidade influencia diretamente na qualidade da participação. Um local arejado, iluminado, que permita às pessoas alocarem-se e moverem-se de modo adequado, com liberdade, sem tumulto ou superposição, com acústica respeitável, temperatura equilibrada; um local que permita que o corpo esteja confortável cria um campo para que a mente fique lúcida e trabalhe saudavelmente. Assim, o clima do ambiente torna-se agradável e as pessoas tendem a compartilhar e colaborar de modo mais ativo.

Colocar o tempo cronológico, do relógio, a serviço do tempo kairós, o qual reflete as necessidades do ser humano, pode ser um elemento catalisador de participação genuína. Principalmente nos casos das comunidades, nas quais o tempo segue mais o fluxo natural do sol e da vida, adequar o tempo urbano de acordo com esses movimentos vivos é inerente para se esperar um mínimo de presença que possibilitará a participação. Marcar oficina durante o horário do roçado, da pescaria, do descanso, da novela ou do futebol é, no mínimo, desrespeitoso. Compreender o tempo dos movimentos sociais do lugar é fundamental. Além disso, durante os encontros, atentar-se para e respeitar os tempos de aprendizagem e compreensão individuais é fundamental para se estabelecer uma relação de confiança com o processo do projeto, fator este que é importante para a participação em todo o ciclo dos projetos.

Prestar atenção ao silêncio, pois ele pertence à conversa e revela o campo do grupo.

“O que está acontecendo quando nada está acontecendo em um grupo? Esse é o campo do grupo. Treze pessoas sentadas em círculo, mas é o clima ou o espírito no centro do círculo, onde nada está acontecendo, que determina a natureza do campo do grupo (...). As falas e ações das pessoas são elementos de figuração. Elas dão ao grupo forma e conteúdo. Os silêncios e espaços vazios, por outro lado, revelam o humor essencial do grupo, o contexto em que tudo acontece. Esse é o campo do grupo” (HEIDER, 1988:21, apud KAPLAN, 2005: 51).

A **conciliação de agendas** é outro aspecto relevante e óbvio, porém muitas vezes esquecido. A transparência no processo é fundamental, mas não se trata aqui de agendas ocultas, mas sim das agendas temporais dos atores envolvidos no processo. A participação de qualidade somente acontece com a dedicação de um tempo de qualidade, por isso, antes do chamado para as reuniões e trabalhos diversos é relevante considerar se há agenda disponível dos atores-chave para o processo. A não presença de pessoas e instituições fundamentais ao sistema é frequente em reuniões consideradas estratégicas para as UCs.

Atenção aos conflitos sociopolíticos é um aspecto vital. Em vários momentos a participação é barrada ou dificultada pela presença de desavenças e drásticas divergências sociais e políticas no sistema da UC. Não se trata de resolver ou transformar o conflito, mas tornar visíveis e tangíveis quais as conquistas que poderão ser alcançadas em prol de todos e da conservação, caso as diferenças sejam respeitadas e a energia do trabalho, do diálogo, seja direcionada para o coletivo.

A capacitação dos gestores e técnicos das UCs e das ONGs, assim como dos demais participantes dos projetos sobre temáticas humanas, principalmente nas UCs de Uso Sustentável, mas não somente nelas, é crucial. Independente da personalidade e das preferências pessoais de cada gestor, esses agentes públicos precisam lidar com pessoas em todo o momento da vida da UC e, em muitos casos, desconhecem o próprio contexto das pessoas que se relacionam com unidade.

Por último, mas sem exaustão, ressalta-se **a importância do papel do anfitrião** (facilitador). A presença de alguém experiente em condução de processos de grupo auxilia a criar a esfera invisível e o contêiner para a participação genuína se manifestar. Trata-se de alguém com o objetivo de focar e o olhar para o propósito do trabalho de modo independente e livre das prisões e restrições criadas, normalmente, pelo emaranhado das relações sociais existentes no sistema da UC. A presença de alguém que compreenda as relações sociais e políticas intrínsecas ao grupo auxilia a criação de um campo de respeito, fundamental nos momentos de crise e conflito dos grupos. Destaca-se que se trata de uma tentativa, posto que, além do ressaltado anteriormente com relação às subjetividades e questões humanas e de envolvimento, esse profissional é contratado por um dos lados, geralmente o proponente do projeto, com objetivos claros, estratégia e tempo definidos e com os quais precisa lidar.

Os aspectos supracitados possuem significados complementares e ordem não hierárquica. Cada um deles pode ser desdobrado e aprofundado. De todo modo, contribuem para a mitigação das arestas que entravam a participação qualificada e legítima na vida da UC e seus projetos, e, por que não?, nos demais espaços públicos.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006, 74 páginas.

AZEVEDO, J. R. R. **“A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas: um estudo de caso no vale do rio Negro na região do Pantanal”**. Dissertação de Mestrado, USP, Programa de Ciência Ambiental, São Paulo: Agosto, 2002 (fotocópia).

BARROS, F. L. **Banco Mundial e ONGs Ambientalistas internacionais - Ambiente, desenvolvimento, e participação da sociedade civil**. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Tese de doutorado. Brasília, 10 de março de 2005.

BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I., (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B. K.. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, Apr. 2005 . Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf> >. Acesso em 17/10/2012.

BOJER, M.M. et al. **Mapeando diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social**. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010;

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. Editora Brasiliense. Coleção 95 - Primeiros Passos 2ª Edição. São Paulo, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF. Senado Federal.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>

BRASIL. 2006A. Decreto Federal no 5.758 de 13 de abril de 2006. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>

BRASIL. SNUC - **Sistema Nacional De Unidades De Conservação** LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Roteiro Metodológico de Planejamento do IBAMA**. Brasília, DF, 2002. p.136

BRITO, D. C., DRUMMOND, J. **O planejamento e o zoneamento participativos: novos instrumentos de gestão para as unidades de conservação do brasil (o caso da Área De Proteção Ambiental Do Rio Curiaú Amapá)**. Revista de Gestão Social e Ambiental Set. - Dec. 2007, V. 1, No. 3, pp. 112-131.

BOHM, D. **Diálogo – comunicação e redes de convivência**. Edição: Lee Nichol. Tradução: Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CALDENHOF, S. B. L. **Mudanças sociais, conflitos e instituições na Amazônia: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini**. 2013. 361 p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – NEPAM, Campinas, SP.

CAPRA, F. **“O desafio do nosso tempo”**. In: CARVALHO, Edgard de Assis & RIBARIC, Adrian (orgs.). **Margem, nº 13 – Dialéticas da Natureza**. São Paulo: Educ, Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, 2001, pp 14-19 (Trad. Marcelo Cid).

CAPRA, F., 2002. As Conexões Ocultas - Ciência para uma Vida Sustentável. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

CREADO, E.S.J. ; FERREIRA.L.C. **O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo**. I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS-UFES, realizado de 31

de Maio a 03 de Junho de 2011 - Campus Goiabeiras. Vitória, ES.

CUNHA, C. **Educação Ambiental e Gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática** SNUC (2000).

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W.B. **Populações Tradicionais e conservação ambiental. IN: Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DESCOLA, P. “Ecologia e Cosmologia” *In*: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 149-163.

DA MATTA, R. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/MEC.

DIEGUES, A. C., NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque.** São Paulo: Nupaub/ USP, 1994.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Annablume; Hucitec; Nupaub/ USP, 2000.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2001.

DESCOLA, Philippe [1996]. “Ecologia e Cosmologia” *In*: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 149-163.

FALADORI, G. Conferência pronunciada em colóquio no seminário “O homem e o meio – cultura, ciência e sociedade sustentável”, realizado entre os dias 24 e 26 de Agosto de 2004 em São Paulo (comunicação verbal).

FRANCA N. et al. **Gestão Participativas em Unidades de Conservação.** Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro: 2006.

FURLAN, S. A. et al. **Corredores ecológicos da mata atlântica: visão integradora do planejamento territorial no contínuo de Paranapiacaba - estado de São Paulo – Brasil.** Revista Geográfica de América Central. No 43 I Semestre 2009 pp. 49-78.

JACOBI, P. R. **Aprendizagem Social: diálogos e ferramentas participativas: aprender juntos para cuidar da água.** São Paulo: IEE/PROCAM, 2011 86p.

KAPLAN, A. **O processo social e o profissional de desenvolvimento. Artistas do invisível.** Tradução: Ana Paula Pacheco Chaves Giorgi. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social e Editora Fundação Peirópolis, 2005.

KÜRTEEN, F., MINARI, M. **Educação Ambiental através do Ecoturismo no Pantanal da Nhecolândia, Corumbá-MS: Um estudo baseado na relação HomemNatureza,** *in:* Pelas Trilhas do Ecoturismo, Org.: Nadja Castilho, Zysman Neiman e Vivian Costa. Editora Rima, 2008.

LEONARDI, V.P.B. **Os historiadores e os rios: natureza e ruínas na Amazônia Brasileira.** Brasília: Editora Universidade de Brasília/Paralelo 15, 1999.

LIMA, G. F. C. **Sustentabilidade e educação: possibilidade e falácias de um discurso.** Disponível na *Internet:* <<http://rebea.org.br/rebea/arquivos/gustavo.pdf>>. Acesso em 01/09/04.

LOUREIRO. E. et al. **Gestão Participativa em unidades de conservação.** IBASE 2006.

MACEDO, H. S. **Processos Participativos na Gestão de Unidades de Conservação.** Anais do II Seminário Nacional – Movimento Social, Participação e Democracia. Florianópolis: 2007.

MARTINS, A. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil.** *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.* [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de agosto de 2012, Vol. XVII, nº 988. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-989.htm>>. [ISSN 1138-9796].

MARTINS, J. de S. **Frenteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO. G. et. al. **O jogo simparc para a gestão da biodiversidade em parques.** IV SAPI. Belém, PA. 2009.

MENDONÇA, R., NEIMAN, Z. **À sombra das árvores.** São Paulo: Chronos, 2003.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Protegidas do Brasil: Gestão Participativa do SNUC**. Brasília, 2004.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 44p.

MONTEIRO, C.H.B, et al. **Gestão participativa na formulação de estratégias e políticas com desenvolvimento sustentável das unidades de conservação do Instituto Florestal, SP**. ENGEMA: 251. Ix Engema - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial E Meio Ambiente Curitiba, 19 a 21 de novembro de 2007.

MORIN, E. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Trad. Fernando de Castro Ferro).

MORIN, E. **O método – 3. O conhecimento do conhecimento 1**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996 (Trad. Maria Gabriela de Bragança).

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003 (Trad. Catarina Eleonora F. da Silva & Jeanne Sawaya).

PALMIERI, R. ; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba: Imaflora, Belém: Imazom, 2009.

PALMIERI, R. VERÍSSIMO, A. FERRAZ, M. **Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação**. Piracicaba: Imaflora; Belém: Imazon, 2005 Disponível em < <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/guia-de-consultas-publicas-para-unidades-de-conservacao#5|%20Reuniões%20Preliminares> >. Acesso: 09/11/2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Desafio ambiental**. São Paulo: Record, 2004.

RABINOVICI, A. “As grandes ONGs ambientalistas em questão”. Resenha: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008, 193 p. ISBN: 978-85-87304-08-7. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XI, n. 2, p. 439-442, jul.-dez. 2008.

RABINOVICI, A. **Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos**. 2009. 340 p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - NEPAM – UNICAMP, Campinas, SP. Esta tese pode ser consultada em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000465869>

RABINOVICI, A. Seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.2, 2009, pp.190-194.

RAIOL, O. **A utopia da terra sem fronteira da Amazônia**. Macapá: Editora Gráfica O Dia Ltda., 1992. 240p.

RATTNER, H. “Sustentabilidade – uma visão humanista”. In: JACOBI, Pedro Roberto; et al (Ed.). **Ambiente & Sociedade Ano II - Nº 5 - 2º Semestre de 1999**. Campinas: Unicamp, 1999, pp. 233-240.

RODRIGUES, A. M. “O mito da sustentabilidade da atividade turística”. In: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro ; MORETTI, Edvaldo César (Orgs.). **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos; Campo Grande: UFMS, 2001, pp. 19-38.

SALES, R. J. **Princípios e Diretrizes para Gestão Participativa de Unidades de Conservação**. Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente & Fundo Mundial para a Natureza – WWF – Brasil. Brasília:2004.

SANTOS, A. D. et al. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAYAGO, D. **PARTICIPAÇÃO: OLHAR PARA FORA OU OLHAR PARA DENTRO?** Ra Ximhai-Universidad Autónoma Indígena de México ISSN: 1665-0441 México. Ra Ximhai, septiembre-diciembre, año/Vol.4, Número 3. pp. 543-558

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (Trad. Hildegard Feist).

SETA, M. Aula sobre sustentabilidade na produção/extrativismo animal pronunciada na disciplina “Fundamentos da Sustentabilidade” realizada no dia 26 de Agosto de 2011 na Universidade Federal de São Carlos/Campus Sorocaba em Sorocaba, SP (comunicação verbal).

SIMONIAN, Ligia T. Lopes, et al. Floresta Nacional do Amapá: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade. Paper do NAEA 167, 2003, 44 p. Disponível em: www.ufpa.br/naea/pdf.php?id=240.

SOUZA, N.P.; NELSON, S.P.; BADIALLI, J.E.L.; LIMA, M.A.V.; PADUA, S.M. Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do baixo Rio Negro, Amazonas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, 2010, pp.173-190.

TEIXEIRA, A. C. C. **Identidades em construção: as Organizações Não-governamentais no processo brasileiro de democratização**, São Paulo: editora Annablume, FAPESP; Instituto Pólis. 2003, 208 páginas.

TEIXEIRA, D. R. et al. **Descrição e Análise Quantitativa da Composição e Grau de Participação dos Atores Públicos e Privados nos Conselhos de Unidades de Conservação e Mosaicos Federais segundo o Arcabouço Legal**. V Encontro Nacional da ANPPAS. Florianópolis, 4 a 7 de Outubro de 2010.

TERBORGH, J. , PERES, C. A. “O problema das pessoas nos parques”. *In*: TERBORGH, John; et al (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002, pp. 334-346 (Trad. Maísa Guapyassu).

VEIGA, J. E. “A insustentável utopia do desenvolvimento”. *In* SILVA, Josue Pereira da; RODRIGUES, Iram Jácome (Orgs.). **André Gorz e seus críticos**. Editora: ANNABLUME, 2006. Pp 183-202.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

VERÍSSIMO, A., ROLLA, A., VEDOVETO, M., FUTADA, S. M. [Orgs]. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.

ZECHNER, T. C; HENRÍQUEZ, C; SAMPAIO, C. C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenhas. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008. **Anais**. Fortaleza – CE, 2008.

11.1 Documentos e Relatórios:

BASSOLI, A. **Sobre o diálogo**. Texto compartilhado para um grupo de estudo de diálogo, sem data.

MINARI, M. “**Diagnóstico de Turismo de Base Comunitária da RESEX do Unini e entorno**”. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2011.

CIRCULAH. **Plano de negócios de turismo base comunitária da FLONA do Amapá**. São Paulo, 2012.

11.2 Sítios de internet

<http://www.programaarpa.org.br/> Acesso em: 21/10/2011.

<http://www.cdb.gov.br/CDB> Acesso em: 08/05/2012.

<http://uc.socioambiental.org/território/mosaicos-de-áreas-protegidas> Acesso em: 08/05/2012.

<http://www.redemosaicos.com.br/listademosaicosp.asp> Acesso em: 08/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 23/07/2012.

<http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2012/arquivos/RELATORIO%20TECNICO%2005%2001%202012.pdf> Acesso em: 23/07/2012.

<http://www.ecodebate.com.br/2011/06/07/antropoceno-cientistas-proclamam-que-estamos-no-nascimento-de-uma-nova-era-geologica/> Acesso em: 12/09/2011.

<http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab> Acesso em: 15/05/2013.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm Acesso em: 15/05/2013.